

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem aos Acionistas,

2010 foi um ano marcado pela recuperação da crise mundial de 2009, em que o resultado apurado pela BRADESPAR atingiu índices recordes, principalmente pela performance alcançada por sua controlada VALE. A BRADESPAR registrou no ano o maior Lucro Líquido de sua história, R\$ 1,76 bilhão, valor 82,9% superior em relação a 2009, e a remuneração paga aos acionistas, na forma de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio, foi de R\$ 344,3 milhões. As suas ações preferenciais (BRAP4) mais uma vez apresentaram desempenho acima do Ibovespa, principal índice da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, com valorização de 15,2% no ano. Cabe destacar que a performance da BRADESPAR depende diretamente do desempenho de suas empresas investidas – a VALE e a CPFL Energia – que apresentaram resultados positivos em 2010 e contribuíram para um desempenho recorde. Em 9 de julho de 2010, foi realizada a Liquidação Financeira da Primeira Série da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, no montante de R\$ 152,9 milhões.

A VALE investiu, em 2010, o total de US\$ 19,4 bilhões, sendo a maior parte em crescimento orgânico, para aumentar sua capacidade produtiva. A receita operacional totalizou R\$ 85,3 bilhões - valor 71,3% superior ao de 2009 -, sagrando-se a maior exportadora do Brasil em 2010, responsável por 11,9% das exportações nacionais. O seu Lucro Líquido de R\$ 30,1 bilhões resultou num ganho para a BRADESPAR de R\$ 1,82 bilhão, 184,9% acima do valor registrado no exercício anterior. Ressalte-se que a BRADESPAR participa no Conselho de Administração e nos Comitês de Assessoramento da VALE, contribuindo, em conjunto com os demais acionistas controladores da Valepar S.A., para a tomada de decisões estratégicas, visando à adoção das opções de crescimento mais rentáveis.

A CPFL consolidou mais dois pilares para o seu crescimento nos próximos anos: iniciou as operações comerciais da usina térmica de biomassa Baldin, em agosto de 2010, e da usina hidrelétrica Foz do Chapecó, em outubro de 2010. A remuneração paga pela CPFL à BRADESPAR, sob a forma de Dividendos, totalizou R\$ 75,2 milhões.

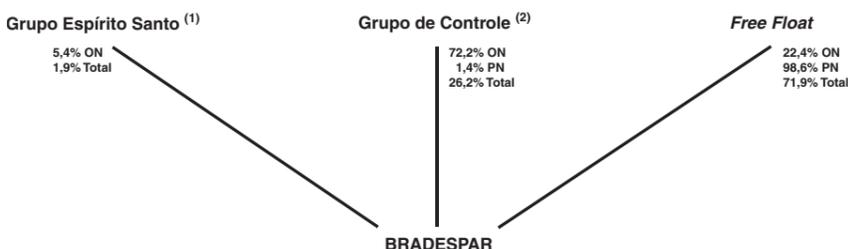
A BRADESPAR continuará participando ativamente dos passos a serem empreendidos por suas empresas investidas, sempre buscando unir, de maneira adequada, as estratégias a serem adotadas às realidades dos mercados onde atuam. Nesse contexto, buscará também o estabelecimento de novas conquistas, amparada no empenho e trabalho dedicado dos seus administradores e colaboradores e no apoio e confiança de seus acionistas. A todos eles, nossos agradecimentos.

São Paulo, SP, 24 de março de 2011.

Lázaro de Mello Brandão
Presidente do Conselho de Administração

ESTRUTURA ACIONÁRIA

Em 31.12.2010, o capital social da BRADESPAR era constituído por 349.547.945 ações, sendo 122.523.049 ações ordinárias e 227.024.896 ações preferenciais, com a seguinte estrutura de participação:

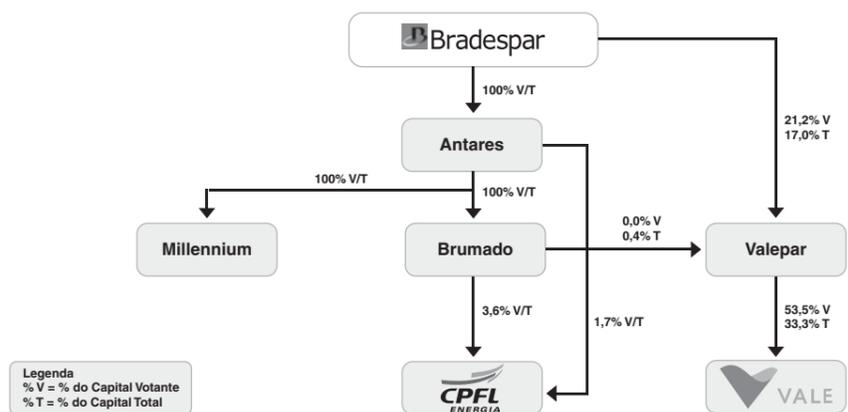


(1) Em 27 de janeiro de 2011, o Grupo Espírito Santo deixou de participar da estrutura acionária da BRADESPAR.

(2) Composto por: Cidade de Deus – Cia. Comercial de Participações, Nova Cidade de Deus Participações S.A., Fundação Bradesco e NCF Participações S.A.

ESTRUTURA DOS INVESTIMENTOS

Constituída em março de 2000 – a partir da cisão parcial do Banco Bradesco S.A. – a BRADESPAR concentra seus investimentos, atualmente, na VALE e na CPFL Energia. Em 31 de dezembro de 2010, o valor de mercado de seus ativos, deduzida a dívida líquida, correspondia a cerca de R\$ 17,2 bilhões, apresentando taxa média anual de crescimento de 29,1% ao longo de mais de dez anos de participação no mercado de capitais.



COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO DA COMPANHIA

Para permitir melhor compreensão sobre seus resultados, a BRADESPAR apresenta, complementarmente, as demonstrações contábeis consolidando somente suas controladas não operacionais. Esse método visa a proporcionar melhor percepção do seu quadro financeiro e conferir transparência aos seus resultados, na medida em que separa, de maneira clara, seus direitos e obrigações daqueles relativos às empresas investidas.

Abaixo, está apresentada a Demonstração do Resultado Consolidado Holding, em conformidade com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

	(R\$ mil)					
Demonstração de Resultado	4T10	4T09 (1)	Var %	2010	2009 (1)	Var %
Equivalência Patrimonial	499.043	92.829	437,6%	1.575.536	407.771	286,4%
Juros Ações Resgatáveis	70.654	71.549	(1,2%)	248.186	232.293	6,8%
Resultado na Alienação de Investimentos.....	-	-	-	-	483.245	-
Dividendos de Investimentos.....	-	-	-	75.167	82.984	(9,4%)
Receita Operacional	569.697	164.378	246,6%	1.898.889	1.206.293	57,4%
Despesas de Pessoal.....	(949)	(639)	48,5%	(4.784)	(3.136)	52,5%
Despesas Gerais e Administrativas	(3.795)	(2.996)	26,7%	(11.458)	(18.070)	(36,6%)
Receitas (Despesas) Financeiras	(16.776)	(12.619)	32,9%	(61.301)	(84.386)	(27,4%)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais.....	(19.731)	(17.882)	10,3%	(35.748)	(22.561)	58,4%
Resultado Operacional	528.446	130.242	305,7%	1.785.598	1.078.140	65,6%
Resultado antes IR/CS	528.446	130.242	305,7%	1.785.598	1.078.140	65,6%
Imposto de Renda/ Contribuição Social.....	(12.727)	(1.267)	904,5%	(25.792)	(115.737)	(77,7%)
Lucro Líquido.....	515.719	128.975	299,9%	1.759.806	962.403	82,9%

(1) Período ajustado pelos novos pronunciamentos contábeis para efeito de comparativo.

Receita Operacional

Como Companhia de Investimentos, a BRADESPAR tem suas receitas operacionais originadas no Resultado de Equivalência Patrimonial, que inclui Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio recebidos da Valepar/VALE, Juros das Ações Resgatáveis recebidos da Valepar, e Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio recebidos da CPFL Energia.

A BRADESPAR, em 2010, registrou Receita Operacional de R\$ 1,90 bilhão, 57,4% superior ao mesmo período de 2009, assim composta:

- Resultado de R\$ 1,58 bilhão relacionado à Equivalência Patrimonial da Valepar/VALE, com crescimento de 286,4% em relação a 2009;
- R\$ 248,2 milhões referentes aos juros das ações resgatáveis da Valepar, 6,8% superior a 2009; e
- R\$ 75,2 milhões de Dividendos recebidos da CPFL Energia, com redução de 9,4% em relação ao mesmo período de 2009.

Cabe destacar que, em 2010, a VALE alcançou seu melhor resultado anual, R\$ 30,1 bilhões, caracterizado por recordes de receitas operacionais, lucro operacional, geração de caixa e margem operacional. Ao mesmo tempo, o investimento foi de US\$ 19,4 bilhões, o maior na indústria mundial de mineração, alocando recursos para financiar a criação de novas plataformas de crescimento e criação de valor.

Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativas

Em 2010, as Despesas de Pessoal totalizaram R\$ 4,8 milhões, ante R\$ 3,1 milhões de 2009.

As Despesas Gerais e Administrativas somaram R\$ 11,5 milhões no exercício, redução de 36,6% em comparação ao ano anterior.

Resultado Financeiro

A Despesa Financeira Líquida da BRADESPAR, em 2010, foi de R\$ 61,3 milhões, 27,4% inferior ao mesmo período de 2009, devido, principalmente, à redução do endividamento da Companhia, com a liquidação, em 13 de julho de 2009, da 2ª Emissão de Notas Promissórias no montante de R\$ 727 milhões.

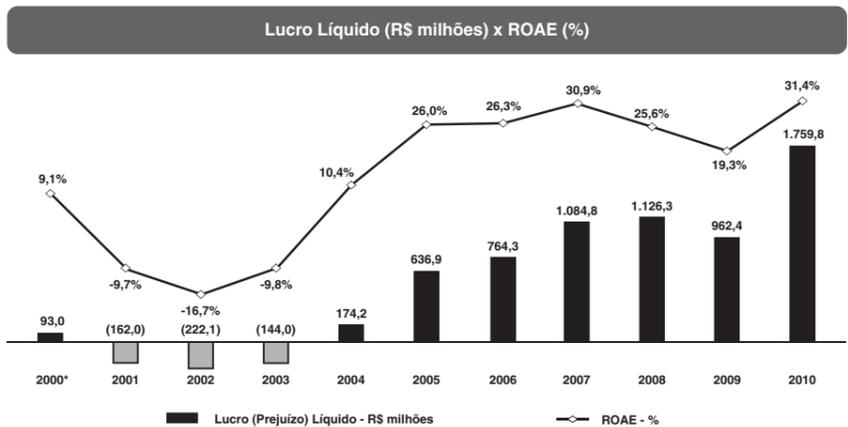
Outras Despesas Operacionais

A principal rubrica deste item refere-se a despesas tributárias, em especial PIS e COFINS, relativas ao recebimento de Juros sobre o Capital Próprio da Valepar. As Outras Despesas Operacionais totalizaram R\$ 35,7 milhões em 2010, 58,4% superior em comparação ao ano anterior.

Lucro Líquido do Período

A BRADESPAR apresentou Lucro Líquido de R\$ 1,76 bilhão em 2010, 82,9% superior ao ano anterior, sendo o melhor resultado da história da Companhia. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) alcançou 31,4%.

É relevante lembrar que o resultado de 2009 foi impactado pela alienação de 16.600.000 ações da CPFL Energia, no valor de R\$ 483,2 milhões. Descontando este efeito extraordinário, o resultado antes de IR/CS de 2010 apresentou crescimento de cerca de 200,2% em relação ao ano anterior.



* Corresponde a 10 meses de atividade.

Obs.: ROAE = Lucro Líquido/Patrimônio Líquido Médio – Não considera o efeito da marcação a mercado dos Títulos Disponíveis para Venda registrado no Patrimônio Líquido.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A Política Indicativa de Remuneração Anual Mínima aos Acionistas, instituída em 2005, assegura previsibilidade quanto ao recebimento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio, sem prejuízo ao disposto no Estatuto Social, que determina a distribuição de no mínimo 30% do Lucro Líquido Ajustado sob a forma de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio.

Em consonância com essa política, em 26 de fevereiro de 2010, a BRADESPAR anunciou a proposta da Diretoria para pagamento de remuneração mínima aos acionistas, distribuída na forma de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio, do valor em Reais equivalente a US\$ 200 milhões para o ano 2010, dividido em duas parcelas iguais, pagas em maio e novembro.

O pagamento da 1ª parcela, em 14 de maio de 2010, correspondeu a R\$ 95,4 milhões a título de Juros sobre o Capital Próprio e R\$ 77,8 milhões de Dividendos.

A 2ª parcela foi paga em 12 de novembro de 2010, composta por R\$ 160 milhões de Juros sobre o Capital Próprio e R\$ 11,1 milhões de Dividendos.

Em dezembro de 2010, constituiu provisão complementar de R\$ 321 milhões, para o pagamento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio, referente ao exercício de 2010, conforme o Estatuto Social da Companhia.

Em fevereiro de 2011, a BRADESPAR anunciou a distribuição mínima de US\$ 300 milhões para o corrente exercício, a serem convertidos em Reais pela cotação do Dólar de venda (Ptax-opção 5), divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia útil anterior ao da realização das reuniões de Conselho de Administração, previstas para os dias 28 de abril e 31 de outubro de 2011.

Continua...

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Evolução da Distribuição de Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio

Data Pagamento Div./JCP	Valor	Ano Caixa	Ano Competência
30.5.2001	27.811	2001 (27.811)	2000 (27.811)
24.1.2005	80.000	2005 (180.000)	2004 (80.000)
11.11.2005	100.000		2005 (227.445)
15.5.2006	127.445		
13.11.2006	85.512	2006 (212.957)	
08.1.2007	120.000		2006 (262.827)
15.5.2007	57.315		
	84.932	2007 (385.111)	
14.11.2007	41.864		2007 (379.996)
	81.000		
15.5.2008	172.200		
14.11.2008	68.000	2008 (383.710)	
	143.510		2008 (376.910)
15.5.2009	165.400		
	52.980		
13.11.2009	128.000	2009 (392.740)	
	46.360		2009 (322.740)
14.5.2010	95.400		
	77.810		
12.11.2010	160.000	2010 (344.330)	
	11.120		2010 (248.930)

■ Juros sobre Capital Próprio □ Dividendos

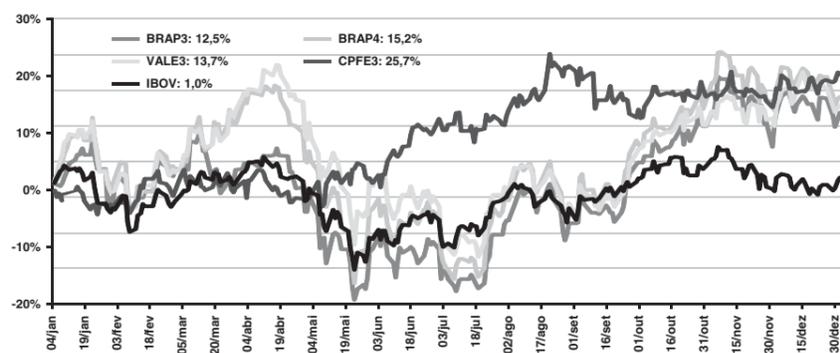
MERCADO DE CAPITAIS

As ações da BRADESPAR, negociadas sob os códigos BRAP3 (ON) e BRAP4 (PN), integram o Ibovespa, o mais relevante índice da BM&FBOVESPA, que inclui as companhias mais líquidas do mercado brasileiro. Esses papéis estão listados no Nível 1 da Bolsa de Valores em decorrência do seu modelo de Governança Corporativa, cujas práticas diferenciadas também os credenciaram ao Índice de Governança Corporativa (IGC).

A BRADESPAR também tem seus títulos negociados no Latibex – Mercado de Empresas Latino-Americanas da Bolsa de Valores de Madrid, na Espanha, em Euros, por meio do Programa de *Depositary Receipts* (GDRs). O propósito é ampliar as alternativas de transação, bem como a liquidez das ações no mercado de capitais internacional.

Em 2010, as ações preferenciais da BRADESPAR cresceram acima do Ibovespa, conforme gráfico a seguir:

Desempenho das Ações na BM&FBOVESPA em 2010



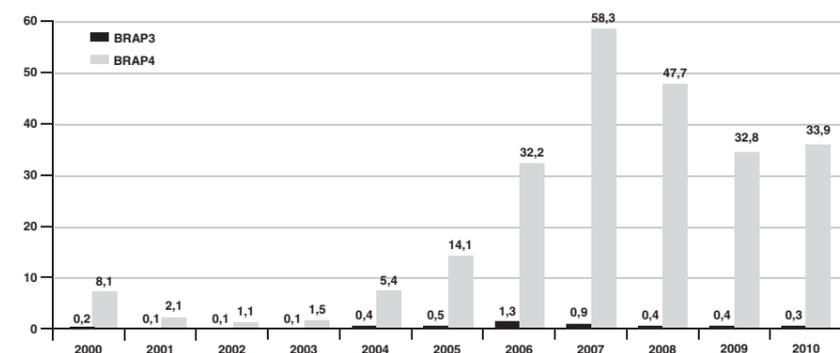
Cotações ajustadas por proventos, incluindo Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio.

Fonte: Economatica

Liquidez

A média diária do volume de ações preferenciais de emissão da BRADESPAR, negociada em 2010, situou-se em R\$ 33,9 milhões.

Evolução do Volume Financeiro Médio Diário de Ações Negociadas (R\$ milhões)



Prêmio/Desconto

As participações detidas pela BRADESPAR atingiram valor de mercado de cerca de R\$ 17,8 bilhões ao final de 2010, sem considerar qualquer prêmio de controle para a participação na VALE. Esse total é composto de 94,1% pelo investimento na VALE e de 5,9% pelo investimento na CPFL Energia.

Em relação ao valor de mercado das participações nas empresas investidas, o valor de mercado da BRADESPAR, deduzindo-se a Dívida Líquida de R\$ 588,7 milhões, apresentou desconto de 11,4%.

Valor Líquido dos Ativos da BRADESPAR x Valor de Mercado da BRADESPAR (preços de fechamento em 30.12.2010)

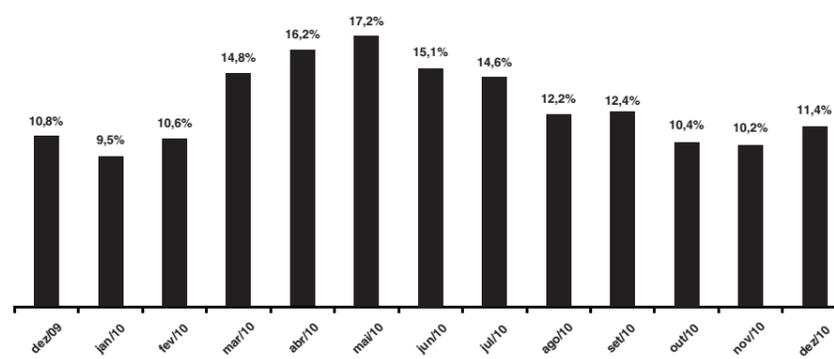
Companhias	Cotação (R\$/ação)	Quantidade de Ações	Participação da BRADESPAR			
			% do Capital Total	Valor de Mercado (R\$ mil)	Valor de Mercado (US\$ mil)	Valor de Mercado (EURO mil)
VALE ON (1)	55,33	299.380.600	5,74%	16.564.729	9.941.621	7.485.192
VALE PNA (1)	48,50	3.547.702	0,07%	172.064	103.267	77.751
CPFL-E ON	41,20	25.270.900	5,25%	1.041.161	624.872	470.475
Valor dos Ativos da BRADESPAR (A)				17.777.954	10.669.760	8.033.418
Dívida Líquida da BRADESPAR (B)				(588.735)	(353.340)	(266.035)
Caixa da BRADESPAR				172.265	103.388	77.842
Dívida Bruta da BRADESPAR				(761.000)	(456.728)	(343.877)
Valor Líquido dos Ativos da BRADESPAR (C) = (A) + (B)				17.189.219	10.316.420	7.767.383
Valor de Mercado da BRADESPAR (D)				15.224.507	9.137.262	6.879.578
Ações Ordinárias (BRAP3)	43,99	122.523.049		5.389.789	3.234.779	2.435.512
Ações Preferenciais (BRAP4)	43,32	227.024.896		9.834.718	5.902.483	4.444.066
Diferença entre o Valor Líquido dos Ativos e Valor de Mercado BRADESPAR (C) - (D)				1.964.712	1.179.158	887.805
DESCONTO (3)						11,4%

(1) A quantidade de ações da VALE foi calculada com base nos percentuais de participação detidos por meio da Valepar.

(2) Dívida Líquida em 30/12/2010.

(3) ((Valor de Mercado da BRADESPAR)/(Valor dos Ativos + Dívida Líquida)) - 1

Evolução do Desconto entre o Valor Líquido dos Ativos e o Valor de Mercado da BRADESPAR



COMENTÁRIOS SOBRE AS CONTROLADAS OPERACIONAIS

VALE

Maior empresa privada da América Latina, a VALE está presente em 38 países, distribuídos por cinco continentes, e atua nos negócios de mineração (produção e comercialização), operações logísticas e geração de energia. No segmento de mineração, a Companhia destaca-se como a maior produtora mundial de minério de ferro e pellets, matéria-prima essencial para a indústria siderúrgica. É também a segunda maior produtora de níquel, com aplicações na indústria de aço inoxidável, aeronaves, entre outras, e na produção de manganês, ferroligas, carvão térmico e metalúrgico, bauxita, cobre e fertilizantes, materiais importantes para a indústria e a agricultura global.

Em 2010, suas exportações cresceram a patamares elevados – 122,1% – e a Companhia galgou o posto de maior exportadora do Brasil, respondendo por 11,9% das exportações nacionais. Cumpre destacar que o superávit no ano foi superior ao registrado na balança comercial brasileira, alcançando, respectivamente, US\$ 23,3 bilhões e US\$ 20 bilhões. O Lucro Líquido no período totalizou R\$ 30,1 bilhões e a remuneração aos acionistas atingiu US\$ 5 bilhões, sendo US\$ 3 bilhões (R\$ 5,1 bilhões) em distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio e US\$ 2 bilhões através de Recompra de Ações.

Esse resultado foi alavancado pelo aumento do preço do minério de ferro, pela forte demanda por minerais e metais e pelos esforços para aumentar a produção, mantendo os custos operacionais sob controle. Neste sentido, a Companhia investiu US\$ 19,4 bilhões, sendo US\$ 12,7 bilhões em crescimento orgânico e US\$ 6,7 bilhões em aquisições.

A VALE é registrada na BM&FBOVESPA (VALE3 e VALE5), na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) (VALE e VALE.P), na NYSE Euronext Paris (VALE3 e VALE5), na Latibex (XVALO e XVALP) e na Bolsa de Valores de Hong Kong (HKEx) (6210 e 6230) e foi a primeira Companhia brasileira a alcançar a classificação de *Investment Grade*, atribuída em 2005 pela Moody's Investors Service, Dominion.

Os principais destaques do desempenho da VALE em 2010, foram:

- Receita operacional recorde de R\$ 85,3 bilhões;
- Lucro operacional recorde, medido pelo EBIT (lucro antes de juros e impostos), de R\$ 40,5 bilhões;
- Margem operacional recorde, medida pela margem EBIT, de 48,7%;
- Geração de caixa recorde, medida pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 46,4 bilhões;
- Lucro Líquido recorde de R\$ 30,1 bilhões, equivalente a R\$ 5,66 por ação;
- Investimento recorde de US\$ 19,4 bilhões; e
- Remuneração aos acionistas de US\$ 5 bilhões, sendo US\$ 3 bilhões (R\$ 5,1 bilhões) em Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio, equivalente a US\$ 0,57 (R\$ 0,97) por ação, e US\$ 2 bilhões em Recompra de Ações.

CPFL Energia

A CPFL Energia é uma *holding* que, por intermédio de sociedades controladas e coligadas, atua no setor elétrico brasileiro. É a maior companhia privada desse setor, com 13% de participação no mercado nacional de distribuição de energia, atuando nos segmentos de geração, distribuição e comercialização. Opera nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, em 568 municípios, atendendo a 6,7 milhões de consumidores.

Com ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA e ADR Nível III na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE"), a CPFL continuamente promove a interação entre seus Administradores e Acionistas, com compromissos assumidos de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Possui controle acionário compartilhado pela VBC Energia S.A. (Camargo Corrêa) com 25,7% de participação, 521 Participações S.A. (Previl) com 31% e a Bonaire (Funcesp, Petros, Sistel e Sabesprev) com 12,6%. O restante, 30,7%, são ações em circulação no mercado (*free float*), das quais 5,3% pertencem à BRADESPAR.

Dentre os investimentos da CPFL Energia em 2010, destacam-se os realizados nos seguintes segmentos:

- Distribuição: investimentos na ampliação e reforço do sistema elétrico atendendo ao crescimento de mercado, bem como infraestrutura e programas de pesquisa e desenvolvimento; e
- Geração: recursos destinados principalmente à UTE Biomassa Baldin, à UHE Foz do Chapecó, à UTE Termonordeste e à Termoparaíba (empreendimentos que entraram em operação comercial, respectivamente, em agosto, outubro e dezembro de 2010 e janeiro de 2011) e UTEs Bio Formosa, Bio Buri, Bio Ipê e Bio Pedra e Parques Eólicos Santa Clara I, II, III, IV, V e VI e Eurus VI (empreendimentos em construção).

Serviços Prestados pelos Auditores Independentes

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381, de 14.1.2003, a BRADESPAR informa que o Auditor Independente – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes – não prestou, durante o exercício de 2010 outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A BRADESPAR adota, como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender às regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência inclusive com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Companhia, os quais incluem, dentre outros, os seguintes tópicos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que não afetem as regras de independência estabelecidas.

São Paulo, SP, 24 de março de 2011.

Conselho de Administração e Diretoria

Continua...

BALANÇO PATRIMONIAL – Em Reais mil

ATIVO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO HOLDING			CONSOLIDADO		
	31.12.2010	31.12.2009 (I)	01.01.2009 (I)	31.12.2010	31.12.2009 (I)	01.01.2009 (I)	31.12.2010	31.12.2009 (I)	01.01.2009 (I)
CIRCULANTE	461.910	329.257	535.161	1.530.220	1.233.455	1.793.571	4.365.569	3.319.857	4.904.580
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 9)	156.985	287.780	396.227	173.529	289.327	481.812	955.726	1.057.682	1.914.827
Investimentos Financeiros a Curto Prazo (Nota 10)	-	-	-	-	-	-	173.400	379.183	313.416
Derivativos a Valor Justo	-	-	-	-	-	-	5.050	10.631	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 24)	-	-	-	1.041.161	892.316	1.210.906	1.042.380	893.937	1.237.906
Estoques (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	440.726	343.625	562.800
Valores a Receber (Nota 12)	95.828	41.477	138.934	106.433	51.812	100.828	810.757	327.924	462.570
Tributos a Recuperar ou Compensar (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	162.312	156.014	286.077
Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 27g)	209.097	-	-	209.097	-	-	-	-	-
Outros Valores	-	-	-	-	-	25	85.800	150.861	126.984
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	-	-	-	-	-	-	689.418	-	-
NÃO CIRCULANTE	7.587.906	6.349.823	6.912.635	6.988.514	5.839.716	6.025.639	9.915.683	8.773.885	8.199.119
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	853.583	1.037.317	1.477.813	1.314.213	1.496.282	1.490.787	660.351	808.275	628.953
Empréstimos e Financiamentos (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	15.906	16.614	10.459
Depósitos Judiciais	152	143	1.675	152	143	1.675	216.987	220.199	204.942
Despesas Pagas Antecipadamente	-	-	-	-	-	-	14.745	75.281	98.584
Tributos a Recuperar ou Compensar (Nota 13)	91.656	66.302	65.220	112.240	85.221	78.194	152.123	177.764	140.190
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 14)	35.002	35.002	35.002	35.002	35.002	35.002	176.648	195.408	146.272
Derivativos a Valor Justo	-	-	-	-	-	-	29.142	87.523	4.939
Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 27g)	726.773	935.870	1.375.916	1.166.819	1.375.916	1.375.916	-	-	-
Outros Valores	-	-	-	-	-	-	54.800	35.486	23.567
Investimentos (Nota 16)	6.734.290	5.312.455	5.434.754	5.674.268	4.343.383	4.534.784	229.012	265.112	114.891
Intangíveis (Nota 17)	-	-	1	-	-	1	1.474.557	1.369.109	1.354.014
Imobilizado (Nota 18)	33	51	67	33	51	67	7.551.763	6.331.389	6.101.261
TOTAL	8.049.816	6.679.080	7.447.796	8.518.734	7.073.171	7.819.210	14.281.252	12.093.742	13.103.699
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
CIRCULANTE	1.113.201	270.814	1.684.362	1.138.439	271.832	1.685.244	2.490.189	1.116.222	2.500.476
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	336.930	223.669	304.934
Salários e Encargos Sociais	31	31	43	31	31	43	114.160	90.476	83.016
Derivativos a Valor Justo	-	-	-	-	-	-	5.341	15.318	-
Empréstimos e Financiamentos (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	348.889	348.615	156.197
Impostos e Contribuições a Recolher	44	43	104	44	43	104	25.703	14.915	11.036
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	25.238	1.018	-	101.285	22.295	-
Obrigações com Benefícios de Aposentadoria (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	18.054	17.013	15.887
Provisão com Obrigações para Desmobilização de Ativos	-	-	-	-	-	-	7.431	9.127	6.566
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisionados (Nota 23b)	325.763	99.626	168.615	325.763	99.626	168.615	325.763	99.626	168.615
Emissão de Debêntures (Nota 20)	760.530	144.428	-	760.530	144.428	-	760.530	144.428	-
Emissão de Notas Promissórias Comerciais (Nota 21)	-	-	1.488.474	-	-	1.488.474	-	-	1.488.474
Outras Obrigações	26.833	26.686	27.126	26.833	26.686	28.008	136.109	130.740	265.751
Passivos Relacionados a Ativos Não Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mantidos para a Venda	-	-	-	-	-	-	309.994	-	-
NÃO CIRCULANTE	158.541	807.374	99.958	602.221	1.200.447	470.490	4.768.651	5.113.101	4.667.173
Derivativos a Valor Justo	-	-	-	-	-	-	5.979	2.306	78.151
Empréstimos e Financiamentos (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	2.193.123	2.099.772	2.481.712
Obrigações com Benefícios de Aposentadoria (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	187.158	180.111	212.026
Provisão para Contingências (Nota 22)	158.541	120.953	99.958	158.541	120.953	99.958	575.157	524.748	473.007
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	443.680	393.073	370.532	443.680	393.073	370.532
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 14)	-	-	-	-	-	-	751.591	540.823	457.102
Provisão com Obrigações para Desmobilização de Ativos	-	-	-	-	-	-	142.981	112.202	110.035
Emissão de Debêntures (Nota 20)	-	686.421	-	-	686.421	-	124.230	762.261	-
Outras Obrigações	-	-	-	-	-	-	344.752	497.805	484.608
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital Social (Nota 23a)	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Ajuste de Avaliação Patrimonial	351.211	361.447	1.057.840	351.211	361.447	1.057.840	351.211	361.447	1.057.840
Reservas de Lucros	3.426.863	2.235.751	1.605.759	3.426.863	2.235.751	1.605.759	3.426.863	2.235.751	1.605.759
Lucros Acumulados	-	5.156	1.339	-	5.156	1.339	-	5.156	1.339
Ações em Tesouraria (Nota 23c)	-	(1.462)	(1.462)	-	(1.462)	(1.462)	-	(1.462)	(1.462)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas									
Controladores	6.778.074	5.600.892	5.663.476	6.778.074	5.600.892	5.663.476	6.778.074	5.600.892	5.663.476
Participação dos Acionistas não Controladores	-	-	-	-	-	-	244.338	263.527	272.574
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.778.074	5.600.892	5.663.476	6.778.074	5.600.892	5.663.476	7.022.412	5.864.419	5.936.050
TOTAL	8.049.816	6.679.080	7.447.796	8.518.734	7.073.171	7.819.210	14.281.252	12.093.742	13.103.699

(I) Período ajustado pelos novos pronunciamentos contábeis para efeito de comparativos.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO HOLDING		CONSOLIDADO	
	2010	2009 (I)	2010	2009 (I)	2010	2009 (I)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	-	-	-	-	4.831.326	2.818.260
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	-	-	-	-	(1.959.582)	(1.612.643)
LUCRO BRUTO	-	-	-	-	2.871.744	1.205.617
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	1.759.806	962.403	1.785.598	1.078.140	(657.321)	170.179
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 16)	1.701.683	901.203	1.575.536	407.771	(2.786)	5.753
Juros Ações Preferenciais Resgatáveis	168.816	192.871	248.186	232.293	-	-
Resultado na Alienação de Investimento (Nota 27e)	-	-	-	483.245	-	488.649
Receitas de Dividendos (Nota 27f)	-	-	75.167	82.984	75.167	82.984
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 27b)	(15.634)	(20.669)	(16.242)	(21.206)	(153.998)	(134.579)
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	(90.967)	(114.134)
Resultado Financeiro (Nota 27c)	(66.616)	(91.253)	(61.301)	(84.386)	(238.974)	27.498
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (Nota 27d)	(28.443)	(19.749)	(35.748)	(22.561)	(245.763)	(185.992)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.759.806	962.403	1.785.598	1.078.140	2.214.423	1.375.796
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14)	-	-	(25.792)	(115.737)	(434.183)	(403.630)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.759.806	962.403	1.759.806	962.403	1.780.240	972.166
Lucro Líquido Atribuído aos Acionistas não Controladores	-	-	-	-	20.434	9.763
Lucro Líquido Atribuído aos Acionistas da Controladora	1.759.806	962.403	1.759.806	962.403	1.759.806	962.403
Número de ações (mil)	349.548	349.689				
Lucro Líquido por ação em R\$	5,03	2,75				

(I) Período ajustado pelos novos pronunciamentos contábeis para efeito de comparativos.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE – Em Reais mil

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO HOLDING		CONSOLIDADO	
	2010	2009 (I)	2010	2009 (I)
Lucro Líquido do Exercício	1.759.806	962.403	1.780.240	972.166
Outros Resultados Abrangentes				
Ajustes Acumulados de Conversão de Moedas	(34.851)	(516.363)	(34.851)	(516.363)
Ganho (Perdas) não Realizado em Investimentos Disponíveis para Venda	100.406	(175.906)	100.406	(175.906)
Hedge de Fluxo de Caixa	(579)	1.203	(579)	1.203
Resultado de Operações com Minoritários de Controlada	(73.186)	-	(73.186)	-
Efeito de Impostos sobre Ajustes ao Resultado Abrangentes	(2.026)	(5.327)	(2.026)	(5.327)
Total dos Outros Resultados Abrangentes	(10.236)	(696.393)	(10.236)	(696.393)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	1.749.570	266.010	1.770.004	275.773
Resultado Abrangente Atribuído aos Acionistas não Controladores	-	-	20.434	9.763
Resultado Abrangente Atribuído aos Acionistas da Controladora	1.749.570	266.010	1.749.570	266.010

(I) Período ajustado pelos novos pronunciamentos contábeis para efeito de comparativos.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Continua...

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Em Reais mil

Eventos	Reservas de Lucros						Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladora	Participação dos Acionistas não Controladores	Patrimônio Líquido
	Capital Social	Legal	Estatutária para Aumento de Capital	Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria				
Saldos em 01.01.2009 (I)	3.000.000	193.982	718.730	693.047	1.057.840	(1.462)	1.339	5.663.476	272.574	5.936.050
Ajuste Reflexo de Controlada	-	-	-	-	-	-	(5.854)	(5.854)	-	(5.854)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	962.403	962.403	9.763	972.166
Eventos Decorrentes de Acionistas não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.810)	(18.810)
Transferência de Reservas	-	-	(718.730)	718.730	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(696.393)	-	-	(696.393)	-	(696.393)
Destinações: - Reservas	-	47.637	-	582.355	-	-	(629.992)	-	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio Intermediários - pagos em novembro de 2009	-	-	-	-	-	-	(128.000)	(128.000)	-	(128.000)
- Dividendos Intermediários - pagos em maio e novembro de 2009	-	-	-	-	-	-	(99.340)	(99.340)	-	(99.340)
- Juros sobre o Capital Próprio Provisionados	-	-	-	-	-	-	(95.400)	(95.400)	-	(95.400)
Saldos em 31.12.2009	3.000.000	241.619	-	1.994.132	361.447	(1.462)	5.156	5.600.892	263.527	5.864.419
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.759.806	1.759.806	20.434	1.780.240
Eventos Decorrentes de Acionistas não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.623)	(39.623)
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(2.858)	-	(2.858)	-	(2.858)
Cancelamento das Ações Mantidas em Tesouraria	-	-	-	(4.320)	-	4.320	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(10.236)	-	-	(10.236)	-	(10.236)
Destinações: - Reservas	-	88.248	-	1.107.184	-	-	(1.195.432)	-	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio Intermediários - pagos em novembro de 2010	-	-	-	-	-	-	(160.000)	(160.000)	-	(160.000)
- Dividendos Intermediários - pagos em maio e novembro de 2010	-	-	-	-	-	-	(88.930)	(88.930)	-	(88.930)
- Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Provisionados	-	-	-	-	-	-	(320.600)	(320.600)	-	(320.600)
Saldos em 31.12.2010	3.000.000	329.867	-	3.096.996	351.211	-	-	6.778.074	244.338	7.022.412

(I) Período ajustado pelos novos pronunciamentos contábeis para efeito de comparativos.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA INDIRETO – Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO HOLDING		CONSOLIDADO	
	2010	2009 (I)	2010	2009 (I)	2010	2009 (I)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais						
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.759.806	962.403	1.785.598	1.078.140	2.214.423	1.375.796
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:						
Depreciação, Amortização e Exaustão	18	30	18	30	333.291	316.573
Resultado na Alienação de Investimentos	-	-	-	(483.245)	-	(488.649)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	76.606	36.876	75.840	36.290	87.218	(361.966)
Juros Ações Preferenciais Resgatáveis	(24.006)	(23.441)	(35.293)	(34.462)	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 16)	(1.701.683)	(901.203)	(1.575.536)	(407.771)	2.786	(5.753)
Dividendos Recebidos	-	-	(75.167)	(82.984)	(75.167)	(82.984)
Provisão para Contingências (Nota 22)	28.160	15.280	28.160	15.280	55.531	29.067
Perdas (Ganhos) Líquidos não Realizados com Derivativos	-	-	-	-	59.445	(153.942)
Outros	1.233	1.017	1.233	1.016	(517.191)	(300.603)
Lucro Líquido Ajustado	140.134	90.962	204.853	122.294	2.160.336	327.539
(Aumento) Redução em Outros Ativos	(148.747)	(175.680)	(210.980)	(207.228)	(344.063)	181.894
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	8.766	76.079	12.491	74.756	201.673	145.073
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	338.652	589.505	347.621	410.800	83.701	84.204
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	-	(183)	(636)	(183)	(636)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	338.805	580.866	353.802	399.986	2.101.464	738.074
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos						
Alienação de Bens do Imobilizado/Investimento	-	177.123	-	531.204	198.362	600.940
Aquisição de Investimento	-	(2.700)	-	-	(660.509)	(511.338)
Aquisição de Imobilizado	-	(13)	-	(13)	(1.366.878)	(936.101)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	-	174.410	-	531.191	(1.829.025)	(846.499)
Fluxo de Caixa nas Atividades de Financiamentos						
Empréstimos e Financiamentos	-	259.939	-	-	292.115	376.220
Emissão de Notas Promissórias (Nota 21)	-	690.000	-	690.000	-	690.000
Liquidação de Notas Promissórias (Nota 21)	-	(2.225.064)	-	(2.225.064)	-	(2.225.064)
Emissão de Debêntures (Nota 20)	-	1.410.000	-	1.410.000	-	1.410.000
Liquidação de Debêntures (Nota 20)	(152.873)	(639.818)	(152.873)	(639.818)	(152.873)	(639.818)
Aquisição de Ações em Tesouraria (Nota 23c)	(2.858)	-	(2.858)	-	(199.768)	(1.278)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos (Nota 23b)	(313.869)	(358.780)	(313.869)	(358.780)	(313.869)	(358.780)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	(469.600)	(863.723)	(469.600)	(1.123.662)	(374.395)	(748.720)
(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(130.795)	(108.447)	(115.798)	(192.485)	(101.956)	(857.145)
Início do Exercício	287.780	396.227	289.327	481.812	1.057.682	1.914.827
Fim do Exercício	156.985	287.780	173.529	289.327	955.726	1.057.682
(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(130.795)	(108.447)	(115.798)	(192.485)	(101.956)	(857.145)

(I) Período ajustado pelos novos pronunciamentos contábeis para efeito de comparativos.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO HOLDING		CONSOLIDADO	
	2010	2009 (I)	2010	2009 (I)	2010	2009 (I)
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
RECEITA BRUTA DE VENDAS						
Receita de Produtos e Serviços	-	-	-	-	4.954.395	2.894.737
Resultado na Alienação de Investimentos	-	-	-	483.245	-	488.649
Receitas Relativas à Construção de Ativos Próprios	-	-	-	-	1.196.265	808.878
Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(2.322)	(1.336)
Outras Receitas	-	167	19	167	19	167
Aquisição de Produtos	-	-	-	-	(110.994)	(70.840)
Serviços Contratados	(8.581)	(14.775)	(8.873)	(15.242)	(689.352)	(377.985)
Materiais	-	-	-	-	(1.209.965)	(1.200.213)
Óleo, Combustível, Gases e Energia	-	-	-	-	(351.211)	(264.648)
Outros Custos	(2.151)	(5.335)	(2.398)	(5.336)	(634.748)	(364.137)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(10.732)	(19.943)	(11.252)	462.834	3.152.087	1.913.272
Depreciação, Amortização e Exaustão	(18)	(30)	(18)	(30)	(333.291)	(316.573)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(10.750)	(19.973)	(11.270)	462.804	2.818.796	1.596.699
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.893.026	1.123.464	1.926.737	759.312	235.817	176.078
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.701.683	901.203	1.575.536	407.771	(2.786)	5.753
Juros de Ações Resgatáveis Preferenciais	168.816	192.871	248.186	232.293	-	-
Receitas Financeiras	22.527	29.390	27.848	36.264	163.436	87.341
Dividendos Recebidos	-	-	75.167	82.984	75.167	82.984
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.882.276	1.103.491	1.915.467	1.222.116	3.054.613	1.772.777
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	1.882.276	1.103.491	1.915.467	1.222.116	3.054.613	1.772.777
Pessoal	4.301	2.768	4.301	2.768	335.542	298.332
Impostos, Taxas e Contribuições	28.963	17.622	62.148	136.241	667.740	442.439
Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros	89.206	120.698	89.212	120.704	271.091	59.840
Remuneração de Capitais Próprios	1.759.806	962.403	1.759.806	962.403	1.780.240	972.166
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	569.530	322.740	569.530	322.740	569.530	322.740
Lucros Retidos	1.190.276	639.663	1.190.276	639.663	1.190.276	639.663
Lucro Líquido Atribuído aos Acionistas não Controladores	-	-	-	-	20.434	9.763

(I) Período ajustado pelos novos pronunciamentos contábeis para efeito de comparativos.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BRADESPAR S.A., (BRADESPAR, Sociedade ou CONTROLADORA), empresa constituída sob a forma de sociedade por ações de capital aberto, tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades.

As principais participações societárias diretas e indiretas são:

a) Antares Holdings Ltda. (ANTARES)

A ANTARES tem por objeto a administração, locação, compra e venda de bens próprios e a participação em outras sociedades como cotista ou acionista.

b) Brumado Holdings Ltda. (BRUMADO)

A BRUMADO tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

c) Millennium Security Holdings Corp. (MILLENNIUM)

A MILLENNIUM tem por objeto ingressar em qualquer ato ou atividade que sejam permitidas por qualquer lei no momento vigente nas Ilhas Virgens Britânicas.

d) Valepar S.A. (VALEPAR)

A VALEPAR é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto, exclusivamente, participar como acionista da Vale S.A. (VALE).

e) Vale S.A. (VALE)

A VALE é uma sociedade anônima de capital aberto que tem como atividades preponderantes a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos. Além disso, atua nos segmentos de energia, logística e siderurgia.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da BRADESPAR (CONTROLADORA) e da BRADESPAR e suas controladas e controladas em conjunto (CONSOLIDADO), em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis, às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A BRADESPAR adotou a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009, quando aplicável, os pronunciamentos emitidos pelo CPC, sendo estas as primeiras demonstrações contábeis consolidadas apresentadas pela Companhia de acordo com o *International Financial Reporting - IFRS*. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs/IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido, do resultado e do resultado abrangente, estão descritas na Nota 7.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial em controladas e coligadas que são, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados.

Data de autorização para emissão das demonstrações contábeis

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2011.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

I) MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da BRADESPAR.

II) ATIVOS CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

a) Circulante e Realizável a Longo Prazo

Os ativos são demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base "pro-rata" dia), ajustados aos valores prováveis de realização, mediante constituição de provisão para perdas, quando aplicável.

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, sendo reconhecidos, quando aplicável, no ativo circulante ou no não circulante - realizável a longo prazo.

I. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos a curto prazo

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancário e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata e vencimento original em até três meses. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a três meses, são reconhecidos a valor justo com movimentações pelo resultado e registrados em investimentos a curto prazo.

II. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado – são registrados nesta categoria os ativos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Os derivativos não designados como instrumento de hedge, estão registrados nesta categoria. Os ativos nesta categoria estão classificados como ativo circulante.
- Empréstimos e recebíveis – são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. São registrados contabilmente no ativo circulante, com exceção daqueles com o prazo de vencimentos superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são registrados no ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida com a aplicação da taxa efetiva, exceto para créditos de curto prazo, caso em que o reconhecimento dos juros seria imaterial.
- Disponíveis para venda – são ativos não derivativos não classificados nas demais categorias. São inicialmente registrados pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial, são reavaliados pelos valores justos por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração contábil, sem qualquer dedução relativa a custo de transação que possa ocorrer até a sua venda.

Os investimentos em instrumento de patrimônio líquido que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com segurança o seu valor justo, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas não recuperável. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no valor justo dos investimentos disponíveis para venda são registrados no patrimônio líquido, na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial" incluída na rubrica "Outros lucros abrangentes" até o investimento ser vendido ou recebido ou até que o valor justo do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda significativa ou prolongada, momento em que a perda acumulada é transferida para a demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos independentemente da sua data de liquidação financeira.

III. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (VALE)

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

IV. Estoques (VALE)

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Os custos de formação dos estoques são determinados pelos custos fixos e variáveis diretos e indiretos de produção, apropriados pelo método de custo médio. O valor líquido de realização dos estoques corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realização da venda. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

Os estoques de minério são reconhecidos no momento em que exista a extração física do minério. Este deixa de fazer parte do cálculo das reservas provadas e prováveis e passa a fazer parte do estoque da pilha de minério e, portanto, não faz parte do cálculo da depreciação, amortização e exaustão por unidade de produção.

Os custos de estoques incluem os ganhos e perdas derivados de operações de *hedge* de fluxo de caixa, na aquisição de material de estoque (matérias-primas, preço de produtos, entre outros), inicialmente registrados no patrimônio líquido e transferido para o custo de produto pela realização na venda do produto.

V. Gastos com estudos e pesquisas (VALE)

Os gastos com estudos e pesquisas minerais são considerados como despesas operacionais até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida. A partir desta comprovação, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo de desenvolvimento de mina.

Durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes do início da produção, os gastos de remoção de estéril, custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais, são contabilizados como parte do ativo na rubrica custo de desenvolvimento de mina. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas. Após o início da fase produtiva da mina, os gastos com remoção de minério são tratados como custo de produção.

VI. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Ativos financeiros

A Companhia avalia a cada fim de período do relatório se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos financeiros. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, a Companhia reconhece no resultado a perda por *impairment*.

Ativos não financeiros de longa duração

A Companhia analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não financeiro de longa duração não será recuperável. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano. Quando o valor residual contábil desse ativo não financeiro excede seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo não financeiro (deterioração), cabendo também neste momento a revisão dos ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sofrido redução do saldo contábil por não recuperação, para uma eventual reversão desses valores baixados. Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo não financeiro individualmente, é realizada a análise do valor recuperável dos ativos não financeiros agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente da Unidade Geradora de Caixa - UGC, à qual o ativo pertence.

VII. Arrendamento mercantil - Leasing (VALE)

A Companhia classifica seus contratos como arrendamento financeiro ou operacional com base na substância do contrato, independentemente de sua forma.

Nos contratos de arrendamento mercantis considerados pelo método financeiro, o menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, são registrados no ativo imobilizado tangível com contrapartida da correspondente obrigação registrada no passivo. Nos arrendamentos mercantis considerados como métodos operacionais, os pagamentos efetuados são reconhecidos linearmente durante a vigência do contrato como custo ou despesas na demonstração dos resultados do exercício a que pertencam.

b) Investimentos

I. As participações nos investimentos em coligadas, controladas e controladas de controle compartilhado são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e, quando aplicável, acrescidos/deduzidos de ágio/deságio a amortizar e de provisão para perdas por redução ao valor recuperável - *impairment*.

c) Imobilizado (VALE)

O ativo imobilizado representado pelos ativos tangíveis está registrado contabilmente ao custo de aquisição ou produção. Os ativos incluem os encargos financeiros, incorridos durante o período de construção, despesas imputáveis a aquisição e perdas por não recuperação do ativo.

Os bens são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, exceto por terrenos que não são depreciados. A exaustão das jazidas é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas provadas e prováveis.

A VALE não exerceu a opção de adoção do custo atribuído a seus ativos imobilizados, visto que não identificou bens de valores relevantes com valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo, principalmente em função do significativo volume de investimentos e aquisições feitos pela empresa nos últimos anos.

Nos casos das ferrovias, onde a VALE é concessionária, os bens adquiridos, vinculados as atividades de concessão de prestação de serviços públicos (bens reversíveis), ao término do período de concessão serão devolvidos ao concedente sem qualquer compensação ou ônus para o concedente. Os ativos imobilizados tangíveis reversíveis são originalmente registrados contabilmente pelo valor de custo de aquisição ou de construção, durante o período de construção. Os ativos vinculados a concessão são depreciados com base na vida útil estimada do ativo, a partir da entrada em funcionamento.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, no resultado, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

A depreciação e exaustão dos ativos da Vale, esta representada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Imóveis	10 anos a 50 anos
Instalações	5 anos a 50 anos
Equipamentos	3 anos a 33 anos
Equipamentos de informática	5 anos a 10 anos
Ativos minerários	2 anos a 33 anos
Locomotivas	12,5 anos a 33 anos
Vagões	33 anos
Equipamentos ferroviários	5 anos a 50 anos
Navios	5 anos a 20 anos
Outros	2 anos a 50 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício social.

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes (ex.: navios), incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada.

d) Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem basicamente os direitos contratuais e despesas incorridas em projetos específicos com valor econômico futuro e são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que irão gerar benefícios econômicos para a Companhia, sejam por este controláveis e o respectivo valor possa ser mensurado de maneira confiável.

Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida não são amortizados, consequentemente estes ativos são testados no mínimo anualmente quanto a sua recuperação (teste de *impairment*). A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é registrado contabilmente de maneira prospectiva.

Os ativos intangíveis gerados internamente, quando da fase de pesquisa, têm seus gastos registrados contabilmente na despesa do período quando incorridos. Os gastos com atividades de desenvolvimento (ou fase de desenvolvimento de um projeto interno) são registrados contabilmente como ativo intangível se, e somente se, cumprido todos os requerimentos da norma. O reconhecimento inicial deste ativo corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento requeridos pela norma. Os ativos intangíveis gerados internamente, em um momento subsequente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados contabilmente pelo valor justo na data de aquisição, que equivale ao seu custo. Em um momento subsequente, esses ativos são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

III) PASSIVOS CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos (em base "pro-rata" dia), quando aplicável.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável.

A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro tributável antes do imposto de renda considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Nas operações de captação de recursos por meio da emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são registradas como redutoras do passivo e apropriadas ao resultado, pela taxa de juros efetiva, de acordo com o prazo da operação.

IV) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09.

• **Ativos Contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

• **Passivos Contingentes:** São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade, e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remoto não requerem provisão e divulgação.

• **Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias:** Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

V) FUNDO DE PENSÃO E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-APOSENTADORIA (VALE)

Para os planos de benefício definido em que a Companhia tem a responsabilidade ou possui algum tipo de risco, são obtidos periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades determinadas de acordo com o Método de Unidade de Crédito Projetada - *Projected Unit Credit Method*, a fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações. O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação ao plano de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data de balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. Os ganhos e perdas atuariais são apontados e controlados pelo método do corredor, método esse que somente afetará o resultado do período se ultrapassar os limites de 10% do montante de ativos ou passivos, dos dois o maior, e do montante ultrapassado, a parcela do diferido pelo número de participantes ativos do plano. Os custos de serviços passados que surgem com alterações de planos são lançados imediatamente no resultado, quando surgem.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A VALE possui diversos planos de aposentadoria, dentre os quais planos que apresentam situações superavitárias e deficitárias. Para os planos com posição de superávit, a Companhia não efetua qualquer registro no balanço patrimonial nem na demonstração do resultado, por não existir claramente uma posição sobre a utilização desse superávit pela Companhia, ficando somente demonstrado em nota explicativa. Para os planos com a posição deficitária, a Companhia reconhece os passivos e resultados advindos da avaliação atuarial e os ganhos e perdas atuariais gerados pela avaliação desses planos, são reconhecidos no resultado do exercício, segundo o método do corredor. Além dos registros contábeis, os planos deficitários também são demonstrados em nota explicativa.

Com relação aos planos de contribuição definida a Companhia não tem obrigação adicional após a contribuição ser feita.

VI) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E OPERAÇÕES DE HEDGE (VALE)

A VALE utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de negociação. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo ou passivo no balanço patrimonial e são mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas em cada exercício como ganhos ou perdas no resultado do período ou em ajustes de avaliação patrimonial em resultados abrangentes no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como um *hedge* efetivo, na modalidade de fluxo de caixa, e que tenha sido efetivo durante o período relacionado.

O método de registro de um item que está sendo protegido por *hedge* depende da sua natureza. Os derivativos serão designados e reconhecidos como *hedge* de valor justo de ativos e passivos quando existir um compromisso firme, como *hedge* de fluxo de caixa quando um risco específico associado a um ativo ou passivo for reconhecido ou uma operação prevista altamente provável, e como *hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior. A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início quanto de maneira contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes nas suas variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

No *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações de valor justo designada e qualificada como *hedge*, nesta modalidade, é registrada contabilmente no patrimônio líquido em resultados abrangentes. A parcela efetiva lançada no patrimônio líquido em resultados abrangentes, somente será transferida para o resultado de período, em conta de resultado apropriada para o item protegido (custo, despesa operacional, despesa financeira etc.) quando o item protegido for efetivamente realizado. Entretanto, quando um item objeto de *hedge* prescrever, for vendido, ou quando um *hedge* não atender mais aos critérios de contabilização de *hedge*, todo ganho e perda acumulado existente, no momento, permanecerá registrado no patrimônio até que a operação prevista seja realizada e finalmente reconhecida no resultado.

Os instrumentos derivativos que não se qualificam para o registro contábil como *hedge*, suas variações de valor justo deverão ser registradas imediatamente no resultado do período, que são os derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

VII) RESULTADO DO EXERCÍCIO

É apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamento.

VIII) LUCRO POR AÇÃO

É determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação nas datas de encerramento do balanço.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente dos ativos e passivos, em cada período, e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentadas:

Reservas minerais e vida útil de minas (VALE)

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a VALE assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de câmbio, taxas de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis registradas.

A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e, sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações contábeis como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de *impairment*.

Custos ambientais e de recuperação de áreas degradadas (VALE)

Os gastos incorridos relacionados ao cumprimento das regulamentações ambientais são registrados no resultado ou capitalizados. Esses programas foram criados para minimizar o impacto ambiental das atividades.

A VALE reconhece uma obrigação segundo o valor de mercado para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver

valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxa de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Apesar das estimativas serem revistas anualmente, essa provisão requer que sejam assumidas premissas para projetar os fluxos de caixa aplicáveis às operações.

Imposto de renda e contribuição social

A determinação da provisão para imposto de renda ou o imposto de renda diferido ativos e passivos e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado. A provisão para desvalorização feita com relação aos prejuízos fiscais acumulados depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro em que o imposto de renda diferido ativo foi reconhecido baseada na produção e planejamento de vendas, preços de *commodities*, custos operacionais, planos de reestruturação, custos de recuperação de áreas degradadas e custos de capital planejados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro.

Contingências

Os passivos contingentes são registrados e/ou divulgados, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota por nossos consultores jurídicos. As contingências, encontram-se dispostas em notas explicativas das demonstrações contábeis.

O registro das contingências de um determinado passivo na data das demonstrações contábeis é feito quando o valor da perda possa ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da VALE, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração da VALE quanto aos resultados dos eventos futuros.

Benefícios pós-aposentadoria dos empregados (VALE)

A VALE patrocina diversos planos de benefícios pós-aposentadoria aos seus empregados, no Brasil e no exterior, na controladora e em entidades do Grupo.

Os valores registrados nesta rubrica dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam diversas premissas para determinação dos custos e passivos, entre outros. Uma das premissas utilizadas na determinação dos valores a serem registrados contabilmente é a taxa de juros para desconto e atualização. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os registros contábeis efetivos.

A VALE, em conjunto com os atuários externos, revisa no final de cada exercício, quais premissas devem ser utilizadas para o exercício seguinte. Essas premissas são utilizadas para as atualizações e descontos a valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e determinação dos valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são necessárias para liquidação das obrigações com os planos.

Redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia anualmente testa a recuperabilidade de seus ativos tangíveis e intangíveis, com vida útil indefinida que se constituem principalmente da parcela de ágio por expectativa de resultados futuros advindos de processos de combinação de negócios.

A recuperabilidade dos ativos com base no critério do fluxo de caixa descontado depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e dessa forma a Administração entende não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão ou não no futuro.

Valor Justo de Derivativos e Outros Instrumentos Financeiros

O Valor justo de instrumentos financeiros não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

A análise do impacto caso os resultados reais fossem diferente da estimativa da Administração da VALE, está apresentada na nota 24 no tópico análise de sensibilidade.

5) DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

a) As demonstrações contábeis consolidadas da BRADESPAR foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - (IASB) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* - (IFRIC), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e suas interpretações técnicas - ICPCs e orientações - OCPCs, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

b) No caso de investimentos nas sociedades em que o controle acionário é compartilhado com outros acionistas, os componentes do ativo e do passivo, das receitas e das despesas são agregados às demonstrações contábeis consolidadas na proporção da participação da CONTROLADORA no capital social de cada investida, considerando como base os saldos consolidados das mesmas.

As demonstrações contábeis consolidadas da BRADESPAR incluem as seguintes empresas controladas e controladas em conjunto, direta e indiretamente pela BRADESPAR:

Empresas	Em 31 de dezembro	
	Participação Direta e Indireta da BRADESPAR (em %)	
	2010	2009
- Antares Holdings Ltda. (1).....	100,00	100,00
- Millennium Security Holdings Corp. (1)	100,00	100,00
- Brumado Holdings S.A. (1).....	100,00	100,00
- Valepar S.A. (2)	17,44	17,44
- VALE e suas controladas (2)	5,81	5,81

(1) Empresa incluída no CONSOLIDADO HOLDING; e
(2) Empresa cujo controle é compartilhado com outros acionistas.

6) ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DAS NORMAS INTERNACIONAIS EXISTENTES QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As alterações e interpretações a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados após 1º de janeiro de 2011, e não houve adoção antecipada dessas normas por parte da BRADESPAR.

• IAS 12 Imposto de Renda, corrigido em dezembro de 2010, esclarece quanto a dificuldade de mensuração se a recuperabilidade de um ativo se dará através da venda ou do uso quando o ativo estiver classificado como propriedade para investimento. A presunção apresentada nessa correção é de que o valor desse ativo será recuperado normalmente através da venda. A Companhia está avaliando esse impacto nas suas demonstrações.

• IFRS 9 Instrumentos Financeiros, emitido em novembro de 2009, introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013, e sua adoção antecipada é permitida. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento. Não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.

• IFRIC 19 Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais está em vigor desde 1º de julho de 2010. Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente. A Companhia aplicará a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2011 e está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não se espera que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.

• IFRIC 14, IAS 19 Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provento de Recursos (*funding*) e sua Interação. Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa. Entrada em vigor em 1º de janeiro de 2011.

A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.

• IFRS 7 Instrumentos Financeiros. Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011, retroativamente. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.

• IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis. Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio líquido, na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011, de maneira retroativa. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.

• IAS 34 Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários. Objetiva oferecer orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação na IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de: a) circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação; b) transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo; c) mudanças na classificação dos ativos financeiros; e d) mudanças nos passivos e ativos contingentes. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011, de maneira retroativa. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

- IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes. O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.
- IAS 32 Instrumentos Financeiros. Alteração emitida em outubro de 2009. A alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 1º de fevereiro de 2010. Aplicação antecipada é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contudo que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros". A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.

7) ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DE ACORDO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE (IFRS) E DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DE ACORDO COM OS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS EMITIDOS PELOS CPCs

I) Base de transição aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1

As demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações contábeis consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e a IFRS 1 na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas.

A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A Administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e a IFRS nessa data.

Na preparação dessas demonstrações contábeis, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

II) A VALE optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva

a) Obrigações com benefícios de aposentadoria - A VALE optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais passados cumulativamente em 1º de janeiro de 2009. Desta forma, ganhos e perdas não reconhecidos no passado foram integralmente reconhecidos no balanço de abertura contra o patrimônio líquido.

b) Provisão para Desmobilização de Ativos - A VALE adotou a isenção deste pronunciamento no que se refere às taxas históricas de juros de longo prazo antes do imposto de renda que reflete a avaliação das condições de mercado vigente à época e dos riscos específicos associados ao passivo, utilizadas nos princípios anteriores, e a remensuração prevista nos novos princípios, para o cálculo do desconto a valor presente das obrigações com a desmobilização de ativos.

c) Combinação de negócios - A VALE aplicou a isenção de combinação de negócios na IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição.

d) As demais isenções da norma não são relevantes para a VALE e não foram adotadas.

III) Exceções obrigatórias da VALE na aplicação retrospectiva

a) Estimativas contábeis - as estimativas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas adotadas no Brasil anteriormente.

b) As outras exceções obrigatórias, baixa e reversão de ativos e passivos financeiros, *hedge accounting* e participação de acionistas não controladores não se aplicam, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo.

IV) Conciliação entre IFRS/CPCs com as práticas anteriores

a) A Companhia efetuou registros iniciais nos planos de benefícios a empregados de forma imediata e reconheceu um aumento no passivo atuarial de plano deficitário com contrapartida no ativo de imposto de renda diferido e reflexo da realização da perda atuarial acumulada no patrimônio líquido. Nestes ajustes estão contemplados os ganhos e perdas atuariais referentes à política contábil anterior, que se situavam dentro dos limites do "corredor". A Companhia continuará utilizando o "corredor" como prática contábil.

b) Provisão para desmobilização de ativo - a Companhia já reconhecia em suas demonstrações contábeis a provisão para desmobilização de acordo com o IFRS, exceto pela remensuração da taxa histórica de juros de longo prazo antes do imposto de renda que reflete a avaliação das condições de mercado vigentes à época, utilizada no cálculo do valor presente das obrigações, que de acordo com as normas IFRS devem ser revisadas/remensuradas na data do balanço. Como resultado desse recálculo a Companhia procedeu o ajuste no balanço de abertura ajustando o patrimônio líquido na data de transição.

c) Imposto de renda diferido - os ajustes nesta conta referem-se basicamente a transferência das parcelas registradas como corrente para o não corrente, de acordo com os novos princípios e a compensação entre ativos e passivos de mesma natureza e incluem os ajustes sobre o saldo de abertura na data de transição.

d) Investimento - o ajuste refere-se ao impacto da transição da prática anterior para CPCs nas investidas, capturadas na linha de equivalência patrimonial na demonstração de resultado da Controladora.

e) Depósito judicial - refere-se à reclassificação dos depósitos que na norma anterior eram apresentados como conta redutora do passivo contingente.

f) Participação minoritária - esta rubrica contábil passou a denominar-se Participação dos Acionistas não Controladores e foi realocada para o patrimônio líquido. A participação dos acionistas não controladores, registrada contabilmente de maneira destacada no patrimônio líquido requer que as movimentações das rubricas de composição do patrimônio destes acionistas ocorram de maneira similar às apresentadas para os acionistas controladores.

g) Ações resgatáveis de acionistas não controladores - a participação dos acionistas não controladores que é resgatável após a ocorrência de certos eventos fora do controle da Companhia, foi classificada como participações resgatáveis de acionistas não controladores no passivo não circulante.

h) Intangível - nas concessões ferroviárias que a VALE participa, os investimentos na via permanente devem ser retomados ao poder concedente na conclusão do contrato de concessão, foram reclassificados de imobilizado para ativo intangível.

i) Ações Resgatáveis da Valepar - na BRADESPAR Controladora e Consolidado Holding foi efetuada a reclassificação das Ações Resgatáveis da Valepar para o Ativo, com reconhecimento da respectiva receita financeira - juros de ações resgatáveis, conforme CPC 38.

j) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - O investimento na CPFL Energia, anteriormente avaliado ao custo no Consolidado Holding e Consolidado Total foi reclassificado para o ativo financeiro disponível para venda ajustado a valor de mercado, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, deduzidos de efeitos tributários, conforme CPC 38. Na Controladora o impacto ocorreu de forma reflexa, no investimento e patrimônio líquido.

Ajustes da Adoção de Novas Práticas, Estimativas Contábeis e Reclassificações

Balanço de abertura das novas práticas em 1º de janeiro de 2009	Nota 7	Controladora		Consolidado		Participação Minoritária	Patrimônio Líquido
		Ativos	Passivos	Ativos	Passivos		
Saldo anterior à adoção de novas práticas		6.718	1.783	4.935	11.928	6.639	4.936
Ativos financeiros disponíveis para venda	IV j	-	-	-	1.210	370	719
Obrigações com benefícios de aposentadoria	IV a	-	-	-	7	7	-
Provisão para desmobilização de ativos	IV b	-	-	-	(3)	(5)	2
Imposto de renda diferido	IV c	-	-	-	(25)	(25)	-
Investimentos	IV d	728	-	728	(121)	-	-
Depósito judicial	IV e	2	2	-	101	101	-
Custos relacionados à emissão de ações resgatáveis Valepar	IV i	-	-	-	6	-	6
Ajustes em 1º de janeiro de 2009		730	2	728	1.176	449	727
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	IV	-	-	5.663	-	-	5.663
Participação de acionistas não controladores - PL VALE	IV f	-	-	-	-	(273)	273
Ações resgatáveis de acionistas não controladores	IV g	-	-	-	-	80	(80)
Saldo em 1º de janeiro de 2009 com as novas práticas	IV	7.448	1.785	5.663	13.104	7.168	5.936

Balanço comparativo em 31 de dezembro de 2009	Nota 7	Controladora			Consolidado			Resultado	
		Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Ativos	Passivos	Participação Minoritária		
Saldo anterior à adoção de novas práticas		6.126	1.078	5.048	11.112	5.727	337	5.048	953
Ajustes acumulados balanço de abertura		730	2	728	1.176	449	-	727	-
	6.856	1.080	5.776	12.288	6.176	337	5.775	953	
Ativos financeiros disponíveis para venda	IV j	-	-	-	(271)	(92)	-	(179)	-
Obrigações com benefícios de aposentadoria	IV a	-	-	-	(2)	(4)	-	2	-
Provisão para desmobilização de ativos	IV b	-	-	-	8	9	-	(2)	-
Remuneração adicional de título mandatoriamente conversível		-	-	-	-	-	-	-	5
Imposto de renda diferido	IV c	-	-	-	92	92	-	-	-
Investimentos	IV d	(175)	-	(175)	-	-	-	-	-
Depósito judicial	IV e	(2)	(2)	-	(25)	(25)	-	-	-
Diferencial de rendimentos de ações resgatáveis Valepar		-	-	-	4	-	-	4	4
Ajustes em 31 de dezembro de 2009		(177)	(2)	(175)	(194)	(20)	-	(175)	9
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	IV	-	-	5.601	-	-	-	5.601	962
Participação de acionistas não controladores - PL VALE	IV f	-	-	-	-	-	(263)	263	10
Ações resgatáveis de acionistas não controladores	IV g	-	-	-	-	74	(74)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	IV	6.679	1.078	5.601	12.094	6.230	-	5.864	972

Conciliação do balanço patrimonial do período de transição 1º de janeiro de 2009 - Controladora

Ativo	Nota 7	Publicado	Ajustes de adoção		Ajustado
			Reclassificações	Ajustes	
Circulante					
Outros circulantes total		535	-	-	535
Não Circulante					
Ações preferenciais resgatáveis	IV i	-	1.376	-	1.376
Depósitos judiciais	IV e	-	2	-	2
Investimentos	IV i	6.083	(1.376)	728	5.435
Outros não circulantes total		100	-	-	100
Total		6.183	2	728	6.913
Passivo e Patrimônio Líquido		6.718	2	728	7.448
Circulante					
Outros circulantes total		1.685	-	-	1.685
Não Circulante					
Outros não circulantes total		98	2	-	98
Patrimônio Líquido					
Lucros acumulados		-	-	1	1
Ajustes de avaliação patrimonial	IV i	-	-	727	727
Total do patrimônio líquido		4.935	-	728	5.663
Total		6.718	2	728	7.448

Conciliação do balanço patrimonial do período de transição 1º de janeiro de 2009 - Consolidado

Ativo	Nota 7	Publicado	Ajustes de adoção		Ajustado
			Reclassificações	Ajustes	
Circulante					
Ativos financeiros disponíveis para venda	IV j	-	27	1.211	1.238
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c	76	(76)	-	-
Outros circulantes total		3.667	-	-	3.667
Não Circulante					
Depósitos judiciais	IV e	104	101	-	205
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c	89	51	6	146
Investimentos	IV d	263	(27)	(121)	115
Intangíveis	IV h	1.037	317	-	1.354
Imobilizado		6.420	(317)	(2)	6.101
Outros não circulantes total		272	-	6	278
Total		8.185	125	(111)	8.199
Passivo e Patrimônio Líquido		11.928	76	1.100	13.104
Circulante					
Parcela do circulante de empréstimos de longo prazo	IV b	92	-	1	93
Fundo de pensão	IV a	14	-	2	16
Outros circulantes total		2.391	-	-	2.391
Não Circulante					
Fundo de Pensão	IV a	207	-	5	212
Empréstimos e financiamentos		2.480	-	1	2.481
Provisões para contingências	IV e	372	101	-	473
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV j	-	-	371	371
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c	467	(25)	15	457
Provisão com obrigações para desmobilização de ativos	IV b	116	-	(6)	110
Outros não circulantes total		500	-	(16)	484
Total		4.142	76	370	4.588
Participação resgatável dos acionistas não controladores	IV f e g	-	80	-	80
Patrimônio Líquido					
Lucros acumulados		-	-	2	2
Ajustes de avaliação patrimonial	IV d	-	-	725	725
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	IV f	4.936	-	727	5.663
Participação dos acionistas não controladores (VALE)	IV f e g	353	(80)	-	273
Total do patrimônio líquido		5.289	-	727	5.936
Total		11.928	76	1.100	13.104

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

Conciliação do balanço patrimonial comparativo de 31 de dezembro de 2009 - Controladora

	Nota 7	Ajustes de adoção		Ajustado 31.12.2009
		Publicado 31.12.2009	Reclassificações Ajustes	
Ativo				
Circulante				
Outros circulantes total		329	-	329
		329	-	329
Não Circulante				
Ações preferenciais resgatáveis	IV i	-	936	936
Investimentos	IV i	5.695	(936)	5.312
Outros não circulantes total		102	-	102
		5.797	-	6.350
Total		6.126	-	6.679
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante				
Outros circulantes total		271	-	271
		271	-	271
Não Circulante				
Outros não circulantes total		807	-	807
		807	-	807
Patrimônio Líquido				
Lucros acumulados		-	5	5
Ajustes de avaliação patrimonial	IV i	-	548	548
Total do patrimônio líquido		5.048	-	5.601
Total		6.126	-	6.679

Conciliação do balanço patrimonial comparativo de 31 de dezembro de 2009 - Consolidado

	Nota 7	Ajustes de adoção		Ajustado 31.12.2009
		Publicado 31.12.2009	Reclassificações Ajustes	
Ativo				
Circulante				
Ativos financeiros disponíveis para venda	IV j	-	2	892
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c	87	(87)	-
Outros circulantes total		2.426	-	2.426
		2.513	(85)	3.320
Não Circulante				
Depósitos judiciais	IV e	144	77	221
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c	35	154	6
Investimentos		340	(2)	(73)
Intangíveis	IV h	1.002	367	-
Imobilizado		6.692	(367)	6
Outros não circulantes total		386	-	7
		8.599	229	(54)
Total		11.112	144	838
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante				
Parcela do circulante de empréstimos de longo prazo		308	-	308
Fundo de pensão	II a	14	-	3
Outros circulantes total		791	-	791
		1.113	-	3
Não Circulante				
Fundo de Pensão	II a	194	-	(14)
Empréstimos e financiamentos		2.099	-	1
Provisões para contingências	IV e	449	76	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV j	115	-	278
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c	446	68	27
Provisão com obrigações para desmobilização de ativos	II b e IV b	107	-	6
Outros não circulantes total		1.204	-	(16)
		4.614	144	282
Participação resgatável dos acionistas não controladores	IV f e g	-	74	-
		4.614	218	282
Patrimônio Líquido				
Lucros acumulados		-	5	5
Ajustes de avaliação patrimonial		-	548	548
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora		5.048	-	5.601
Participação dos acionistas não controladores (VALE)		337	(74)	263
Total do patrimônio líquido		5.385	-	5.864
Total		11.112	144	838

Conciliação do resultado do exercício comparativo de 31 de dezembro de 2009

	Nota 7	Controladora		Consolidado	
		2009 Publicado	2009 Ajustes	2009 Publicado	2009 Ajustes
Receita líquida de vendas e serviços		-	-	2.818	-
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	II e IV	-	-	(1.611)	(2)
Lucro bruto		-	-	1.207	(2)
Receitas (despesas) operacionais		953	9	158	12
Resultado de equivalência patrimonial	II e IV	1.084	9	1.093	7
Resultado na alienação de investimento		-	-	489	-
Receitas de dividendos		-	-	83	-
Despesas gerais e administrativas	II e IV	(20)	-	(20)	1
Pesquisa e desenvolvimento		-	-	(114)	-
Resultado financeiro	II e IV	(91)	-	(91)	8
Outras receitas (despesas) operacionais		(20)	-	(20)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		953	9	1.365	10
Imposto de renda e contribuição social	II e IV	-	-	(402)	(1)
Lucro líquido do exercício		953	9	962	9
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	10
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora		953	9	962	9

Adicionalmente, estamos apresentando a conciliação do balanço patrimonial nos trimestres de 2010, conforme abaixo:

	Nota 7	Controladora			Consolidado Holding		
		31.03.2010	30.06.2010	30.09.2010	31.03.2010	30.06.2010	30.09.2010
Ativo							
Anteriormente apresentado		6.395	6.661	7.081	6.510	6.787	7.208
Ativos financeiros disponíveis para venda	IV j	-	-	-	894	996	978
Investimentos	IV j	541	609	597	(73)	(73)	(73)
Total de acordo com IFRS		6.937	7.270	7.678	7.330	7.710	8.113
Passivo							
Anteriormente apresentado		1.099	1.039	910	1.213	1.166	1.037
Imposto de renda e contribuição social	IV j	-	-	-	279	314	308
Total de acordo com IFRS		1.099	1.039	910	1.492	1.480	1.345
Patrimônio líquido							
Anteriormente apresentado		5.296	5.621	6.171	5.296	5.621	6.171
Ajuste de avaliação patrimonial	IV j	541	609	597	541	609	597
Total de acordo com IFRS		5.838	6.230	6.768	5.838	6.230	6.768

Estas Informações Trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de exame de auditoria.

Reconciliação da demonstração de lucros abrangentes

A transição de BR GAAP para o IFRS não apresentou efeitos sobre os lucros abrangentes divulgados pela BRADESPAR. Os itens de conciliação entre a apresentação em BR GAAP e a apresentação em IFRS foram apresentados na nota de reconciliação dentro do patrimônio líquido.

Reconciliação da demonstração dos fluxos de caixa

A transição de BR GAAP para o IFRS não apresentou nenhum efeito sobre os fluxos de caixa divulgados gerados pela BRADESPAR. Os itens de conciliação entre a apresentação em BR GAAP e a apresentação em IFRS não têm nenhum impacto líquido sobre os fluxos de caixa gerados.

8) SUMÁRIO DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO CONSOLIDADOS DAS CONTROLADAS DE CONTROLE COMPARTILHADO, EM 31 DE DEZEMBRO:

	VALE		VALEPAR	
	2010	2009 (I)	2010	2009 (I)
Balanco Patrimonial				
Ativo				
Circulante	54.268	36.793	2.699	969
Não Circulante - Realizável a Longo Prazo	8.088	10.995	249	244
Não Circulante - Investimentos	3.945	4.562	36.836	30.376
Não Circulante - Intangíveis	18.274	16.440	3.073	3.073
Não Circulante - Imobilizado	130.087	108.948	-	-
Total	214.662	177.738	42.857	34.662
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante	31.384	17.470	2.228	1.082
Não Circulante	66.953	59.975	7.396	8.775
Patrimônio Líquido Total	116.325	100.293	33.233	24.805
Total	214.662	177.738	42.857	34.662
% de Participação Direta e Indireta	5,81%	5,81%	17,44%	17,44%
Demonstração do Resultado				
Receita Líquida de Vendas e Serviços	83.225	48.496	-	-
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(33.756)	(27.750)	-	-
Lucro Bruto	49.469	20.746	-	-
Despesas Operacionais Líquidas	(8.979)	(7.573)	(158)	(81)
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	(2.763)	2.094	(1.315)	(1.147)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(48)	99	9.954	3.440
Ganho na Realização de Investimentos	-	93	-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	37.679	15.459	8.481	2.212
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.035)	(4.954)	-	-
Resultado das Operações Continuadas	30.644	10.505	8.481	2.212
Resultado das Operações Descontinuadas	(222)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	30.422	10.505	8.481	2.212
Lucro Líquido Atribuído aos Acionistas não Controladores	352	168	-	-
Lucro Líquido Atribuído aos Acionistas da Controladora	30.070	10.337	8.481	2.212

(I) Período ajustado pelos novos pronunciamentos contábeis para efeito de comparativos.

A VALE é uma sociedade por ações de capital aberto e, por consequência, arquiva suas demonstrações contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Desta forma, informações detalhadas sobre essa sociedade em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 podem ser obtidas diretamente junto à CVM, por meio do site www.cvm.gov.br.

9) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Caixa e Bancos	-	-	-	70	82	107
Aplicações Financeiras	157	288	396	886	976	1.808
	157	288	396	956	1.058	1.915

No Consolidado Holding, o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de dezembro de 2010 – R\$ 173, 31 de dezembro de 2009 – R\$ 289 e 1º de janeiro de 2009 – R\$ 482, referem-se a aplicações financeiras.

10) INVESTIMENTOS FINANCEIROS A CURTO PRAZO

Representados por aplicações financeiras da VALE em investimentos de baixo risco, com prazo de vencimento entre 91 e 360 dias.

	Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Time deposits	173	379	313

11) ESTOQUES

Representados pelo valor de estoques da VALE, sendo:

	Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Estoque de produtos acabados	180	128	243
Estoque de produtos em elaboração	96	105	148
Estoque de materiais de consumo	165	111	172
	441	344	563

12) VALORES A RECEBER

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
JCP/Dividendos	96	41	139	-	-	-
Contas a Receber - VALE (1)	-	-	-	811	328	463
	96	41	139	811	328	463

(1) Refere-se a contas a receber de clientes, no país e no exterior, líquido da estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa.

No Consolidado Holding, o saldo de Valores a Receber em 31 de dezembro de 2010 – R\$ 106, 31 de dezembro de 2009 – R\$ 52 e 1º de janeiro de 2009 – R\$ 101 referem-se substancialmente a juros sobre o capital próprio e dividendos de ações preferenciais resgatáveis da controlada Valepar.

13) TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Circulante	-	-	-	162	156	286
Não Circulante	92	66	65	152	178	140
	92	66	65	314	334	426

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

(1) CONTROLADORA

Os tributos a compensar ou a recuperar, referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 92 em 31 de dezembro de 2010, R\$ 66 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 65 em 1º de janeiro de 2009.

(2) CONSOLIDADO HOLDING

Os tributos a compensar ou a recuperar, referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 112 em 31 de dezembro de 2010, R\$ 85 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 78 em 1º de janeiro de 2009.

(3) VALE/VALEPAR

Os tributos a compensar ou a recuperar da VALE/Valepar estão demonstrados pelo valor líquido de eventuais perdas de realização e assim representados:

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Imposto sobre lucro líquido	45	92	230
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	51	33	43
PIS e COFINS	96	110	61
Outros.....	10	14	14
	202	249	348
Circulante	162	156	286
Não Circulante.....	40	93	62
	202	249	348

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo.....	35	35	35	177	195	146
Passivo	-	-	-	(752)	(541)	(457)
	35	35	35	(575)	(346)	(311)

(1) CONTROLADORA

a) Demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2010	31.12.2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	1.760	962
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(598)	(327)

Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:

	31.12.2010	31.12.2009
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	578	306
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	49	65
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	109	100
Juros sobre o capital próprio (recebidos)	(96)	(56)
Créditos tributários não ativados	(42)	(88)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício ..	-	-

b) Créditos Tributários

Os créditos tributários nos exercícios de 2010 e 2009 referem-se a prejuízos fiscais de R\$ 25, base negativa de contribuição social de R\$ 9 e a diferenças temporárias de R\$ 1, com perspectiva de realização em menos de 10 anos. Os créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2010 totalizavam R\$ 448 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 443).

(2) CONSOLIDADO HOLDING

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	31.12.2010	31.12.2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	1.785	1.078
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(607)	(367)

Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:

	31.12.2010	31.12.2009
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	536	139
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	71	107
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	109	100
Juros sobre o capital próprio/dividendos (recebidos)	(93)	(66)
Créditos tributários não ativados	(42)	(29)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício ..	(26)	(116)

b) Os créditos tributários nos exercícios de 2010 e 2009 referem-se a prejuízos fiscais de R\$ 25, base negativa de contribuição social de R\$ 9 e a diferenças temporárias de R\$ 1, com perspectiva de realização em menos de 10 anos. Os créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2010 totalizavam R\$ 487 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 482).

(3) VALE

O lucro da VALE está sujeito ao regime comum de tributação aplicável às companhias em geral. Os saldos diferidos líquidos apresentam-se como segue:

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Resultado fiscal a compensar.....	74	80	42
Diferenças temporárias:			
- Fundos de pensão.....	71	51	17
- Provisão para contingências	56	45	40
- Provisão para perdas em ativos	65	64	67
- Valor justo dos instrumentos financeiros.....	37	4	-
- Mais valia vinculada ao imobilizado adquirido	(673)	(534)	(494)
- Outras.....	(32)	(14)	(18)
Total	(402)	(304)	(346)
Contribuição social	(208)	(77)	-
Total	(208)	(77)	(346)
Ativo.....	142	160	111
Passivo	(752)	(541)	(457)
	(610)	(381)	(346)

Os ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

Estas diferenças temporárias, que serão realizadas quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores, apresentam as seguintes expectativas:

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
A ser recuperado após doze meses.....	(635)	(467)	(422)
A ser recuperado em até doze meses.....	25	86	76
	(610)	(381)	(346)

Os valores do imposto de renda e da contribuição que afetaram o resultado do exercício da VALE são demonstrados como segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	2.189	898
Resultado de participações societárias.....	3	(6)
Efeito tributário decorrente de moeda funcional não tributada.....	28	615
	2.220	1.507
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(755)	(512)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Imposto de renda e contribuição social de juros sobre o capital próprio	101	51
Incentivos Fiscais.....	81	21
Resultado de empresas no exterior tributadas às alíquotas diferentes às da controladora	174	124
Outros	(9)	28
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício ..	(408)	(288)

15) PARTES RELACIONADAS

I. Os principais saldos e transações entre a BRADESPAR e empresas controladas podem ser demonstrados como segue:

a) BRADESPAR

	31.12.2010		31.12.2009	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Juros sobre o capital próprio e dividendos de ações resgatáveis:				
- Antares Holdings Ltda.	1	-	1	-
- Valepar S.A.	95	305	40	165
Contrato de mútuo:				
- Brumado Holdings Ltda.	-	-	-	(2)

b) ANTARES

	31.12.2010		31.12.2009	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Juros sobre o capital próprio e dividendos:				
- BRADESPAR S.A.	(1)	-	(1)	-

c) BRUMADO

	31.12.2010		31.12.2009	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Juros sobre o capital próprio e dividendos de ações resgatáveis:				
- Valepar S.A.	11	79	11	28
Contrato de mútuo:				
- BRADESPAR S.A.	-	-	-	2

d) VALEPAR

	31.12.2010		31.12.2009	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Juros sobre o capital próprio e dividendos:				
- BRADESPAR S.A.	(95)	(305)	(40)	(165)
- Brumado Holdings S.A.	(11)	(79)	(11)	(28)

e) VALE

As transações com partes relacionadas são realizadas pela VALE em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

No curso normal das operações, a VALE contrai direitos e obrigações com partes relacionadas (controladas, coligadas, controladas em conjunto e acionistas), oriundas de operações de venda e compra de produtos e serviços, arrendamento de ativos, comercialização de matéria-prima, assim como de serviços de transporte ferroviário, com preços pactuados entre as partes e também operações de mútuos com taxa de juros de 94% do CDI.

Os saldos dessas operações com partes relacionadas e seus efeitos nas demonstrações contábeis da VALE podem ser identificados como segue:

	Ativo					
	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Cientes	Partes Relacionadas	Cientes	Partes Relacionadas	Cientes	Partes Relacionadas
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	12	-	2	-	-	-
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	-	-	-	-	2	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	-	-	-	-	1	-
Korea Nickel Corporation.....	1	-	1	-	5	-
Samarco Mineração S.A.	3	-	-	2	-	1
Outros.....	11	6	2	2	7	1
Total	27	6	5	4	15	2

	Passivo					
	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Fornecedores	Partes Relacionadas	Fornecedores	Partes Relacionadas	Fornecedores	Partes Relacionadas
Baovale Mineração S.A.	2	-	1	-	1	-
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	-	-	-	-	1	-
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	14	-	2	-	1	3
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	-	-	-	-	3	2
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	1	1	1	1	1	3
Minas da Serra Geral	-	-	-	1	-	-
Mineração Rio do Norte S.A.	2	-	2	-	3	-
MRS Logística S.A.	-	-	18	6	10	7
Mitsui & Co, Ltd.	6	-	3	-	-	-
Outros.....	7	1	3	-	3	1
Total	32	2	30	8	23	16

	Receita		Despesa/Custo		Financeiro	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Baovale Mineração S.A.	-	-	1	1	-	-
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	-	-	6	2	-	-
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	22	4	28	4	-	-
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	-	-	2	1	-	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	-	-	4	2	-	-
Log-in S.A.	1	2	-	-	-	-
Mineração Rio do Norte S.A.	-	-	10	14	-	-
MRS Logística S.A.	1	1	35	31	2	(2)
Samarco Mineração S.A.	21	5	-	-	-	-
Outras.....	1	-	2	4	-	-
Total	46	12	88	59	2	(2)

II. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar Aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco.

Em 2010, foi determinado o valor máximo de R\$ 2.620 mil para remuneração dos Administradores e de R\$ 2.000 mil para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de Curto Prazo a Administradores

	R\$ mil	
	31.12.2010	31.12.2009
Proventos.....	1.752	1.752
Gratificações.....	691	-
Subtotal	2.443	1.752
Encargos sociais	488	350
Total	2.931	2.102

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil	
	31.12.2010	31.12.2009
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	1.837	864

A BRADESPAR não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária na BRADESPAR em 31 de dezembro:

	2010	2009
Ações Ordinárias	0,6879%	0,6872%
Ações Preferenciais.....	0,5444%	0,5589%
Total de Ações	0,5947%	0,6039%

16) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, na CONTROLADORA, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 1.702 (2009 – R\$ 901), CONSOLIDADO HOLDING resultado positivo de R\$ 1.576 (2009 – R\$ 408) e no CONSOLIDADO resultado negativo de R\$ 3 (2009 - resultado positivo de R\$ 6).

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

b) As participações societárias diretas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial da CONTROLADORA são demonstradas a seguir:

Empresas	Capital	Patrimônio	Resultado	Quantidade de ações/ cotas Possuídas (em milhares)		Participação no Capital	Investimentos			Ajuste Decorrente de Avaliação (3)	
	Social	Líquido Ajustado		Ajustado	Ações		Cotas	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010
Antares Holdings Ltda. (1) (6).....	323	1.060	126	-	322.700	100,00%	1.060	969	899	126	493
Valepar S.A. (1) (2) (4) (5) (6).....	7.259	32.532	9.033	275.966	-	17,44%	5.674	4.343	4.535	1.576	408
Total							6.734	5.312	5.434	1.702	901

- (1) Dados relativos a 31 de dezembro de 2010;
- (2) Controlada de Controle Compartilhado;
- (3) Ajuste decorrente de avaliação, considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;
- (4) O patrimônio líquido ajustado contempla R\$ 701 relativos à ajuste ao critério contábil do controlador, referente ao prazo de amortização de ágios provenientes de expectativa de resultado futuro, cuja amortização deixou de ser efetuada a partir do exercício de 2009, conforme disposto pelo CPC 13;
- (5) O patrimônio líquido ajustado contempla o montante negativo de R\$ 1.649 relativos a ajustes de avaliação patrimonial das controladas Valepar/VALE, constituído basicamente por ajustes acumulados de conversão de demonstrações contábeis em moeda estrangeira; e
- (6) Empresas que tiveram suas informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 submetidas aos procedimentos de auditoria pelos mesmos auditores independentes da BRADESPAR.

c) Os investimentos permanentes no CONSOLIDADO HOLDING são representados por:

Empresas	Total dos Investimentos			Ajuste Decorrente de Avaliação (1)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
- Valepar S.A.	5.962	4.522	4.196	1.576	408	-
- Valepar S.A. - ajuste reflexo (2).....	(288)	(179)	339	-	-	-
Total Geral	5.674	4.343	4.535	1.576	408	-

- (1) Ajuste decorrente de avaliação, considera os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de princípios contábeis, quando aplicáveis; e
- (2) Ajustes de avaliação patrimonial, conforme Lei nº 11.638/07 e pronunciamentos do CPC nº 2 e 8, que são registrados em contrapartida ao Patrimônio Líquido (Nota 16b - Item 5).

d) Os principais investimentos no CONSOLIDADO TOTAL são representados por:

Vale S.A.	Valor do Investimento			Participação Indireta da BRADESPAR (CONSOLIDADO TOTAL)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
- ThyssenKrupp CSA - Cia. Siderúrgica do Atlântico.....	3.065	3.546	1.034	178	206	60
- Henan Longyu Energy Resources Co. Ltd.	417	435	411	24	25	24
- Korea Nickel Corp.	18	22	49	1	1	3
- Log-in Logística Intermodal S.A.	224	218	221	13	13	13
- Shandog Yankuang International Company Ltd. Tecnoed Desenvolvimentos Tecnológicos.....	(45)	(12)	58	(2)	(1)	3
- Zhuhai YPM Pellet e Co., Ltd. - Outras.....	66	80	-	4	5	-
	42	22	30	2	1	2
	158	251	178	9	15	10

17) INTANGÍVEIS

Valepar S.A.	Valor do Intangível			Participação Indireta da BRADESPAR (CONSOLIDADO TOTAL)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
- Vale S.A. (ágio).....	2.372	2.372	2.372	414	414	414
Subtotal (Valepar)	2.372	2.372	2.372	414	414	414
Vale S.A.						
- Ágio.....	8.654	7.181	7.707	503	417	448
- Concessões e subconcessões	11.287	10.610	9.451	656	616	549
- Direito de uso.....	1.138	1.324	1.382	66	77	80
- Outros.....	1.793	1.423	1.142	104	83	66
- Amortizações, líquidas.....	(4.598)	(4.098)	(3.491)	(268)	(238)	(203)
Subtotal (VALE)	18.274	16.440	16.191	1.061	955	940
				1.475	1.369	1.354

Os prazos de concessão por ferrovia são:

Ferrovia	Término do prazo de concessão
Vitória a Minas e Carajás (direta) (*)	Junho de 2027
Carajás (direta) (*)	Junho de 2027
Malha Centro Leste (indireta via FCA)	Agosto de 2026
Malha Sudeste (indireta via MRS)	Dezembro de 2026
Ferrovia Norte Sul S.A. (FNS)	Dezembro de 2037

(*) Concessões não onerosas

18) IMOBILIZADO

	Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Terrenos.....	34	28	25
Imóveis.....	627	460	532
Instalações.....	1.845	1.517	1.436
Equipamentos de informática.....	25	48	46
Ativos minerários.....	2.536	1.884	1.695
Outros.....	2.514	2.124	1.935
Imobilizações em curso.....	1.233	1.815	1.816
Depreciação/exaustão, líquido	(1.262)	(1.544)	(1.384)
	7.552	6.332	6.101

19) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Captados a Curto Prazo (VALE)

	Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Financiamentos vinculados a importações e exportações.....	46	32	56
Capital de giro.....	20	6	8
	66	38	64

Referem-se a financiamentos a curto prazo para exportação, denominados em dólares norte-americanos, com taxa média de juros em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 de 2%, 2,02% e 5,5% ao ano, respectivamente.

Captados a Longo Prazo (VALE)

	Consolidado					
	Passivo Circulante			Passivo não Circulante		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Contratados no exterior						
Empréstimos e financiamentos em:						
- Dólares norte-americanos.....	236	168	33	315	621	889
- Outras moedas.....	2	3	3	21	42	23
- Títulos em dólares norte-americanos (juros fixos)....	-	-	-	989	747	884
- Euro.....	-	-	-	97	-	-
- Securitização de exportações (*).....	-	15	8	-	-	20
- Notas perpétuas.....	-	-	-	8	8	11
- Encargos decorridos.....	23	20	29	-	-	-
Contratados no país						
- Indexados por TJLP, TR, IGP-M e CDI.....	11	9	6	405	362	283
- Cesta de moedas.....	-	-	-	12	-	1
- Empréstimos em dólares norte-americanos.....	-	-	-	71	58	22
- Debêntures não conversíveis em ações.....	-	87	-	275	262	348
- Encargos decorridos.....	11	9	13	-	-	-
Total	283	311	92	2.193	2.100	2.481

(*) Títulos da dívida securitizados por recebíveis futuros oriundos de determinadas vendas de exportações.

As parcelas dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2010 têm vencimento nos seguintes anos:

	Consolidado	
	2012	2013
2012.....	118	5%
2013.....	351	16%
2014.....	120	5%
2015.....	90	4%
2016 em diante.....	1.471	68%
Sem data de vencimento (Notas perpétuas e debêntures não conversíveis em ações).....	43	2%
	2.193	100%

Em 31 de dezembro de 2010, as taxas de juros anuais sobre as dívidas a longo prazo eram como segue:

	Consolidado	
	Até 3%	3,1% até 5% (*)
Até 3%.....	563	228
3,1% até 5% (*).....	794	437
5,1% até 7%.....	265	181
7,1% até 9% (**).....	8	8
9,1% até 11% (**).	2.476	
Acima de 11% (**).		
Variáveis (Notas perpétuas).....		

(*) Inclui a operação de *eurobonds*, para a qual foi contratado instrumento financeiro a um custo de 4,71% a.a. em US dólares.

(**) Inclui debêntures não conversíveis e outros empréstimos em reais, cuja remuneração é igual à variação acumulada da taxa do CDI e TJLP mais *spread*. Para estas operações foram contratados instrumentos financeiros derivativos a fim de proteger a exposição da VALE às variações da dívida flutuante em reais. O total contratado para estas operações é de R\$ 565, dos quais R\$ 529 têm taxas de juros originais acima de 7,1% a.a. Após a contratação dos derivativos, o custo médio destas operações é de 3,13% a.a. em US dólares.

Garantias da VALE

Em 31 de dezembro de 2010, R\$ 0,2 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 76) do saldo devedor eram garantidos por recebíveis. O saldo devedor restante de R\$ 2.476 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 2.331) não possui garantias.

Alguns dos instrumentos financeiros de longo prazo contêm obrigações relacionadas a indicadores financeiros. Os principais indicadores são dívida sobre patrimônio líquido, dívida sobre *Earnings Before Interest Tax, Depreciation and Amortization* (EBITDA) e cobertura de juros. A VALE está em conformidade com os níveis requeridos para os indicadores.

20) DEBÊNTURES

(1) CONTROLADORA

Em 14 de janeiro de 2009, a BRADESPAR efetuou a primeira emissão pública de 610.000 Debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1 (Hum mil reais), totalizando R\$ 610, com vencimento em 36 meses a contar da data de emissão. Os juros pagos corresponderam à variação acumulada de 125,00% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e foram pagos junto com o principal em 22 de maio e 19 de junho de 2009, no montante de R\$ 640.

Em 13 de julho de 2009, a BRADESPAR efetuou a segunda emissão pública de 800.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1 (Hum mil reais), totalizando R\$ 800, sendo duas séries: na primeira foram alocadas 140.000 debêntures, com vencimento em 361 dias e na segunda foram alocadas 660.000 debêntures, com vencimento em 721 dias a contar da data de emissão.

Os juros da primeira série foram correspondentes a 105,0% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, base 252 dias, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até o final do período de capitalização e foram pagos junto com o principal em 9 de julho de 2010, no montante de R\$ 153.

Os juros da segunda série correspondem a 108,0% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, base 252 dias, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até o final do período de capitalização e serão pagos junto com o principal.

Integram a Garantia os seguintes direitos adicionais: (i) todos os frutos, rendimentos, vantagens e direitos que forem atribuídos às Ações da Valepar, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Valepar, após a verificação de um dos eventos de vencimento antecipado e/ou inobservância das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária; (ii) todas as ações que porventura, a partir da data de assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária, sejam atribuídas à BRADESPAR e/ou a Brumado, ou seu eventual sucessor legal, por força de desmembramentos ou grupamentos das Ações da Valepar, distribuição de bonificações, redução de capital, distribuição de dividendos com pagamento em ações, conversão de outros valores mobiliários, capitalização de lucros ou outras reservas, ou exercício de direito de preferência referente às Ações da Valepar, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária; (iii) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos, desde que previamente aceitos pelo Agente Fiduciário, e que porventura, a partir da data de assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária, venham a substituir as Ações da Valepar, em razão de cancelamento destas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Valepar, exceto pelo disposto no item (iv) dos "Considerandos" do Contrato de Alienação Fiduciária, isto é a BRADESPAR poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas transferir, total ou parcialmente, as Ações da Valepar para a Brumado; e (iv) quaisquer bens em que as Ações da Valepar sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos, valores mobiliários ou títulos de crédito, desde que previamente aceitos pelo Agente Fiduciário).

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

(2) VALE

Por ocasião do primeiro passo de sua privatização, em 1997, a Vale emitiu debêntures para os acionistas existentes na ocasião, incluindo o Governo Brasileiro. Os termos das debêntures foram estabelecidos para garantir que os acionistas pré-privatização, participassem em possíveis benefícios futuros, que pudessem ser obtidos a partir da exploração de certos recursos minerais.

A Vale possui 388.559.056 debêntures participativas emitidas com valor nominal unitário na data de emissão de R\$0,01 (hum centavo de Real), cuja atualização se dá de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, conforme o disposto na escritura de emissão.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de R\$ 124 (2009 - R\$ 76) estava registrado ao valor justo no passivo não circulante.

Os debenturistas têm o direito de receber prêmios, pagos semestralmente, equivalentes a um percentual das receitas líquidas provenientes de determinados recursos minerais conforme escritura de emissão.

21) NOTAS PROMISSÓRIAS

Em 18 de julho de 2008, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de 1.400 Notas Promissórias no valor unitário de R\$ 1.000 (Hum milhão de reais), totalizando R\$ 1.400, com vencimento em 180 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 106,0% das taxas médias dos DIs - Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Nota Promissória e foram pagos junto com o principal.

As Notas Promissórias contavam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 100% das ações preferenciais da classe C emitidas pela Valepar, detidas diretamente pela BRADESPAR; e (ii) alienação fiduciária de 100% das ações ordinárias da CPFL Energia S.A., detidas indiretamente pela BRADESPAR.

O pagamento do principal e juros ocorreu nos dias 02 de janeiro de 2009 e 14 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 1.495.

Em 14 de janeiro de 2009, a BRADESPAR efetuou a segunda emissão pública de 690 Notas Promissórias no valor unitário de R\$ 1.000 (Hum milhão), totalizando R\$ 690, com vencimento em 180 dias a contar da data de emissão. Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 110,00% das taxas médias dos DIs - Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Nota Promissória e foram pagos junto com o principal.

As Notas Promissórias de 2ª emissão contavam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 53,1% das ações preferenciais da classe C emitidas pela Valepar, inscritas e integralizadas pela Companhia no âmbito da Distribuição Pública de Ações da Companhia Vale do Rio Doce realizada em 17 de julho de 2008; e (ii) alienação fiduciária de 53,1% das ações ordinárias da CPFL Energia S.A., detidas indiretamente pela Bradespar. O pagamento do principal e juros ocorreu no dia 13 de julho de 2009, no montante de R\$ 730.

22) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES/OBRIGAÇÕES LEGAIS/AVAIS E GARANTIAS

As empresas controladas e controladas em conjunto possuem passivos contingentes constituídos em montantes julgados suficientes pelas respectivas administrações, baseadas em seus assessores legais, conforme descrito a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Provisões Tributárias	158	121	100	445	393	367
Provisões Cíveis	-	-	-	52	54	40
Provisões Trabalhistas	-	-	-	74	74	64
Provisões Ambientais	-	-	-	4	4	2
	158	121	100	575	525	473

(1) CONTROLADORA E CONSOLIDADO HOLDING

Ativos contingentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos cuja perspectiva de êxito é provável, sendo os principais:

- COFINS – R\$ 10 (2009 – R\$ 9): Pleiteia-se a restituição ou compensação da COFINS, recolhida nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento; e
- Programa de Integração Social (PIS) – R\$ 2 (2009 – R\$ 2): Pleiteia-se a restituição ou compensação do PIS, recolhido nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido nos termos da Lei Complementar nº 770 (PIS Repique) ou, quando menos, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento.

Passivos Contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

As empresas que compõem o Consolidado Holding são parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a natureza das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e, no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da BRADESPAR entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

Contingências Passivas

A BRADESPAR, por força do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações representativas do capital social da Bradesplan, celebrado com o Banco Bradesco em maio de 2006, é responsável por processos judiciais tributários (PIS e COFINS) da ex-controlada Bradesplan, sendo constituída provisão para contingência no montante de R\$ 50, tendo sido revertidos R\$ 20, no exercício de 2007, em função da decisão favorável transitada em julgado sobre processo de COFINS. Em 31 de dezembro de 2010 o valor atualizado era de R\$ 35 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 33).

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A BRADESPAR vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos seus assessores jurídicos.

As principais questões são:

- PIS e COFINS – R\$ 112 (2009 – R\$ 77): Pleiteia-se a não inclusão, nas bases de cálculos do PIS e da COFINS, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos das investidas, por terem tais valores natureza jurídica de dividendos, cujos valores não sofrem tributação por tais exações; e
- COFINS – R\$ 10 (2009 – R\$ 9): Pleiteia-se calcular e recolher a COFINS, a partir de novembro de 2001 a janeiro de 2004, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98.

Movimentação das Obrigações Legais e Contingências Passivas

	31.12.2010	31.12.2009
Saldo no início do período	121	100
Constituições	28	13
Baixas	-	1
Atualização monetária	9	7
Saldo no final do período	158	121

Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A BRADESPAR mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

A BRADESPAR é parte de um Procedimento Arbitral instaurado por iniciativa da Elétron S.A. contra a Companhia e a Litel Participações S.A., no qual a Elétron pede o reconhecimento de seu direito de (i) adquirir uma determinada quantidade de ações da Valepar S.A., que não poderá exceder a 37.825.097 ações ordinárias, e (ii) ser indenizada por eventuais perdas e danos. Em sentença parcial, o Tribunal Arbitral decidiu que a BRADESPAR e a Litel estão obrigadas (i) a proceder à venda de ações da Valepar S.A. à Elétron, e (ii) a pagar eventuais perdas e danos. A quantidade de ações a serem vendidas pela Companhia, a extensão de sua responsabilidade, o preço a ser recebido pela venda das ações em referência e o valor das eventuais perdas e danos não foram determinados na sentença parcial e somente serão definidos em nova decisão a ser proferida pelo Tribunal Arbitral, após a conclusão da próxima etapa do procedimento arbitral caso esse procedimento venha a ter sequência, uma vez que a companhia ingressou com ação anulatória da sentença parcial na comarca do Rio de Janeiro.

A Companhia ainda não tem elementos necessários para avaliar os possíveis efeitos da sentença parcial em sua posição patrimonial e financeira. Dessa forma, embora não seja praticável estimar, de maneira confiável, o desfecho dessa causa e seus possíveis reflexos contábeis, a Companhia considera que o valor que poderia afetar suas demonstrações contábeis não deve ultrapassar a 2% de seu Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2010, desconsiderando-se eventuais indenizações por perdas e danos.

A Antares Holdings Ltda., controlada da BRADESPAR, foi autuada pela Receita Federal do Brasil, por ser sucessora de parcela cindida da VBC Participações S.A., relativamente à compensação nesta empresa de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, quando de sua cisão total e consequente extinção, em montante superior à trava de 30% imposta pelos artigos 42 e 58 da Lei nº 8.981/95. O montante dessas autuações a valor de dezembro/2010 é de R\$ 122 para o Imposto sobre a Renda e de R\$ 44 para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

(2) VALEPAR

A VALEPAR registrou provisão para contingências fiscais, classificadas no passivo não circulante, considerado por sua Administração, com base na posição de seus consultores jurídicos, como suficiente para cobrir eventuais perdas. A VALEPAR possui, ainda, depósitos judiciais relacionados a essas contingências no montante de R\$ 39 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 40 e 1º de janeiro de 2009 – R\$ 36).

As contingências referem-se principalmente a: (i) não inclusão da Valepar como contribuinte da CSL (Contribuição Social sobre o Lucro) e da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), por não se tratar de pessoa jurídica empregadora; (ii) não inclusão das receitas de JCP (Juros sobre o Capital Próprio) nas bases de cálculo do PIS (Programa de Integração Social) e da COFINS cumulativos; (iii) não inclusão de receitas financeiras nas bases de cálculo da COFINS, relativamente aos fatos geradores de fevereiro de 2000 a janeiro de 2004; e (iv) não inclusão das receitas de JCP na base de cálculo do PIS e da COFINS não cumulativos, a partir de fevereiro de 2004.

Movimentação da Provisão para Contingências

	31.12.2010	31.12.2009
Saldo no início do exercício	160	136
Adições	27	14
Atualização monetária	14	10
Saldo no final do exercício	201	160

(3) VALE

A VALE e suas controladas são partes envolvidas em ações trabalhistas, cíveis, tributárias e outras em andamento e estão discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração da VALE, amparada pela opinião da Diretoria Jurídica da mesma e de seus consultores legais externos.

Movimentação da Provisão para Contingências

	31.12.2010	31.12.2009
Saldo no início do período	244	239
Reversões líquidas de provisões	(8)	28
Pagamentos	(35)	(22)
Atualização monetária	14	(1)
Saldo no final do período	215	244

Para essas contingências da Vale, existem depósitos judiciais no montante de R\$ 178 em 31 de dezembro de 2010, R\$ 181 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 169 em 1º de janeiro de 2009.

Contingências Tributárias

As principais naturezas das causas tributárias referem-se substancialmente a discussões sobre a base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM e sobre indeferimentos de pedidos de compensação de créditos na liquidação de tributos federais. As demais referem-se a cobranças de Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário - AITP e questionamentos sobre a localidade de incidência para fins de Imposto sobre Serviços - ISS.

Em 2009, procedeu-se a baixa dos valores provisionados referentes à discussão sobre a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acima de 30%, devido a desistência da ação e consequentemente extinção do processo com liberação dos recursos depositados judicialmente em favor da União.

Contingências Cíveis

As ações cíveis estão relacionadas às reclamações de Companhias contratadas por perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos econômicos e outras demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias e outras, ainda, relacionadas a indenização pecuniária em ação reivindicatória.

Contingências Trabalhistas

Contingências trabalhistas consistem principalmente de: (a) horas "itineres", (b) adicional de periculosidade e insalubridade, e (c) reclamações vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias.

Inseridas também nesse contexto estão as contingências previdenciárias porque decorrem de parcelas de natureza trabalhista, tratando-se de discussões judiciais e administrativas entre o INSS e a VALE, cujo cerne é a incidência ou não de recolhimentos previdenciários.

23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31.12.2010	31.12.2009
Ordinárias	122.523.049	122.664.504
Preferenciais	227.024.896	227.024.896
Subtotal	349.547.945	349.689.400
Em tesouraria (ordinárias)	-	(66.455)
Total em circulação	349.547.945	349.622.945

b) Juros sobre o capital próprio e Dividendos

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo estatuto social no reembolso do capital e adicional de 10% (dez por cento) de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, conforme disposto no inciso II do parágrafo 1º do Artigo 17 da Lei nº 6.404, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/2001.

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos propostos, relativos ao exercício de 2010, está demonstrado a seguir:

	R\$	% (1)
Lucro líquido do exercício	1.760	
Lucros acumulados	5	
Reserva legal	(88)	
Base de cálculo	1.677	
Juros sobre o capital próprio pagos em 12 de novembro de 2010 (bruto)	160	
Juros sobre o capital próprio complementares do exercício de 2010 provisionado (bruto)	66	
Total dos juros sobre o capital próprio (bruto)	226	
Imposto de renda na fonte sobre juros do capital próprio	34	
Juros sobre o capital próprio (líquido) em 2010	192	
Dividendos pagos em 14 de maio de 2010	78	
Dividendos pagos em 12 de novembro de 2010	11	
Dividendos complementares do exercício de 2010 (provisionado)	255	
Total dos juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos em 2010	536	31,95
Total dos juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos em 2009	289	31,95

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

Buscando o aprimoramento das práticas de Governança Corporativa, e com o objetivo de conferir maior previsibilidade à remuneração dos acionistas, a BRADESPAR adotou, a partir de 2006, Política Indicativa de Remuneração Anual Mínima, a ser distribuída na forma de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio, com base nas perspectivas para o fluxo de caixa da Companhia, conforme segue:

- A Diretoria da Companhia anunciará até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano, proposta a ser encaminhada ao Conselho de Administração para pagamento de remuneração mínima aos acionistas, estipulada em US\$ (dólar americano), em duas parcelas semestrais, até o dia 15 dos meses de maio e novembro.
- Os valores aprovados serão convertidos em moeda corrente nacional, pela cotação do dólar de venda (Ptax-opção 5), divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia útil anterior ao da realização das reuniões do Conselho de Administração que tiverem deliberado sobre as declarações e pagamentos das referidas remunerações.
- A Diretoria poderá, ainda, propor ao Conselho de Administração, fundamentada em análise da evolução do fluxo de caixa da Sociedade, a declaração e pagamento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio adicionais à remuneração mínima que vier a ser anunciada.

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

Em 14 de maio de 2010, a BRADESPAR pagou aos seus acionistas, Juros sobre o Capital Próprio, em complemento ao exercício de 2009, no montante de R\$ 95, sendo o valor bruto por ação ordinária R\$ 0,256279083 (R\$ 0,217837221 líquido do imposto de renda na fonte) e por ação preferencial R\$ 0,281906992 (R\$ 0,239620943 líquido do imposto de renda na fonte) e Dividendos antecipados do exercício de 2010, em complemento aos Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 78, sendo R\$ 0,209025948 por ação ordinária e R\$ 0,229928543 por ação preferencial. O referido montante corresponde à primeira parcela da Remuneração Anual Mínima aos Acionistas no valor de US\$ 100.

Em 12 de novembro de 2010, a BRADESPAR pagou a seus acionistas Juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 160, sendo o valor bruto por ação ordinária de R\$ 0,429818168 (R\$ 0,365345443 líquido do imposto de renda na fonte) e por ação preferencial de R\$ 0,472799986 (R\$ 0,401879988 líquido do imposto de renda na fonte) e Dividendos no montante de R\$ 11, sendo o valor por ação ordinária de R\$ 0,029872363 e por ação preferencial de R\$ 0,032859600. Esses montantes totalizaram R\$ 171, equivalente a US\$ 100, relativos à segunda parcela da Remuneração Anual Mínima para 2010.

c) Ações em tesouraria

Por meio de programas de recompra de ações, o Conselho de Administração, em Reuniões de 18 de janeiro e 21 de julho de 2008, 22 de janeiro e 23 de julho de 2009, 22 de janeiro de 2010, 23 de julho de 2010 e 26 de janeiro de 2011, autorizou a Diretoria da Companhia a adquirir até 1.500.000 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 500.000 ordinárias e 1.000.000 preferenciais, com o objetivo de permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, todas prorrogáveis a cada seis meses.

Em abril de 2010, foram adquiridas 75.000 ações ordinárias, nominativas-escriturais, totalizando 141.455 ações ordinárias, nominativas-escriturais, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovada proposta do Conselho de Administração para o cancelamento das 141.455 ações ordinárias, nominativas-escriturais, mantidas em tesouraria, representativas do próprio capital social, sem redução deste.

24) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(1) CONTROLADORA E CONSOLIDADO HOLDING

Os principais instrumentos financeiros ativos registrados em contas patrimoniais referem-se, principalmente, aos investimentos possuídos direta e indiretamente, sendo que os relacionados a Valepar são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os na CPFL são classificados em ativos financeiros disponíveis para venda a valor de mercado, com contrapartida no patrimônio líquido. Os principais investimentos que possuem cotações frequentes em bolsa de valores estão sumarizados abaixo, considerando a última cotação disponível até 31 de dezembro de 2010:

	Valor Contábil	Cotação em Bolsa (*)
VALE/Valepar	5.674	16.737
CPFL Energia (**)	1.041	1.041

(*) Cotação de fechamento de 31 de dezembro de 2010.

(**) O ajuste a valor de mercado em 31 de dezembro de 2010 corresponde a R\$ 968, registrado em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários de R\$ 329, registrados na conta provisória para imposto de renda e contribuição social no passivo não circulante.

O valor das cotações em bolsa de valores dos investimentos na Valepar/VALE não reflete o prêmio de controle correspondente a um lote representativo de ações.

A BRADESPAR e demais empresas do Consolidado Holding não possuíam operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

O valor de mercado dos demais instrumentos financeiros da BRADESPAR é equivalente ao valor contábil.

Análise de Sensibilidade

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, apresentamos no quadro abaixo a sensibilidade das posições sujeitas às oscilações de preços ou taxas de mercado:

Fatores de Riscos	Carteiras Banking Definição	Em 31 de dezembro de 2010 - R\$ mil		
		Cenários		
		1	2	3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(14)	(3.932)	(7.743)
	Total	(14)	(3.932)	(7.743)
		Em 31 de dezembro de 2009 - R\$ mil		
		Cenários		
		1	2	3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(14)	(2.917)	(5.761)
	Total	(14)	(2.917)	(5.761)

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.), foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros. Por exemplo: a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2010 foi de 12,05% a.a.

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2010 foi de 15,05% a.a.

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2010 foi de 18,06% a.a.

Os riscos provenientes de instrumentos financeiros da BRADESPAR são, substancialmente provenientes das operações de sua controlada indireta VALE.

(2) VALE

Gestão de risco

A VALE entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. A redução do risco nos fluxos de caixa futuros melhora a capacidade de crédito da Companhia, facilitando o acesso aos diversos mercados e reduzindo o custo relativo de eventuais captações.

A VALE desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de prover uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tal, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes aos processos produtivos (risco operacional) e aqueles oriundos do risco de liquidez.

Política de gestão de risco

O Conselho de Administração da VALE estabeleceu uma política de gestão de risco corporativo e a criação de um comitê executivo de gestão de risco.

A política de gestão de risco corporativo determina que a VALE avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como, propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela VALE, tanto com terceiros, quanto com seus acionistas.

A diretoria executiva da VALE é responsável pela avaliação e aprovação das estratégias de mitigação de risco que foram recomendadas pelo comitê executivo de gestão de riscos. O comitê é responsável por emitir parecer sobre os princípios e instrumentos de gerenciamento de risco, além de comunicar periodicamente a diretoria executiva sobre o processo de gestão e monitoramento dos riscos e os principais riscos os quais a Companhia está exposta, bem como, o impacto destes sobre o fluxo de caixa.

A política e as normas de gestão de risco, que complementam os normativos de governança corporativa de gestão de riscos, determinam a diversificação de operações e contrapartes e a proibição de operações de derivativos de caráter especulativo.

Além da estrutura normativa de gestão de risco, a VALE conta ainda com uma estrutura corporativa com responsabilidades bem definidas. A recomendação e a execução das operações são feitas por áreas independentes. É responsabilidade da área de gestão de riscos definir e propor ao comitê executivo de gestão de risco operações ou medidas de mitigação de riscos de mercado consistentes com a estratégia da VALE e suas Companhias consolidadas. É responsabilidade da área financeira a execução das operações que envolvam contratação de derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da VALE não poder cumprir as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

Para mitigar esse risco, a VALE possui linhas de crédito rotativo, o que aumentam a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. A linha de crédito rotativo foi contratada junto a um sindicato composto por diversos bancos comerciais globais.

Risco de Crédito

O risco de crédito da VALE decorre do impacto negativo no fluxo de caixa da VALE nos casos em que suas contrapartes não cumpram com as suas obrigações contratuais. Para gerenciar este risco, a VALE mantém procedimentos como o controle de limites de crédito, o controle da diversificação em termos de contraparte e o acompanhamento das carteiras de crédito da VALE.

Exposição à Contraparte da VALE

De modo geral, o risco de crédito é o risco devido à incerteza na capacidade da contraparte em cumprir as suas obrigações. Do ponto de vista do risco de crédito, as contrapartes da VALE podem ser divididas em três categorias principais: 1) os clientes comerciais que devem dinheiro à VALE por vendas a crédito; 2) as instituições financeiras que mantêm o caixa da VALE ou são a contraparte da VALE em transações com derivativos; e 3) os fornecedores que tenham sido pagos antecipadamente por parte de seus serviços.

A VALE tem uma carteira de Contas a Receber bem diversificada do ponto de vista geográfico. As regiões nas quais a VALE tem exposição a riscos de crédito mais significativos incluem China, Europa, Brasil, Japão e os EUA. De acordo com a região, diferentes tipos de garantias podem ser usados para melhorar a qualidade de crédito dos recebíveis.

A exposição de crédito a uma contraparte devida a derivados é definida como a soma dos riscos de crédito dados por cada derivativo que a VALE tem com essa contraparte. E, finalmente, o risco de crédito para cada derivativo é definido como o MTM potencial futuro, calculado dentro da vida do derivativo, considerando um cenário de probabilidade de 95% para a distribuição conjunta dos fatores de risco de mercado que afetam o derivativo.

Em relação ao risco de crédito comercial que advém das vendas aos clientes, a VALE o controla em duas carteiras de crédito: i) Recebíveis "a vencer"; e ii) Recebíveis "vencidos". Os recebíveis vencidos são acompanhados com atenção pelas áreas de gestão de risco e de cobrança, de modo a verificar a solvência financeira das contrapartes e para minimizar as exigências de capital de giro da VALE.

Gestão do Risco de Crédito da VALE

Para o risco de crédito comercial proveniente de vendas a clientes finais, o Departamento de Gestão de Risco da VALE aprova limites de risco de crédito para cada contraparte. Além disso, um limite global de capital de giro para a VALE é aprovado pela diretoria executiva da VALE e monitorado mensalmente.

Para os riscos de contraparte decorrentes de aplicações financeiras e derivativos, limites de crédito para as contrapartes (Bancos, Seguradoras, países e corporações) são aprovados anualmente pela Diretoria Executiva da VALE e monitorados diariamente. Além disso, o Departamento de Gestão de Risco da VALE controla a diversificação do portfólio e o risco de crédito total (probabilidade de default) da carteira de tesouraria consolidada da VALE.

Perfil de Risco de Contrapartes Comerciais

A VALE usa um rating interno de cada cliente, que decorre de uma análise de crédito baseada em três fontes de informação: i) a probabilidade esperada de default (EDF - "Expected Default Frequency") fornecida pela KMW (Moody's); ii) os Ratings de Crédito da Moody's, Standard & Poors e Fitch; iii) os demonstrativos financeiros com os quais indicadores financeiros são construídos.

Sempre que for considerado necessário, a análise de crédito quantitativa é complementada por uma análise qualitativa, que leva em consideração o histórico de pagamento da contraparte, a posição estratégica da contraparte em seu setor econômico e outros fatores. O modelo de rating de crédito interno da VALE é dividido em quatro categorias: i) risco insignificante; ii) risco baixo; iii) risco moderado; e iv) risco alto.

Dependendo do risco de crédito da contraparte ou do perfil de risco de crédito de uma determinada linha de negócio, estratégias de mitigação de risco - tais como seguro de crédito, hipotecas, garantias corporativas ou métodos de pagamento com algum tipo de garantia, como cartas de crédito e dinheiro contra documentos (CAD - "Cash Against Documents") - são usadas para gerenciar o risco de crédito da VALE.

Perfil de Risco do Contas a Receber	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Risco insignificante.....	4%	4%	3%
Risco baixo	1%	1%	1%
Risco moderado	-	-	2%
Risco alto	-	-	-
Não avaliados	-	-	-

A categoria de risco do cliente depende de um rating implícito que é derivado da probabilidade de inadimplência do cliente (EDF). O EDF vem do modelo KMW da Moody's ou, se não estiver disponível, é calculado com base no rating ou nos demonstrativos financeiros da empresa. A transformação do EDF em rating implícito é feita usando uma tabela de conversão. Finalmente, o score final de cada cliente depende do rating implícito:

- Risco insignificante: Aaa a A3

- Risco baixo: Baa1 a Ba2

- Risco moderado: Ba3 a B3

- Risco alto: B3 a C

Risco de mercado

O monitoramento e a avaliação mensal da posição consolidada da VALE permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como, garantir que os objetivos inicialmente traçados sejam atingidos. O cálculo do valor justo das posições é disponibilizado semanalmente para acompanhamento gerencial.

Todas as operações de derivativos foram apresentadas no balanço da VALE de acordo com o valor justo e os ganhos ou perdas foram devidamente contabilizados de acordo com o critério contábil vigente.

Considerando a natureza dos negócios e operações da VALE, os principais fatores de risco de mercado aos quais a VALE está exposta são:

- Taxas de juros;
- Taxas de câmbio;
- Preços de produtos e insumos e outros custos

Risco de câmbio e de taxa de juros

O fluxo de caixa da VALE está sujeito à volatilidade de diversas moedas. Enquanto os preços de nossos produtos são predominantemente indexados ao dólar norte-americano, a maioria de seus custos, despesas e investimentos são indexados a moedas diferentes do dólar norte-americano, principalmente reais e dólares canadenses.

A fim de reduzir a volatilidade potencial do fluxo de caixa da VALE proveniente do descasamento de moedas são utilizados instrumentos de derivativos. A principal estratégia utilizada pela VALE é realizar o swap da dívida atrelada a reais para dólares norte-americanos de maneira a atenuar o impacto da variação cambial no fluxo de caixa da VALE já que a maioria das receitas é denominada em dólares norte-americanos.

As operações de swap para converter para dólares as dívidas atreladas a reais têm vencimentos semelhantes - e, em alguns casos, inferiores - ao vencimento final das dívidas. Seus valores são similares aos pagamentos de juros e principal, sujeitos às condições de liquidez de mercado. Os swaps com vencimento inferior ao vencimento final das dívidas são ao longo do tempo renegociados de modo que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final da dívida, na medida em que a liquidez de mercado permitir. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do swap compensará parte do impacto da variação cambial do real frente ao dólar norte-americano sobre as obrigações da VALE, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa em dólares norte-americanos.

Caso ocorra apreciação (depreciação) do Real (BRL) contra o Dólar norte-americano (USD), o impacto negativo (positivo) no serviço da dívida da VALE (juros e/ou pagamento de principal) medidos em dólares norte-americanos será parcialmente anulada pelo efeito positivo (negativo) das operações de swap, independentemente da taxa de câmbio USD/BRL na data de pagamento.

A VALE também tem exposição de fluxo de caixa à taxa de juros sobre os empréstimos e financiamentos. A dívida de taxa de juros variável em dólares norte-americanos consiste principalmente em empréstimos incluindo: operações de pré-pagamento de exportações, empréstimos em bancos comerciais e organizações multilaterais. Em geral, as dívidas de taxa variável em dólares norte-americanos são indexadas à Libor (London Interbank Offer Rate). Para atenuar os efeitos da volatilidade das taxas de juros no fluxo de caixa, a VALE considera o hedge natural entre a flutuação das taxas de juros norte-americanas e dos preços dos metais. Na ausência de hedge natural, a VALE analisa a contratação de instrumentos financeiros para obter a proteção desejada.

As tabelas a seguir apresentam as posições de derivativos da VALE e suas Companhias controladas em 31 de dezembro de 2010 com as seguintes informações: valor nominal, valor de custo inicial, valor justo, valor em risco, ganhos ou perdas no período e valor justo por faixa de vencimento para cada grupo de instrumentos.

Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados a CDI

• **Swap CDI vs. taxa fixa em USD** - com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de swap para converter o fluxo de caixa das dívidas indexadas ao CDI para dólares norte-americanos nos contratos de empréstimos e financiamentos. Nestas operações, a VALE paga taxas fixas em dólares norte-americanos e recebe remuneração atrelada ao CDI.

• **Swap CDI vs. taxa fluante em USD** - com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa foram implementadas operações de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas indexadas ao CDI para dólares norte-americanos nos contratos de empréstimos e financiamentos. Nestas operações, a VALE paga taxas flutuantes em dólares norte-americanos (Libor - London Interbank Offered Rate) e recebe remuneração atrelada ao CDI.

Estes instrumentos foram utilizados para converter o fluxo das debêntures emitidas em 2006 com valor nominal de R\$ 0,3 bilhão, da NCE (Nota de Crédito de Exportação) emitida em 2008 com valor nominal de R\$ 0,1 bilhão e de financiamentos para aquisição de bens e serviços, com valor nominal de R\$ 0,06 bilhão, realizados em 2006 e 2007.

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

Em milhões de R\$

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano				
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2010	2011	2012	2013
Swap CDI vs. Taxa Fixa em USD													
Ativo.....	R\$ 322	R\$ 440	CDI	101,15%	334	468	402	-	-	-	-	-	-
Passivo.....	USD 183	USD 213	USD	3,87%	(314)	(404)	(317)	-	-	-	-	-	-
Líquido.....					20	64	85	3	24	21	(19)	2	(8)
Swap CDI vs. Taxa Flutuante em USD													
Ativo.....	R\$ 25	R\$ 46	CDI	103,50%	26	48	18	-	-	-	-	-	-
Passivo.....	USD 15	USD 25	Libor	0,70%	(25)	(43)	(11)	-	-	-	-	-	-
Líquido.....					1	5	7	-	2	2	2	1	(6)

Tipo de contrato: balcão (over-the-counter)

Item protegido: dívidas atreladas a reais

Os itens protegidos são as dívidas atreladas a reais já que o objetivo desse programa é transformar as obrigações atreladas a reais em obrigações atreladas ao dólar norte-americano e com isso atingir o equilíbrio de moedas no fluxo de caixa contrabalançando os recebíveis (que são basicamente atrelados ao dólar norte-americano) com os pagamentos da VALE.

Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados à TJLP

- **Swap TJLP vs. taxa fixa em USD** - com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas indexadas à TJLP para dólares norte-americanos nos contratos de empréstimos junto ao BNDES. Nestas operações, a VALE paga taxas fixas em dólares norte-americanos e recebe remuneração atrelada à TJLP.
- **Swap TJLP vs. taxa flutuante em USD** - com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas indexadas à TJLP para dólares norte-americanos nos contratos de empréstimos junto ao BNDES. Nestas operações, a VALE paga taxas flutuantes em dólares norte-americanos (Libor) e recebe remuneração atrelada à TJLP.

Em milhões de R\$

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano				
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2010	2011	2012	2013
Swap TJLP vs. Taxa Fixa em USD													
Ativo.....	R\$ 140	R\$ 118	TJLP	1,44%	120	107	7	-	-	-	-	-	-
Passivo.....	USD 71	USD 61	USD	3,09%	(114)	(99)	(5)	-	-	-	-	-	-
Líquido.....					6	8	2	1	6	6	4	(6)	(4)
Swap TJLP vs. Taxa Flutuante em USD													
Ativo.....	R\$ 43	R\$ 38	TJLP	0,96%	36	36	1	-	-	-	-	-	-
Passivo.....	USD 22	USD 22	Libor	(0,71%)	(33)	(33)	(1)	-	-	-	-	-	-
Líquido.....					3	3	-	-	8	1	(3)	(4)	

Tipo de contrato: balcão (over-the-counter)

Item protegido: dívidas atreladas a reais

Os itens protegidos são as dívidas atreladas a reais já que o objetivo desse programa é transformar as obrigações atreladas a reais em obrigações atreladas ao dólar norte-americano e com isso atingir o equilíbrio de moedas no fluxo de caixa contrabalançando os recebíveis (que são basicamente atrelados ao dólar norte-americano) com os pagamentos da VALE.

Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais com taxas fixas

- **Swap taxa fixa em BRL vs. taxa fixa em USD** - com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas denominadas em Reais a taxas fixas para dólares norte-americanos em contratos de empréstimos junto ao BNDES. Nestas operações, a VALE paga taxas fixas em dólares norte-americanos e recebe taxas fixas em reais.

Em milhões de R\$

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano				
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2010	2011	2012	2013
Swap Taxa Fixa em R\$ vs. Taxa Fixa em USD													
Ativo.....	R\$ 12	-	Pré	4,50%	9	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo.....	USD 7	-	USD	(1,70%)	(9)	-	-	-	-	-	-	-	-
Líquido.....					-	-	-	1	1	-	-	-	(2)

Tipo de contrato: balcão (over-the-counter)

Item protegido: dívidas atreladas a reais

Os itens protegidos são as dívidas atreladas a reais já que o objetivo desse programa é transformar as obrigações atreladas a reais em obrigações atreladas ao dólar norte-americano e com isso atingir o equilíbrio de moedas no fluxo de caixa contrabalançando os recebíveis (que são basicamente atrelados ao dólar norte-americano) com os pagamentos da VALE.

Hedge cambial de fluxo de caixa

- **Swap taxa fixa em BRL vs. Taxa fixa em USD** - com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas transações de swaps para mitigar a exposição cambial originada pelo descasamento de moedas entre receitas em dólares norte-americanos e custeio e investimentos em reais.

Em milhões de R\$

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			
Ativo.....	R\$ 51	R\$ 114	Pré	8,78%	50	113	271	-	-
Passivo.....	USD 30	USD 64	USD	-	(48)	(111)	(243)	-	-
Líquido.....					2	2	28	-	2

Tipo de contrato: balcão (over-the-counter)

Item protegido: parte das receitas denominadas em dólares norte-americanos

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial USD/BRL. Novamente, o objetivo final desse programa, de acordo com a estratégia de proteção de moeda da VALE, é contrabalançar a exposição a moedas dos recebíveis com as dos pagamentos.

Programa de proteção cambial de fluxo de caixa

- **NDFs (Non-deliverable forward)** - com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas transações de NDFs para mitigar a exposição cambial originada pelo descasamento de moedas entre receitas em dólares norte-americanos e custeio e investimentos em reais.

Em milhões de R\$

Fluxo	Valor Principal (USD milhões)		Compra/Venda	Taxa Média (BRL/USD)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			
Termo.....	-	3	V	-	-	-	-	-	0,3

Tipo de contrato: balcão (over-the-counter)

Item protegido: parte das receitas denominadas em dólares norte-americanos

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial USD/BRL. Novamente, o objetivo final desse programa, de acordo com a estratégia de proteção de moeda da VALE, é contrabalançar a exposição a moedas dos recebíveis com as dos pagamentos.

Programa de proteção para os empréstimos e financiamentos em euros

- **Swap taxa flutuante em EUR vs. taxa flutuante em USD** - com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foi realizada uma operação de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas em euros indexadas à Euribor para dólares norte-americanos indexados à Libor. Esta operação foi utilizada para converter o fluxo de uma dívida em euros, com valor nominal remanescente de € 0.1 milhão, emitida em 2003 pela VALE. Nesta operação a VALE recebe taxas flutuantes em euros (Euribor) e paga remuneração atrelada a taxas flutuantes em dólares norte-americanos (Libor).

Em milhões de R\$

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			
Ativo.....	€ 0,1	€ 0,3	EUR	Euribor + 0,875%	0,3	1	0,3	-	-
Passivo.....	USD 0,2	USD 0,3	USD	Libor + 1,0425%	(0,3)	(1)	(0,3)	-	-
Líquido.....					-	-	-	-	-

Tipo de contrato: balcão (over-the-counter)

Item protegido: parte das dívidas atrelada à euro

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial EUR/USD. Novamente, o objetivo final desse programa, de acordo com a estratégia de proteção de moeda da VALE, é contrabalançar a exposição a moedas dos recebíveis com as dos pagamentos.

- **Swap taxa fixa em EUR vs. taxa fixa em USD** - com o objetivo de reduzir a volatilidade do custo da dívida em dólares, foi realizada uma operação de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas em euros para dólares norte-americanos. Esta operação foi utilizada para converter o fluxo de parte da dívida em euros, com valor nominal € 44 milhões, emitida em 2010 pela VALE. Nesta operação, a VALE recebe taxas fixas em euros e paga remuneração atrelada a taxas fixas em dólares norte-americanos.

Em milhões de R\$

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano			
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	2011	2012	2013
Ativo.....	€ 29	-	EUR	4,375%	74	-	-	-	-	-	-	-
Passivo.....	USD 39	-	USD	4,712%	(75)	-	-	-	-	-	-	-
Líquido.....					(1)	-	-	1	-	-	-	-

Tipo de contrato: balcão (over-the-counter)

Item protegido: parte das dívidas atrelada à Euro

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial EUR/USD. Novamente, o objetivo final desse programa, de acordo com a estratégia de proteção de moeda da VALE, é contrabalançar a exposição a moedas dos recebíveis com as dos pagamentos.

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

Programa de proteção para os empréstimos e financiamentos sujeitos à taxa flutuante em dólares norte-americanos

• **Swap taxa flutuante em USD vs. taxa fixa em USD** - Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foi realizada uma operação de *swap* para converter o fluxo de caixa de uma dívida sindicalizada emitida pela Vale Canada Ltd., subsidiária integral da VALE, no ano de 2004, com valor nominal inicial de USD 11,6 milhões indexada a taxa flutuante (*Libor*) para taxa fixas. Na operação de proteção, a VALE paga à contraparte taxa fixa e recebe remuneração atrelada à taxa flutuante (*Libor*).

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			
	USD 6	USD 12			USD	Libor			
Ativo.....			USD	Libor	10	15	-	-	-
Passivo.....			USD	4,795%	(10)	(16)	(1)	-	-
Líquido.....					-	(1)	(1)	-	(0,3)

Tipo de contrato: *balcão (over-the-counter)*

Item protegido: dívida flutuante da Vale Canadá

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação da *Libor*.

Programa de proteção cambial para venda de carvão a preço fixo

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa associada a contratos de venda de carvão a preço fixo, a VALE realizou operações a termo de compra de dólares australianos de modo a equalizar as moedas de custo e de receita.

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Compra/Venda	Taxa Média (AUD/USD)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			
	AUD 0,4	AUD 2			C	0,66			
Termo.....			C	0,66	0,2	0,9	0,9	-	0,2

Tipo de contrato: *balcão (over-the-counter)*

Item protegido: parte dos custos da VALE em dólares australianos

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial AUD/USD.

Programas de proteção cambial e de juros em 2010

Em março, a VALE realizou operações similares de *swap* com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa devido ao fechamento de câmbio referente à emissão de título indexado a Euros. Estes *swaps* foram contratados e liquidados em março, quando a VALE recebeu R\$ 0,2 milhão.

Entre maio e junho, a VALE realizou operações de *swaps* para proteger o risco de mercado advindo da variação cambial entre dólares norte-americanos e reais com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa devido ao fechamento de câmbio referente à permuta de notas conversíveis. Nestas operações, a VALE pagou taxa fixa em dólares e recebeu taxas fixas em reais. No vencimento das operações, em 14 de junho, a VALE recebeu R\$ 4 milhões.

Em setembro, a VALE realizou operações de *swap* de taxas de juros com o objetivo de fixar antecipadamente a *treasury* utilizada na precificação da emissão de títulos de 10 anos da VALE, neutralizando parte da volatilidade do custo da emissão. Estes *swaps* foram contratados e liquidados em setembro, quando a VALE recebeu R\$ 0,1 milhão.

Posições em derivativos de commodities

O fluxo de caixa da VALE também está exposto a diferentes riscos de mercado associados à volatilidade dos preços de *commodities*. Com objetivo de reduzir o efeito dessa volatilidade, a VALE contratou as seguintes operações com derivativos:

Programa de hedge estratégico de fluxo de caixa de alumínio

Com o objetivo de proteção do fluxo de caixa em 2010, a VALE realizou operações de *hedge* em que fixa o preço de parte das vendas de alumínio no período.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra/Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009	
	-	6.972			-	1	
Put.....		6.972	C	-	-	1	-
Call.....		6.972	V	-	-	(4)	(1,72)
Líquido.....						(3)	(1,72)
Termo.....		6.972	V	-	-	(4)	(3)

Tipo de contrato: *balcão (over-the-counter)*

Item protegido: parte das receitas da VALE atrelada ao preço do alumínio

O resultado de perda/ganho para as operações de *forwards* é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do alumínio. No entanto, no caso das opções, por se tratar de instrumentos não-lineares, os resultados desses instrumentos compensam parcialmente o resultado do item protegido (ver quadro de sensibilidade).

Programa de proteção estratégica de fluxo de caixa de níquel

Com o objetivo de proteção de fluxo de caixa em 2010, a VALE realizou operações de proteção em que fixa o preço de parte das vendas de níquel no período.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra/Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009	
	-	1.692			-	(2)	
Termo.....		1.692	V	-	-	(2)	(11)

Tipo de contrato: *balcão (over-the-counter)* e contratos negociados na *London Metal Exchange*

Item protegido: parte das receitas da VALE atrelada ao preço do níquel

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do níquel.

Programa de hedge para operações de venda de níquel

Com o objetivo de proteção de fluxo de caixa para os anos de 2010 e 2011, a VALE realizou operações de *hedge* onde fixa o preço de parte das vendas no período.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra/Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			
	1.089	-			V	21.887			
Termo.....			V	21.887	(5)	-	-	1	(5)

Tipo de contrato: *balcão (over-the-counter)*

Item protegido: parte das receitas da VALE atrelada ao preço do níquel

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do níquel.

Programa de venda de níquel a preço fixo

Com o objetivo de manter a exposição a flutuações de preço do níquel, foram realizadas operações de derivativos para converter para preço flutuante os contratos comerciais de Níquel com clientes que solicitam a fixação do preço. As operações têm como objetivo garantir que os preços relativos a estas vendas sejam equivalentes à média de preços da LME no momento da entrega física do produto para o cliente. As operações usualmente realizadas neste programa são compras de níquel para liquidação futura, seja em bolsa (LME) ou em mercado de *balcão*. Estas operações são revertidas antes do vencimento original de modo a casar com as datas de liquidação dos contratos comerciais que tiveram o preço fixado. Quando o "Programa de proteção estratégica de fluxo de caixa de níquel" ou o "Programa de *hedge* para operações de venda de níquel" são executados, o "Programa de venda a preço fixo" é interrompido.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra/Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano	
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2011
	126	199			C	18.694			1	1
Futuros.....			C <td>18.694</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>2</td> <td>0,3</td> <td>1</td> <td>-</td>	18.694	1	1	2	0,3	1	-

Tipo de contrato: contratos negociados na *London Metal Exchange*

Item protegido: parte das receitas da VALE fixadas a um preço pré-determinado para clientes finais

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do níquel.

Programa de proteção para operações de compra de níquel

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa e eliminar o descasamento entre o período de precificação da compra de Níquel (concentrado, catodo, sinter e outros tipos) e o período da revenda do produto processado, foram realizadas operações de proteção. Os itens comprados são matérias-primas utilizadas no processo de produção de níquel refinado. As operações usualmente realizadas neste caso são vendas de níquel para liquidação futura, seja em bolsa (LME) ou em mercado de *balcão*.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra/Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			
	6	84			V	23.232			
Futuros.....			V <td>23.232</td> <td>-</td> <td>(0,2)</td> <td>(1)</td> <td>-</td> <td>-</td>	23.232	-	(0,2)	(1)	-	-

Tipo de contrato: contratos negociados na *London Metal Exchange*

Item protegido: parte das receitas da VALE atrelada ao preço do níquel

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do níquel.

Programa de proteção para compra de óleo combustível - Bunker Oil

Com o objetivo de reduzir o impacto das oscilações dos preços do óleo combustível (*Bunker Oil*) na contratação de frete e, consequentemente, reduzir a volatilidade do fluxo de caixa da VALE, foram realizadas operações de proteção deste insumo. As operações são feitas geralmente através da contratação de compra a termo.

Fluxo	Valor Principal (mt)		Compra/Venda	Strike Médio (USD/mt)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			
	13.944	26.261			C	459			
Termo.....			C <td>459</td> <td>1</td> <td>5</td> <td>4</td> <td>0,2</td> <td>1</td>	459	1	5	4	0,2	1

Tipo de contrato: *balcão (over-the-counter)*

Item protegido: parte do custo da VALE atrelada ao preço do óleo combustível

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do óleo combustível.

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

Programa de proteção para contratação de frete marítimo

Com o objetivo de reduzir o impacto das oscilações dos preços de frete marítimo contratado para viabilizar a venda de produtos nas modalidades CIF e CFR e, conseqüentemente, reduzir a volatilidade do fluxo de caixa da VALE, foram realizadas operações de proteção de frete (FFA - *Forward Freight Agreement*). As operações são feitas geralmente através da contratação de compra a termo.

Em milhões de R\$

Fluxo	Valor Principal (dias)		Compra/ Venda	Strike Médio (USD/dia)	Valor justo		Perda/ Ganho Realizado 31.12.2010
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009	
Termo.....	-	356	C	-	-	3	2

Tipo de contrato: *balcão (over-the-counter)*

Item protegido: parte do custo da VALE atrelado ao preço de frete marítimo

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço de frete marítimo.

Programa de proteção para operações de venda de carvão

Com o objetivo de proteção de fluxo de caixa para o ano de 2010, a VALE realizou operações de proteção onde fixa o preço de parte das vendas no período.

Em milhões de R\$

Fluxo	Valor Principal (mt)		Compra/ Venda	Strike Médio (USD/mt)	Valor justo		Perda/ Ganho Realizado 31.12.2010
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009	
Termo.....	-	-	V	-	-	-	-

Tipo de contrato: *balcão (over-the-counter)*

Item protegido: parte das receitas da VALE atrelada ao preço do carvão

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do carvão.

Programa de proteção para operações de compra de sucata de cobre

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa e eliminar o descasamento entre o período de cotação da compra de sucata de cobre e o período de cotação da venda do produto final, a VALE realizou operações de *hedge*. A sucata comprada é combinada com outros insumos para produzir cobre para os seus clientes finais. Neste caso, normalmente as operações realizadas são vendas com liquidação futura na bolsa (LME) ou em mercado de *balcão*.

Em milhões de R\$

Fluxo	Valor Principal (lbs)		Compra/ Venda	Strike Médio (USD/lbs)	Valor justo		Perda/ Ganho Realizado 31.12.2010	VaR 31.12.2010	Valor justo por ano 2011
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			
Termo.....	22.466	-	V	4	-	-	-	-	-

Tipo de contrato: *balcão (over-the-counter)*

Item protegido: parte das receitas da VALE atrelada ao preço do cobre

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do cobre.

Posições em Derivativos embutidos

O fluxo de caixa da VALE também está exposto a diversos riscos de mercado associados a contratos que contêm derivativos embutidos ou funcionam como derivativos. Da perspectiva da VALE, podem incluir mas não estão limitados a contratos comerciais, contratos de compra, contratos de aluguel, títulos, apólices de seguros e empréstimos. Os derivativos embutidos observados em 2010 são os seguintes:

Compra de Energia

Contrato de compra de energia entre a Albras, controlada da VALE, e a Eletronorte, que contém uma cláusula que define a cobrança de prêmio sobre o valor da energia caso o preço do alumínio seja negociado entre US\$ 1.450/ton e US\$ 2.773/ton. Esta cláusula é considerada um derivativo embutido.

Em milhões de R\$

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra/ Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/ Ganho Realizado 31.12.2010	VaR 31.12.2010	Valor justo por ano	
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			2011	2012
Call	11.633	11.633	C	2.773	3	3	-	-	-	-
Call	11.633	11.633	V	1.450	(20)	(17)	-	-	-	-
Total					(17)	(14)	-	1	(9)	(8)

Compra de produtos intermediários e matérias-primas

Contratos de compra de matérias-primas e concentrado de níquel que contêm provisões de preço baseadas no preço futuro de cobre e níquel. Estas provisões são consideradas derivativos embutidos.

Em milhões de R\$

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra/ Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/ Ganho Realizado 31.12.2010	VaR 31.12.2010	Valor justo por ano	
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			2011	2012
Forwards Níquel	114	26	V	23.590	(0,1)	-	0,2	-	-	(0,1)
Forwards Cobre	371	201		8.607	(0,3)	(0,1)	(0,1)	-	-	(0,3)
Total					(0,4)	(0,1)	0,1	0,2		(0,4)

Posições de Companhias de controle compartilhado

Apresentamos a seguir os valores justos dos derivativos de Companhias de controle compartilhado da VALE. Esses instrumentos são gerenciados sob as políticas de risco próprias de cada uma dessas Companhias. Contudo os valores nominais e os efeitos das marcações a mercado são reconhecidos nas demonstrações contábeis na proporção da participação da VALE em cada uma dessas Companhias.

Programa de proteção cambial

A fim de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram contratadas operações de *swaps* para converter para reais os fluxos de caixa de dívidas indexadas ao dólar norte-americano. Neste *swap*, é recebida uma taxa fixa em dólares norte-americanos e executado pagamentos em reais, indexados ao CDI.

Em milhões de R\$

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		VaR 31.12.2010
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009	
Swap taxa fixa vs. CDI							
Ativo.....	USD 5	USD 7	USD	1,91%	9	12	-
Passivo	R\$ 10	R\$ 14	CDI	100,00%	(11)	(16)	-
Líquido.....					(2)	(4)	-

Tipo de contrato: *balcão (over-the-counter)*

Item protegido: Dívidas atreladas ao USD.

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação da cotação do USD/BRL.

Programa de hedge

Foram contratadas operações de *swaps* para transformar parte dos pagamentos de dívidas atreladas à *Libor* USD em pagamentos em taxa fixa em dólares norte-americanos. Neste *swap*, são recebidas taxas flutuantes (*Libor* USD) em dólares norte-americanos e executado pagamentos em taxas fixas em dólares norte-americanos.

Em milhões de R\$

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		VaR 31.12.2010
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009	
Swap USD flutuante vs. pré							
Ativo.....	USD 1	USD 1	<i>Libor</i>	<i>Libor</i> + 0,65%	1,1	1,7	-
Passivo			<i>Pré</i>	3,98%	(1,2)	(1,8)	-
Líquido.....					(0,1)	(0,1)	-

Tipo de contrato: *balcão (over-the-counter)*

Item hedgeado: Dívidas atreladas à *Libor* USD

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação da *Libor* USD.

Análise de Sensibilidade - Derivativos da Controladora e Controladas

Os quadros a seguir apresentam os ganhos/perdas potenciais de todas as posições em aberto em 31 de dezembro de 2010 considerando os seguintes cenários de *stress*:

- Precificação a mercado: cálculo do valor justo considerando as curvas de mercado de 31 de dezembro de 2010;
- Cenário I: deterioração de 25% - perdas potenciais considerando um choque de 25% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos da VALE;
- Cenário II: evolução de 25% - ganhos potenciais considerando um choque de 25% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado impactando positivamente o valor justo das posições de derivativos da VALE;
- Cenário III: deterioração de 50% - perdas potenciais considerando um choque de 50% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos da VALE;
- Cenário IV: evolução de 50% - ganhos potenciais considerando um choque de 50% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado, impactando positivamente o valor justo das posições de derivativos da VALE.

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

Análise de Sensibilidade - Derivativos de Câmbio e Juros

Valores em R\$ milhões

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	
Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados ao CDI	Swap CDI vs. taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(79)	79	(157)	157	
		Flutuação do cupom cambial	19	(5)	5	(11)	10	
		Flutuação da taxa pré em reais		(2)	2	(3)	4	
	Swap CDI vs. taxa flutuante em USD	Variação USD <i>Libor</i>			(1)	1	(1)	1
		Flutuação do BRL/USD			(6)	6	(13)	13
		Flutuação da taxa pré em reais	1	-	-	-	-	-
Item Protegido - Dívida indexada ao CDI		Flutuação do BRL/USD	n.a.	-	-	-	-	
Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados à TJLP	Swap TJLP vs. taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(29)	29	(57)	57	
		Flutuação do cupom cambial	6	(2)	1,7	(4)	3	
		Flutuação da taxa pré em reais		(4)	4	(7)	9	
	Swap TJLP vs. taxa flutuante em USD	Flutuação TJLP			(5)	5	(9)	9
		Flutuação do BRL/USD			(8)	8	(17)	17
		Flutuação do cupom cambial			(1)	1	(1)	1
	Item Protegido - Dívida indexada à TJLP	Flutuação da taxa pré em reais	3	(1)	1	(2)	2	
		Flutuação TJLP			(2)	2	(4)	4
		Variação USD <i>Libor</i>			(1)	1	(2)	2
Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados à taxa fixa	Swap taxa fixa em BRL vs. taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(2)	2	(5)	5	
Item Protegido - Dívida indexada à taxa fixa em BRL	Flutuação do cupom cambial	0,1	(0,1)	0,1	(0,2)	0,2		
	Flutuação da taxa pré em reais			(0,2)	0,3	(0,5)	1	
Hedge cambial de fluxo de caixa - VALE	Swap taxa fixa em BRL vs. taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		2	(2)	5	(5)	
Item Protegido - Parte da receita denominada em dólares norte-americanos	Flutuação do cupom cambial	2	(0,2)	0,2	(1)	-		
	Flutuação da taxa pré em reais			(1)	1	(2)	2	
	Flutuação do BRL/USD	n.a.	12	(12)	24	(24)		
Hedge cambial de fluxo de caixa - Albras	Swap taxa fixa em BRL vs. taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(6)	6	(12)	12	
Item Protegido - Parte da receita denominada em dólares norte-americanos	Flutuação do cupom cambial	7	(0,1)	0,1	(0,2)	0,1		
	Flutuação da taxa pré em reais			(0,4)	0,4	(1)	1	
Programa de proteção para empréstimos e financiamentos em euros	Swap taxa flutuante em EUR vs. taxa flutuante em USD	Flutuação do BRL/USD		-	-	-	-	
Item Protegido - Dívida indexada à Euro	Flutuação do EUR/USD	-	(0,1)	0,1	(0,2)	0,2		
	Flutuação da <i>Euribor</i>			-	-	-	-	
	Flutuação da <i>Libor dólar</i>			-	-	-	-	
Programa de proteção para os empréstimos e financiamentos em euros	Swap taxa fixa em EUR vs. taxa fixa em USD	Flutuação do EUR/USD		(0,3)	0,3	(1)	1	
Item Protegido - Dívida indexada à Euro	Flutuação da <i>Euribor</i>	(1)	(18)	18	(37)	37		
	Flutuação da <i>Libor dólar</i>			(1)	1	(1)	1	
	Flutuação do EUR/USD	n.a.	18	(18)	37	(37)		
Programa de proteção para os empréstimos e financiamentos atrelados à taxa flutuante em USD	Swap USD flutuante vs. USD fixo	Flutuação do BRL/USD		(0,1)	0,1	(0,2)	0,2	
Item Protegido - Dívida pós-fixada da Vale Inco		Variação USD <i>Libor</i>	(0,4)	-	-	-	-	
Programa de proteção cambial para venda de carvão a preço fixo	Compra a termo de dólar australiano	Flutuação da <i>Libor dólar</i>	n.a.	-	-	-	-	
Item Protegido: Parte dos custos da VALE denominada em dólar australiano	Flutuação do USD/AUD			(0,2)	0,2	(0,3)	0,3	
	Flutuação do BRL/USD	0,2	(0,1)	0,1	(0,1)	0,1		
	Variação USD <i>Libor</i>			-	-	-	-	

Análise de Sensibilidade - Derivativos de Commodities

Valores em R\$ milhões

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Programa de hedge para operações de vendas de níquel	Contratos de venda de níquel com liquidação futura	Flutuação do preço do níquel		(11)	11	(22)	22
		Variação USD <i>Libor</i>	(5)	-	-	(0,1)	0,1
		Flutuação USD/BRL		(1)	1	(2)	2
Item hedgeado - Parte da receita da VALE atrelada ao preço do níquel		Flutuação do preço do níquel	n.a.	11	(11)	22	(22)
Programa de venda de níquel a preço fixo	Contratos de compra de níquel com liquidação futura	Flutuação do preço do níquel		(1)	1	(3)	3
		Variação USD <i>Libor</i>	1	-	-	-	-
		Flutuação USD/BRL		(0,3)	0,3	(1)	1
Item Protegido - Parte da receita das vendas de níquel com preços fixos		Flutuação do preço do níquel	n.a.	1	(1)	3	(3)
Programa de proteção para operações de compra de níquel	Contratos de venda de níquel com liquidação futura	Flutuação do preço do níquel		-	0,1	(0,1)	0,1
		Variação USD <i>Libor</i>	-	-	-	-	-
		Flutuação USD/BRL		-	-	-	-
Item Protegido - Parte da receita da VALE atrelada ao preço do níquel		Flutuação do preço do níquel	n.a.	-	(0,1)	0,1	(0,1)
Programa de proteção para compra de óleo combustível	Compra a termo de óleo combustível - <i>Bunker Oil</i>	Flutuação do preço do <i>Bunker Oil</i>		(3)	3	(6)	6
		Variação USD <i>Libor</i>	1	-	-	-	-
		Flutuação USD/BRL		(0,3)	0,3	(1)	1
Item Protegido - Parte dos custos atrelado ao preço do óleo combustível		Flutuação do preço do <i>Bunker Oil</i>	n.a.	3	(3)	6	(6)
Programa de proteção para operações de compra de sucata de cobre	Contratos de venda de cobre com liquidação futura	Flutuação do preço do cobre		(0,1)	-	(0,1)	-
		Variação USD <i>Libor</i>	-	-	-	-	-
		Flutuação USD/BRL		-	-	-	-
Item Protegido - Parte da receita da VALE atrelada ao preço do níquel		Flutuação do preço do cobre	n.a.	0,1	(0,1)	0,1	-

Análise de Sensibilidade - Derivativos Embutidos

Valores em R\$ milhões

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Derivativo embutido - Compra de matéria-prima (Níquel)	Derivativo Embutido - Compra de matéria-prima	Flutuação do preço do níquel	(0,1)	(0,4)	0,4	(1)	1
		Flutuação USD/BRL		-	-	(0,1)	0,1
Derivativo embutido - Compra de matéria-prima (Cobre)	Derivativo Embutido - Compra de matéria-prima	Flutuação do preço de cobre	(0,3)	(1)	1	(3)	3
		Flutuação USD/BRL		(0,1)	0,1	(0,3)	0,3
Derivativo embutido - Compra de energia	Derivativo Embutido - Compra de energia - Opções de alumínio	Flutuação do preço do alumínio	(17)	(5)	9	(7)	16
		Flutuação USD/BRL		(4)	4	(8)	8

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

Análise de Sensibilidade - Derivativos em Companhias de controle compartilhado

Valores em R\$ milhões

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Programa de proteção cambial	Swap CDI vs. taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(2)	2	(4)	4
		Flutuação do cupom cambial	(2)	-	-	(0,1)	0,1
		Flutuação da taxa pré em reais		-	-	-	-
	Item Protegido - Dívida indexada a dólares norte-americanos	Flutuação do BRL/USD	n.a.	2	(2)	4	(4)
Programa de hedge cambial	Swap USD fluante vs. Pré	Flutuação do BRL/USD		-	-	-	-
		Flutuação da Libor dólar		-	-	-	-
		Item Protegido - Dívida indexada à Libor	Flutuação da Libor dólar	n.a.	-	-	-

Análise de Sensibilidade - Dívida e Investimentos de Caixa

Os programas de investimento de caixa e captação atrelados a moedas diferentes de reais estão sujeitos à variação da taxa de câmbio, tais como EUR/USD e USD/BRL.

Valores em R\$ milhões

Programa	Instrumento	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Financiamento	Dívida denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	(411)	411	(822)	822
Financiamento	Dívida denominada em EUR	Flutuação do EUR/USD	(0,3)	0,3	(1)	1
Investimentos de caixa	Investimentos denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	(106)	106	(212)	212

Risco de crédito nas operações e rating das instituições financeiras

As operações de derivativos são realizadas com instituições financeiras de primeira linha. Os limites de exposição a instituições financeiras são propostos anualmente para o comitê executivo de gestão de riscos e aprovados pela diretoria executiva da VALE. O acompanhamento do risco de crédito das instituições financeiras é feito utilizando uma metodologia de avaliação de risco de crédito que considera, dentre outras informações, os ratings divulgados pelas agências de rating. No quadro abaixo, apresentamos os ratings em moeda estrangeira publicados pelas agências Moody's e S&P para as principais instituições financeiras com as quais a VALE tinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2010.

Nome da Contraparte	Moody's *	S&P*
Banco Santander	Aa3	AA
Itaú Unibanco*	A2	-
HSBC	A1	AA-
JP Morgan Chase & Co.	A1	A+
Banco Bradesco*	A1	BBB
Banco do Brasil*	A2	BBB-
Banco Votorantim*	A3	BB+
Credit Agricole	Aa2	AA-
Standard Bank	A3	A
Deutsche Bank	A1	A+
BNP Paribas	Aa3	AA
Standard Bank	-	-
Citigroup	Baa1	A
Banco Safra*	Baa1	BBB-
ANZ Australia and New Zeland Banking	Aa2	AA
Banco Amazônia S.A.	-	-
Societe Generale	Aa3	A+
Bank of Nova Scotia	Aa2	AA-
Natixis	A1	A+
Royal Bank of Canada	Aa2	AA-
China Construction Bank	A1	A-
Goldman Sachs	A2	A
Bank of China	A1	A-
Barclays	Baa1	A+
BBVA Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	Aa3	AA

* Para bancos brasileiros foi usado rating global dos depósitos em moeda local.

Curvas de mercado

Na construção das curvas utilizadas para a precificação dos derivativos foram utilizados dados públicos da BM&FBovespa, Banco Central do Brasil, London Metals Exchange (LME) e dados proprietários de Thomson Reuters, Bloomberg L.P. e Enerdata.

1) Curvas de Produtos

Alumínio

Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)
SPOT	2.461	OUT11	2.505	AGO12	2.541
JAN11	2.459	NOV11	2.508	SET12	2.543
FEV11	2.465	DEZ11	2.511	OUT12	2.546
MAR11	2.471	JAN12	2.516	NOV12	2.548
ABR11	2.477	FEV12	2.520	DEZ12	2.551
MAI11	2.481	MAR12	2.525	JAN13	2.553
JUN11	2.487	ABR12	2.528		
JUL11	2.492	MAI12	2.532		
AGO11	2.497	JUN12	2.535		
SET11	2.502	JUL12	2.538		

Níquel

Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)
SPOT	24.708	OUT11	24.600	AGO12	24.022
JAN11	24.715	NOV11	24.550	SET12	23.948
FEV11	24.735	DEZ11	24.500	OUT12	23.874
MAR11	24.748	JAN12	24.445	NOV12	23.800
ABR11	24.755	FEV12	24.390	DEZ12	23.725
MAI11	24.745	MAR12	24.335	JAN13	23.663
JUN11	24.730	ABR12	24.280		
JUL11	24.715	MAI12	24.225		
AGO11	24.690	JUN12	24.170		
SET11	24.650	JUL12	24.096		

Cobre

Vencimento	Preço (USD/lb)	Vencimento	Preço (USD/lb)	Vencimento	Preço (USD/lb)
SPOT	4,44	MAR11	4,45	MAI11	4,44
JAN11	4,44	ABR11	4,44	JUN11	4,43
FEV11	4,44				

Óleo Combustível - Bunker Oil

Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)
SPOT	505	OUT11	514	AGO12	532
JAN11	505	NOV11	514	SET12	532
FEV11	503	DEZ11	514	OUT12	532
MAR11	503	JAN12	532	NOV12	532
ABR11	506	FEV12	532	DEZ12	532
MAI11	506	MAR12	532	JAN13	532
JUN11	506	ABR12	532		
JUL11	511	MAI12	532		
AGO11	511	JUN12	532		
SET11	511	JUL12	532		

Alumínio - Volatilidade

Vencimento	Vol. (% a.a.)	Vencimento	Vol. (% a.a.)	Vencimento	Vol. (% a.a.)
VOLSPOT	25,5	VOL9M	27,0	VOL4A	24,5
VOL1M	26,5	VOL1A	26,7	VOL5A	24,0
VOL3M	27,0	VOL2A	25,9	VOL7A	24,0
VOL6M	27,1	VOL3A	25,1	VOL10A	24,0

FFA - Forward Freight Agreement

Vencimento	Preço (USD/dia)	Vencimento	Preço (USD/dia)	Vencimento	Preço (USD/dia)
SPOT	20.009	OUT11	22.333	AGO12	22.083
JAN11	20.283	NOV11	22.333	SET12	22.083
FEV11	22.021	DEZ11	22.333	OUT12	22.083
MAR11	23.042	JAN12	22.083	NOV12	22.083
ABR11	23.642	FEV12	22.083	DEZ12	22.083
MAI11	23.642	MAR12	22.083	JAN13	21.992
JUN11	23.642	ABR12	22.083		
JUL11	22.450	MAI12	22.083		
AGO11	22.450	JUN12	22.083		
SET11	22.450	JUL12	22.083		

Carvão

Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)
SPOT	128,25	OUT11	119,0	AGO12	119,75
JAN11	128,25	NOV11	119,0	SET12	119,75
FEV11	128,25	DEZ11	119,0	OUT12	119,75
MAR11	128,25	JAN12	119,8	NOV12	119,75
ABR11	128,0	FEV12	119,8	DEZ12	119,75
MAI11	128,0	MAR12	119,8	JAN13	116,5
JUN11	128,0	ABR12	119,8		
JUL11	119,0	MAI12	119,8		
AGO11	119,0	JUN12	119,8		
SET11	119,0	JUL12	119,8		

2) Curvas de Taxas

Cupom Cambial - USD Brasil

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
01.02.2011	2,16	01.04.2013	3,13	01.10.2015	4,48
01.03.2011	2,10	01.07.2013	3,28	04.01.2016	4,62
01.04.2011	2,20	01.10.2013	3,46	01.07.2016	4,74
01.07.2011	2,29	02.01.2014	3,61	02.01.2017	4,88
03.10.2011	2,42	01.04.2014	3,77	02.01.2018	5,10
02.01.2012	2,52	01.07.2014	3,90	02.01.2019	5,36
02.04.2012	2,66	01.10.2014	4,06	02.01.2020	5,58
02.07.2012	2,77	02.01.2015	4,21	04.01.2021	5,81
01.10.2012	2,90	01.04.2015	4,29	03.01.2022	6,04
02.01.2013	2,99	01.07.2015	4,37	02.01.2023	6,28

Curva de Juros USD

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
USD1M	0,26	USD6M	0,46	USD11M	0,72
USD2M	0,28	USD7M	0,51	USD12M	0,78
USD3M	0,30	USD8M	0,56	USD2A	0,80
USD4M	0,35	USD9M	0,61	USD3A	1,30
USD5M	0,40	USD10M	0,67	USD4A	1,82

TJLP

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
03.01.2011	6,00	02.07.2012	6,00	01.07.2014	6,00
01.02.2011	6,00	01.10.2012	6,00	01.10.2014	6,00
01.03.2011	6,00	02.01.2013	6,00	02.01.2015	6,00
01.04.2011	6,00	01.04.2013	6,00		
01.07.2011	6,00	01.07.2013	6,00		
03.10.2011	6,00	01.10.2013	6,00		

Curva pré em Reais

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
03.01.2011	10,66	02.07.2012	12,25	01.07.2014	12,09
01.02.2011	10,78	01.10.2012	12,28	01.10.2014	12,04
01.03.2011	10,91	02.01.2013	12,27	02.01.2015	12,04
01.04.2011	11,16	01.04.2013	12,29	01.04.2015	11,97
01.07.2011	11,62	01.07.2013	12,23	01.07.2015	11,97
03.10.2011	11,91	01.10.2013	12,23	01.10.2015	11,92
02.01.2012	12,05	02.01.2014	12,15	04.01.2016	11,95
02.04.2012	12,17	01.04.2014	12,10	01.07.2016	11,92

3) Curvas de Moedas

EURO

Vencimento	EUR/USD	Vencimento	EUR/USD	Vencimento	EUR/USD
EURSPOT	1,34	EUR9M	1,34	EUR4A	1,34
EUR1M	1,34	EUR1A	1,34	EUR5A	1,35
EUR3M	1,34	EUR2A	1,34	EUR7A	1,38
EUR6M	1,34	EUR3A	1,34	EUR10A	1,41

AUD

Vencimento	AUD/USD	Vencimento	AUD/USD	Vencimento	AUD/USD
AUDSPOT	1,02	AUD9M	0,99	AUD4A	0,87
AUD1M	1,02	AUD1A	0,98	AUD5A	0,85
AUD3M	1,01	AUD2A	0,93	AUD7A	0,82
AUD6M	1,00	AUD3A	0,90	AUD10A	0,78

Cotação de Fechamento

USD/CAD	1,0020	USD/BRL	1,6662	EUR/USD	1,3372
---------	--------	---------	--------	---------	--------

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

Movimentação saldos de Balanço:

	Consolidado									
	Ativo					Passivo				
	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009
Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Não circulante	
Derivativos não designados como hedge										
Risco de câmbio e taxa de juros										
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e fluante em USD.....	-	29	-	80	-	-	-	-	-	76
Swap taxa fluante em EUR vs. taxa fluante em USD.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Swap taxa fixa em USD vs. CDI.....	-	-	-	-	2	-	2	1	-	-
Swap USD fluante vs. pré.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Swap taxa fluante em USD vs. taxa fixa em USD.....	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2
Swap Eurobonds.....	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Swap pré-dólar.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra a termo de dólares australianos.....	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
		29		81		2	1	3	1	78
Riscos de preços de produtos										
Níquel										
Compra/Venda a preço fixo.....	1	-	1	-	5	1	-	-	1	-
Programa estratégico.....	-	-	-	-	-	2	-	3	-	-
Frete marítimo.....	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
Gás natural.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alumínio.....	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Óleo combustível.....	2	-	5	-	-	-	-	-	-	-
Carvão.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cobre.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	3		9		5	3		5	1	
Derivativos designados como hedge										
Hedge cambial de fluxo de caixa.....	2	-	2	6	-	-	-	-	-	-
Níquel estratégico.....	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-
Alumínio.....	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
	2		2	6			5	7		
Total	5	29	11	87	5	5	6	15	2	78

Efeitos dos Derivativos no Patrimônio Líquido

Os reflexos da contabilidade de hedge que afetam o Patrimônio Líquido são demonstrados a seguir:

	Consolidado			
	Moeda	Alumínio	Níquel	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009.....	-	-	-	-
Atualização do valor justo.....	4	(4)	-	-
Total da movimentação do período	4	(4)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009.....	4	(4)	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2010.....	4	(4)	-	-
Atualização do valor justo.....	25	(1)	(5)	18
Transferência para o resultado por realização.....	(25)	5	-	(20)
Total da movimentação do período	4	-	(5)	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2010.....	8	(4)	(5)	(2)

Efeitos dos Derivativos no Resultado

	31.12.2010	31.12.2009
Derivativos não designados como hedge		
Risco de câmbio e de taxas de juros		
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e fluante em USD.....	44	184
Swap taxa fluante em USD vs. taxa fixa em USD.....	(1)	-
Swap taxa fluante em Euro vs. taxa fixa em USD.....	-	-
Compra a termo de dólares australianos.....	-	1
Swap taxa fixa em USD vs. CDI.....	-	(4)
Swap NDF.....	-	-
Swap Libor fluante vs. Libor fixa.....	-	-
Swap Eurobonds.....	-	-
Swap Convertibles.....	4	-
Swap pré-dólar.....	-	-
	47	181
Risco de preços de produtos		
Níquel		
Compra/Venda de níquel a preço fixo.....	-	5
Proteção para operações de compra de níquel.....	-	(5)
Programa estratégico.....	(9)	(11)
Cobre		
Sucata de cobre/cobre estratégico.....	-	-
Gás natural.....	-	-
Frete marítimo.....	(1)	7
Óleo combustível.....	-	7
Carvão.....	-	-
	(10)	3
Derivativos embutidos:		
Venda de níquel a preço fixo.....	-	(9)
Compra de matéria-prima.....	-	(2)
Compra de energia - opção de alumínio.....	(5)	-
	(5)	(11)
Derivativos designados como hedge		
Fluxo de caixa.....	28	-
Alumínio.....	-	(2)
	28	(2)
Total	60	171
Receitas Financeiras.....	78	204
(Despesas) Financeiras.....	(18)	(33)
	60	171

Efeitos dos Derivativos no Fluxo de Caixa

	31.12.2010	31.12.2009
Derivativos não designados como hedge		
Risco de câmbio e de taxas de juros		
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e fluante em USD.....	(96)	(27)
Swap taxa fluante em USD vs. taxa fixa em USD.....	1	1
Swap taxa fluante em Euro vs. taxa fixa em USD.....	-	-
Compra a termo de dólares australianos.....	(1)	(1)
Swap taxa fixa em USD vs. CDI.....	3	-
Swap NDF.....	-	-
Swap Libor fluante vs. Libor fixa.....	-	-
Swap Eurobonds.....	-	-
Swap Convertibles.....	(4)	-
	(97)	(27)

I) Evolução do valor presente das obrigações

	Em 31 de dezembro de 2010			Em 31 de dezembro de 2009			1º de janeiro de 2009		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor presente das obrigações no início do exercício.....	276	477	132	248	494	145	264	519	172
Passivo inicial reconhecido com novas consolidações.....	37	1	5	-	-	-	-	-	-
Custo do serviço corrente.....	-	7	3	-	6	2	-	8	3
Custo dos juros.....	33	37	10	27	38	10	26	32	9
Benefícios pagos.....	(27)	(38)	(8)	(22)	(35)	(7)	(27)	(34)	(7)
Ajuste no plano.....	-	2	-	-	-	-	-	2	-
Alteração das hipóteses.....	-	-	-	-	-	-	(15)	(56)	(40)
Perda (ganho) atuarial.....	31	25	1	23	28	3	-	-	-
Efeitos de variações cambiais.....	-	1	2	-	(54)	(21)	-	22	8
Valor presente das obrigações no final do exercício	350	512	145	276	477	132	248	493	145

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

II) Evolução do valor justo dos ativos

	Em 31 de dezembro de 2010			Em 31 de dezembro de 2009			1º de janeiro de 2009		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor justo dos ativos no início do exercício	418	414	1	345	409	1	367	452	1
Ativo inicial reconhecido com novas consolidações	44	1	-	-	-	-	-	-	-
Rendimento real dos ativos	55	41	-	41	51	-	5	(62)	-
Contribuição da patrocinadora	-	18	8	-	22	7	-	33	6
Benefícios pagos	(27)	(38)	(8)	(23)	(35)	(7)	(27)	(34)	(6)
Ganhos/Perdas atuariais	51	13	-	55	12	-	-	-	-
Efeitos de variações cambiais	-	1	-	-	(45)	-	-	19	-
Valor justo dos ativos no final do exercício	541	450	1	418	414	1	345	408	1

Os ativos dos planos administrados pela VALE em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 incluem investimentos em carteira de nossas próprias ações no valor de R\$ 50, R\$ 59 e R\$ 33, investimentos em debêntures no valor de R\$ 6, R\$ 7 e R\$ 7 e investimentos em ações de partes relacionadas no valor de R\$ 8, R\$ 7 e R\$ 6, respectivamente. Eles também incluem em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, R\$ 402, R\$ 338 e R\$ 292 de títulos e valores mobiliários do Governo Federal. Os ativos dos planos de pensão da Vale Canadá Limited estão em títulos e valores mobiliários do Governo do Canadá e em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009, montam R\$ 42, R\$ 42 e R\$ 51, respectivamente. Os ativos dos planos da Vale Fertilizante, Ultrafertil e Vale Fosfatados em 31 de dezembro de 2010, estão em títulos e valores mobiliários do Governo do Federal no valor de R\$ 15.

III) Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço

	Em 31 de dezembro de 2010			Em 31 de dezembro de 2009			1º de janeiro de 2009		
	Planos superavitários (*)	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários (*)	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários (*)	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor presente das obrigações no final do exercício	(351)	(512)	(145)	(276)	(477)	(132)	(248)	(494)	(145)
Valor justo dos ativos no final do exercício	541	450	1	418	414	1	345	409	1
Valor líquido dos (ganhos) e perdas não reconhecidos no balanço	-	(3)	4	-	(4)	1	-	-	-
Efeito do limite do parágrafo 58(b)	(190)	-	-	(142)	-	-	(97)	-	-
Total	190	(65)	(140)	142	(67)	(130)	97	(85)	(144)
Ativo/(Passivo) atuarial líquido provisionado:									
Circulante	-	(9)	(9)	-	(9)	(8)	-	(8)	(9)
Não Circulante	-	(56)	(131)	-	(58)	(122)	-	(77)	(135)
Ativo/(Passivo) atuarial líquido provisionado	-	(65)	(140)	-	67	(130)	-	(85)	(144)

(*) A VALE não registrou em seu balanço patrimonial o ativo e suas contrapartidas decorrentes da avaliação atuarial de planos superavitários, por não haver claramente uma evidência na realização, conforme estabelece o parágrafo 58(b) do CPC 33.

IV) Custos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício

	2010			2009		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Custo do serviço corrente	-	6	3	-	6	2
Juros sobre as obrigações atuariais	33	37	10	27	38	10
Rendimento esperado dos ativos	(55)	(34)	-	(41)	(29)	-
Amortizações e (ganhos) e perdas líquidas	(23)	2	1	(31)	-	-
Efeito do limite do parágrafo 58(b)	45	-	-	45	-	-
Total dos custos (receitas), líquidos	-	11	14	-	15	12

(*) A VALE não registrou em seu balanço patrimonial o ativo e suas contrapartidas decorrentes da avaliação atuarial de planos superavitários, por não haver claramente uma evidência na realização, conforme estabelece o parágrafo 58(b) do CPC 33.

V) Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	Em 31 de dezembro de 2010			Em 31 de dezembro de 2009			1º de janeiro de 2009		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Taxa de desconto	11.30% a.a.	11.30% a.a.	11.30% a.a.	11.08% a.a.	11.08% a.a.	11.08% a.a.	11.28% a.a.	11.28% a.a.	11.28% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	12.00% a.a.	11.50% a.a.	-	12.00% a.a.	11.50% a.a.	-	12.22% a.a.	13.50% a.a.	-
Taxa de crescimento dos salários e encargos - até 47 anos	8.15% a.a.	8.15% a.a.	-	7.64% a.a.	7.64% a.a.	-	7.12% a.a.	7.12% a.a.	-
Taxa de crescimento dos salários e encargos - após 47 anos	5.00% a.a.	5.00% a.a.	-	4.50% a.a.	4.50% a.a.	-	4.00% a.a.	4.00% a.a.	-
Inflação	5.00% a.a.	5.00% a.a.	5.00% a.a.	4.50% a.a.	4.50% a.a.	4.50% a.a.	4.00% a.a.	4.00% a.a.	4.00% a.a.
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	-	-	8.15% a.a.	-	-	7.63% a.a.	-	-	7.12% a.a.

	Em 31 de dezembro de 2010		Em 31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009	
	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Taxa de desconto	6.21% a.a.	5.44% a.a.	6.21% a.a.	6.20% a.a.	5.58% a.a.	7.32% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	7.02% a.a.	6.50% a.a.	7.00% a.a.	6.23% a.a.	6.99% a.a.	7.35% a.a.
Taxa de crescimento dos salários e encargos - até 47 anos	4.11% a.a.	3.58% a.a.	4.11% a.a.	3.58% a.a.	4.12% a.a.	3.58% a.a.
Taxa de crescimento dos salários e encargos - após 47 anos	4.11% a.a.	3.58% a.a.	4.11% a.a.	3.58% a.a.	4.12% a.a.	3.58% a.a.
Inflação	2.00% a.a.	2.00% a.a.	2.00% a.a.	2.00% a.a.	2.00% a.a.	2.00% a.a.
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	-	5.92% a.a.	-	6.04% a.a.	-	6.19% a.a.

VI) Ativos dos planos

Planos Brasileiros

A política de investimentos dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia, para os trabalhadores brasileiros esta baseada em um cenário macroeconômico de longo prazo, retornos esperados e gestão de ativos e passivos apresentados no Relatório de Avaliação Atuarial preparado pelas consultorias atuariais externas. Foi elaborada uma política de investimentos para cada plano como resultado deste estudo de alocação estratégica.

As alocações dos ativos dos planos, dos fundos de pensão locais cumprem regulamentação emitida pelo CMN Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN nº 3.792/09). Os investimentos podem ser feitos em seis diferentes classes de ativos, definidos como segmentos por lei, como segue: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados (investimentos alternativos e projetos de infraestrutura), investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes (empréstimos).

As políticas de investimento dos planos são aprovadas pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e dois Comitês de Investimentos. Os gestores de carteira internos e terceirizados estão autorizados a implementar a política de investimentos no âmbito das limitações impostas pelo Comitê Deliberativo e pelos Comitês de Investimentos.

O fundo de pensão dispõe de um processo de gestão de riscos com políticas estabelecidas que visa identificar, medir e controlar todo tipo de risco a que estão expostos os planos de benefícios, tais como: risco de mercado, de liquidez, de crédito, operacional, sistêmico e legal.

Planos no exterior

A estratégia para cada um dos planos de pensão patrocinado pela Vale Canadá Limited é baseada em uma combinação de práticas locais e as características específicas dos planos de pensão em cada país, incluindo a estrutura do passivo, o risco versus comércio é recompensado entre diferentes classes de ativos e a liquidez necessária para satisfazer pagamentos de benefícios.

Ativos dos planos de pensão superavitários

Planos Brasileiros

O Plano de Benefício Definido, administrados pela VALIA, tem a maior parte de seus ativos alocados em renda fixa, principalmente em títulos federais de longo prazo e títulos privados, ambos indexados a inflação com o objetivo de reduzir a volatilidade do ativo e do passivo. A alocação alvo para estes investimentos é de 55% do total dos ativos. Esta estratégia de investimentos, quando considerada em conjunto com o segmento de operações com participantes (empréstimos), visa constituir uma proteção dos passivos do plano contra os riscos de inflação e volatilidade da relação ativo e passivo. Os 65 segmentos ou classes de ativos têm os seus alvos de alocação, como segue: investimento em renda fixa - 52%; investimentos em renda variável - 28%; investimentos estruturados - 6%; investimentos no exterior - 2%; imóveis 7% e operações com participantes (empréstimos) - 5%.

A política de investimento tem o objetivo de alcançar a diversificação adequada, receita e valorização de longo prazo, através da combinação de todas as classes de ativos acima descritas para cumprir suas obrigações com o nível adequado de risco. Este plano teve um rendimento médio nominal de 20,87% a.a., nos últimos 11 anos. O Plano de Benefício Definido administrado pela Petros, também possui a maior parte de seus ativos alocados em renda fixa, principalmente em títulos federais de longo prazo e títulos privados, ambos indexados a inflação com o objetivo de reduzir a volatilidade do ativo e do passivo. A alocação alvo para estes investimentos é de 63% do total do ativo.

A política de investimentos tem o objetivo de alcançar uma adequação das receitas e valorização de longo prazo, visando constituir uma proteção dos passivos em relação aos riscos de inflação e volatilidade entre ativo e passivo do plano. O rendimento médio nominal esperado dos ativos do plano é de 12,96% a.a. Os alvos de classe de ativos estão assim representados: investimentos em renda fixa - mínimo 30% e máximo de 70%; investimentos em renda variável - mínimo 15% e máximo de 50%; investimentos estruturados - mínimo 2,5% e máximo de 15%; investimentos no exterior - mínimo 0% e máximo de 3%; investimentos em imóveis - mínimo 1,5% e máximo de 8%; e empréstimos a participantes - mínimo 0% e máximo de 15%.

Planos superavitários por categoria de ativo

	Em 31 de dezembro de 2010				Em 31 de dezembro de 2009				1º de janeiro de 2009			
	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	8	8	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Títulos em ações - líquido	128	128	-	-	118	118	-	-	56	56	-	-
Títulos em ações - não líquido	7	-	7	-	6	-	6	-	15	-	15	-
Título de dívida de corporações	22	-	22	-	12	-	12	-	13	-	13	-
Título de dívida de instituições financeiras	19	-	19	-	19	-	19	-	17	-	17	-
Título de dívida do governo	205	205	-	-	154	154	-	-	128	128	-	-
Fundo de investimento em renda fixa	156	156	-	-	141	141	-	-	134	134	-	-
Fundo de investimento em ações	49	49	-	-	40	40	-	-	21	21	-	-
Fundo de investimento internacionais	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de investimento de empresas não listadas	12	-	-	12	9	-	-	9	9	-	-	9
Fundo de investimento de empreendimento imobiliário	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Empreendimento imobiliário	28	-	-	28	23	-	-	23	20	-	-	20
Empréstimo de participantes	18	-	-	18	16	-	-	16	24	-	-	24
Total	656	548	48	60	539	454	37	48	437	339	45	53
Fundos não relacionados aos planos de risco	(116)	-	-	-	(121)	-	-	-	(92)	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	540				418				345			

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

Mensuração de ativos dos planos superavitários a valor justo com variáveis não observáveis de mercado - nível 3

	Em 31 de dezembro de 2010					Em 31 de dezembro de 2009					1º de janeiro de 2009				
	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Fundo de empréstimos imobiliário	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total	Fundo de empréstimos imobiliário	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total	Fundo de empréstimos imobiliário	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total		
Início do exercício.....	9	-	23	16	47	9	20	24	53	7	18	15	41		
Retorno atual dos ativos do plano.....	-	-	4	2	7	3	2	3	8	1	3	4	7		
Consolidação inicial de novas aquisições.....	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)	(2)	(1)	-	(3)		
Ativos vendidos durante o exercício.....	-	-	(2)	(7)	(10)	(5)	2	-	(3)	3	-	-	3		
Ativos comprados e liquidados.....	4	-	2	6	13	2	-	(11)	(9)	-	-	-	-		
Transferências entre níveis.....	-	2	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Final do exercício.....	13	2	25	17	57	9	23	16	48	9	20	19	48		

Para os planos administrados pela VALIA, os ativos classificados no nível 3, estão como segue:

A meta de retorno para investimentos estruturados em 2011 é de 11,51% a.a. A alocação alvo para o plano de benefício definido (BD) é de 6%, com uma variação entre 2% e 10%. Estes investimentos têm um horizonte de longo prazo e baixa liquidez com o objetivo de se beneficiar do crescimento econômico brasileiro, sobretudo no setor de infraestrutura. Normalmente o valor justo dos ativos sem liquidez é estabelecido considerando o custo de aquisição ou valor patrimonial. Alguns fundos podem, alternativamente, utilizar as seguintes metodologias de apuração: análise do fluxo de caixa descontado ou análise com base em múltiplos.

A meta de retorno para as operações com participantes (empréstimos) em 2011 é de 16,05% a.a. O valor justo destes ativos inclui provisões para empréstimos não pagos, de acordo com o regulamento do fundo de pensão local.

A meta de retorno para os ativos imobiliários em 2011 é de 12,87% a.a. O valor justo destes ativos é considerado valor contábil. Contratamos empresas especializadas em avaliação de imóveis que não atuam no mercado como corretores. Todas as técnicas de avaliação seguem o regulamento do local.

Para os planos administrados pelo Petros os ativos classificados no nível 3, estão como segue:

A meta de retorno para investimentos em imóveis para 2011 é de 10,01% a.a. A alocação alvo é de 4,75%, com uma variação entre 1,5% e 8%.

A meta de retorno para operações com participantes para 2011 é de 10,77% a.a. A alocação alvo é de 7,50%, com uma variação entre 0% e 15%.

Ativos dos planos de pensão deficitários

Planos Brasileiros

O Plano Vale Mais tem obrigações com características dos planos de benefício definido e planos de contribuição definidas. A maior parte dos investimentos está em renda fixa. Para reduzir a volatilidade dos componentes do ativo e do passivo da parcela com características de benefícios definidos, deste plano, também foi implementada uma estratégia de investimentos utilizando títulos federais de longo prazo e títulos privados indexados à inflação. A alocação alvo para esta estratégia é de 55% dos ativos deste sub-plano. A alocação alvo do plano Vale Mais para os segmentos ou classes de ativos é a seguinte: renda fixa - 59%; renda variável 24%; investimentos estruturados - 2%; investimentos no exterior - 1%; imóveis - 4% e operações com participantes (empréstimos) - 10%.

A parcela com características contribuição definida do Plano Vale Mais oferece três opções de combinação de classes de ativos que podem ser escolhidas pelos participantes. As opções incluem: 100 % em renda fixa, 80% de renda fixa e 20% renda variável e 65% de renda fixa e 35% renda variável. As opções de renda fixa incluem operações com participantes (empréstimos). A gestão da renda variável é feita através de fundo de investimento que tem o Índice Bovespa como referência.

A política de investimentos tem o objetivo de alcançar a diversificação adequada, de receita e valorização de longo prazo, através da combinação de todas as classes de ativos acima descritos para cumprir suas obrigações e metas, com o nível adequado de risco. Este plano teve um rendimento médio nominal de 15,67% a.a. nos últimos 7 anos.

A obrigação com o plano de abono complementação tem sua alocação exclusiva em títulos de renda fixa. Também foi implementada uma estratégia de investimentos utilizando títulos federais de longo prazo e títulos privados indexados à inflação, com o objetivo de minimizar a volatilidade do ativo e do passivo e reduzir o risco de inflação.

A política de investimentos tem o objetivo de alcançar a diversificação adequada, da receita e valorização de longo prazo, para cumprir suas obrigações com o nível adequado de risco. Este plano teve um rendimento médio nominal de 16,28% a.a. nos últimos 5 anos.

Planos no exterior

Para todos os planos de pensão, exceto a PT International Nickel Indonésia Tbk (anteriormente PT Inco), a meta de alocação dos ativos é de 60% em investimentos em ações e 40% em investimentos de renda fixa, com todos os valores mobiliários negociados nos mercados públicos. Investimentos em renda fixa estão em títulos nacionais para o mercado de cada plano, e envolve uma mistura de títulos do governo e títulos de corporações. Os investimentos em ações são essencialmente de natureza global e envolvem uma mistura de grandes, médias e pequenas empresas de capitalização, com um investimento modesto explícito em ações nacionais para cada plano. Os planos canadenses também usam uma estratégia de proteção cambial "hedge" (cada um que desenvolveu exposição cambial de 50% é coberto), devido ao grande risco de títulos estrangeiros. Para a PT International Nickel Indonésia Tbk, a meta de alocação de investimento em ações é de 20% e o restante em renda fixa, com a grande maioria desses investimentos que estão sendo feitas dentro do mercado interno.

Planos deficitários por categoria de ativo

	Em 31 de dezembro de 2010				Em 31 de dezembro de 2009				1º de janeiro de 2009			
	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes.....	5	2	3	-	3	1	2	-	5	2	3	-
Contas a receber.....	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos em ações - líquido.....	156	156	-	-	151	151	-	-	120	120	-	-
Títulos em ações - não líquido.....	1	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-
Título de dívida de corporações.....	5	-	5	-	4	-	4	-	9	-	9	-
Título de dívida de instituições financeiras.....	12	-	12	-	6	-	6	-	5	-	5	-
Título de dívida do governo.....	76	36	40	-	67	28	40	-	76	29	48	-
Fundo de investimento em renda fixa.....	174	105	70	-	165	94	71	-	164	75	90	-
Fundo de investimento em ações.....	63	30	34	-	60	27	33	-	64	17	46	-
Fundo de investimento internacionais.....	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de investimento de empresas não listadas.....	1	-	-	1	1	-	-	1	1	-	-	1
Fundo de investimento de empreendimento imobiliário.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empreendimento imobiliário.....	4	-	-	4	2	-	-	3	1	-	-	1
Empréstimo de participantes.....	15	-	-	15	13	-	-	13	7	-	-	7
Total.....	515	332	164	20	472	301	156	17	453	243	202	9
Fundos não relacionados aos planos de risco.....	(66)	-	-	-	(58)	-	-	-	(45)	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	449				414				408			

Mensuração de ativos dos planos deficitários a valor justo com variáveis não observáveis de mercado - nível 3

	Em 31 de dezembro de 2010			
	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total
Início do exercício.....	1	3	12	16
Retorno atual dos ativos do plano.....	-	-	2	2
Consolidação inicial de novas aquisições.....	-	-	-	2
Ativos vendidos durante o exercício.....	-	-	(5)	-
Ativos comprados e liquidados.....	1	1	6	(5)
Ajustes acumulados de conversão.....	-	-	-	7
Final do exercício.....	2	4	15	20

A meta de retorno para investimentos estruturados em 2011 é de 11,51% a.a. A alocação alvo para o Plano Vale Mais é de 2%, com uma variação entre 1% e 10%. Estes investimentos têm um horizonte de longo prazo e baixa liquidez com o objetivo de se beneficiar do crescimento econômico brasileiro, sobretudo no setor de infraestrutura. Normalmente o valor justo dos ativos sem liquidez é estabelecido considerando o custo de aquisição ou valor patrimonial. Alguns fundos podem, alternativamente, utilizar as seguintes metodologias de apuração: análise do fluxo de caixa descontado ou análise com base em múltiplos.

A meta de retorno para as operações com participantes (empréstimos) em 2011 é de 16,05% a.a. O valor justo destes ativos inclui provisões para empréstimos não pagos, de acordo com o regulamento do fundo de pensão local.

A meta de retorno para os ativos imobiliários em 2011 é de 12,89 % a.a. O valor justo destes ativos é considerado valor contábil. Contratamos empresas especializadas em avaliação de imóveis que não atuam no mercado como corretores. Todas as técnicas de avaliação seguem o regulamento do local.

Ativos dos outros benefícios deficitários

Planos no exterior

Outros benefícios deficitários por categoria de ativo

Ativos por categoria	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Total	Nível 1	Total	Nível 1	Total	Nível 1
Caixa e equivalente.....	1	1	1	1	1	1

Desembolso do fluxo de caixa futuro

A VALE espera desembolsar no exercício de 2011 com os planos de pensão e outros benefícios, R\$ 13 no consolidado.

Estimativa de pagamento de benefícios futuros

A tabela a seguir apresenta a expectativa de pagamentos de benefícios, que refletem serviços futuros, como segue:

	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Total
2011.....	27	40	8	73
2012.....	28	41	9	75
2013.....	30	41	9	77
2014.....	31	42	10	79
2015.....	33	42	10	81
2016 em diante.....	183	220	51	374

Plano de participação nos resultados

A VALE, baseada no Programa de Participação nos Resultados - PPR possibilita definição, acompanhamento, avaliação e reconhecimento do desempenho coletivo e individual de seus empregados.

A Participação nos Resultados na Companhia para cada Empregado é apurada individualmente de acordo com o alcance de metas previamente estabelecidas por blocos de Indicadores conforme desempenho: da Companhia, do Departamento ou Unidade de Negócios, da Equipe, individual, e relativo às competências individuais. A contribuição de cada bloco de desempenho na pontuação dos empregados é discutida e acordada, a cada exercício, entre a VALE e entidades sindicais que representam os seus empregados.

Plano de incentivos de longo prazo

Com o objetivo de incentivar a visão de "acionista", além de elevar a capacidade de retenção dos executivos e reforçar a cultura de desempenho sustentado, o Conselho de Administração aprovou um Plano de Remuneração a Longo Prazo para alguns dos seus executivos, que foi implementado para ciclos de 3 anos.

De acordo com os termos do plano, os participantes, restrito a certos executivos, podem alocar uma parte de seus bônus anuais ao plano. A parte do bônus alocada ao plano é usada pelo executivo para comprar ações preferenciais da VALE, através de uma instituição financeira previamente definida em condições de mercado e sem nenhum benefício fornecido pela VALE.

As ações compradas pelo executivo não têm restrições e podem, de acordo com critérios próprios de cada participante, ser vendidas a qualquer momento. Contudo, as ações precisam ser mantidas por um período de três anos e os executivos precisam manter seu vínculo empregatício com a VALE durante esse período. O participante passa, desta forma a ter o direito de receber da VALE, um pagamento em caixa equivalente ao montante de ações detidas baseado em cotações de mercado. O total de ações vinculadas ao plano em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 é 2.458.627 e 1.809.117, respectivamente.

Adicionalmente, certos executivos elegíveis ao incentivo de longo prazo, têm a oportunidade de receber no final de um ciclo de três anos um valor monetário equivalente ao valor de mercado de um determinado número de ações baseados na avaliação de suas carreiras e fatores de desempenho medidos como um indicador de retorno total aos acionistas.

A VALE contabilizou o custo da compensação provido aos nossos executivos que estão sob esse plano de compensação de incentivo de longo prazo conforme requerimentos do CPC 10 "Pagamentos baseados em ações". Os passivos são mensurados a valor justo na data de cada emissão do relatório, baseados em taxas do mercado. Os custos de compensação incorridos são reconhecidos pelo período aquisitivo definido de três anos. Em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, reconheceu uma provisão de R\$ 12 e R\$ 9, respectivamente, no resultado.

26) RISCOS OPERACIONAIS E SEGUROS

VALE

Riscos Operacionais

A VALE possui um amplo programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para todos os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de uma apólice do tipo *All Risks*. Este programa contempla inspeções e treinamentos *in loco* utilizando-se da estrutura de vários comitês de risco espalhados pela VALE, suas controladas e coligadas. A VALE procura alinhar os riscos em todas as áreas, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando nos mercados nacional e internacional coberturas compatíveis com uma Companhia do seu porte.

Outros Seguros

Visando a adequada mitigação dos riscos, a VALE contrata vários tipos diferentes de apólices de seguros, tais como seguros de riscos operacionais e responsabilidade civil, além de uma apólice de seguro de vida para seus funcionários. As coberturas destas apólices são contratadas em linha com a Política de Gestão de Riscos Corporativos e similares aos seguros contratados por outras companhias da indústria de mineração. Entre os instrumentos de gestão, a VALE utiliza desde 2002 uma resseguradora cativa e que lhe permite a contratação de seguros em bases competitivas bem como o acesso direto aos principais mercados internacionais de seguro e resseguro.

A gestão de seguros é realizada na VALE com o apoio dos comitês de seguros existentes nas diversas áreas operacionais da VALE e que são compostos por vários profissionais destas unidades.

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Outras Obrigações, no Consolidado Holding, referem-se, basicamente, às frações de ações do grupamento deliberado na AGE de 30 de abril de 2004, que foram vendidas em leilão na BOVESPA em 14 de julho de 2004, sendo que os valores foram creditados ou colocados à disposição dos acionistas e montam R\$ 26 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 26 e 1º de janeiro de 2009 – R\$ 26);

b) Despesas Gerais e Administrativas no Consolidado Holding referem-se a Despesas de Pessoal no montante de R\$ 5 (2009 – R\$ 3) e Outras Despesas Gerais e Administrativas no montante de R\$ 11 (2009 – R\$ 18);

c) Resultado Financeiro - (Consolidado Holding)

	2010	2009
Receita de aplicações financeiras	22	28
Despesas de juros sobre notas promissórias comerciais	-	(46)
Despesas de juros sobre debêntures	(80)	(64)
Outros	(3)	(2)
Total	(61)	(84)

d) Outras Receitas (Despesas) Operacionais - (Consolidado Holding)

	2010	2009
Despesas tributárias	(36)	(20)
Outros	-	(3)
Total	(36)	(23)

e) Resultado na Alienação de Investimentos no Consolidado Holding refere-se à venda de 16.600.000 ações da CPFL Energia em maio/2009;

f) Receitas de Dividendos, no Consolidado Holding e Total, referem-se aos dividendos recebidos da CPFL Energia S.A., no montante de R\$ 75 (2009 – R\$ 83); e

g) As ações preferenciais resgatáveis registradas na Controladora e Consolidado Holding, possuem as seguintes características: (i) não terão direito a voto nas assembleias gerais da Valepar, exceto nas hipóteses previstas em lei; (ii) farão jus a juros fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, correspondentes a uma taxa pré-fixada de 16% a.a.; (iii) são resgatáveis semestralmente entre 05 de maio de 2011 e 05 de novembro de 2015; (iv) não serão conversíveis em qualquer outra espécie ou classe de ação de emissão da Valepar.

28) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 28 de fevereiro de 2011, a BRADESPAR anunciou a distribuição mínima de US\$ 300 milhões para o corrente exercício, correspondente a US\$ 0.805909066 por ação ordinária e US\$ 0.886499973 por ação preferencial. O pagamento será feito em duas parcelas semestrais de US\$ 150 milhões, nos dias 13.05 e 14.11.2011, convertidas em moeda corrente nacional pela cotação do dólar de venda (Ptax-opção 5), divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia útil anterior ao da realização das reuniões do Conselho de Administração previstas para os dias 28.04 e 31.10.2011.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da BRADESPAR S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Comentário da Administração sobre o Desempenho da Companhia e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2010, e o Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis, trazidos a valor presente, que tem por objetivo a realização de Ativo Fiscal Diferido de acordo com a Instrução CVM nº 371, de 27.6.2002, e à vista do Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz dos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), implantados no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

São Paulo, SP, 24 de março de 2011.

Ariovaldo Pereira Marlos Francisco de Souza Araújo Manuel Maria Pulido G. F. de Sousa

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Presidente

Lázaro de Mello Brandão

Vice-Presidente

Antônio Bornia

Membros

Mário da Silveira Teixeira Júnior
João Aguiar Alvarez
Denise Aguiar Alvarez
Luiz Carlos Trabuco Cappi
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva
Francisco Ravaara Cary

Diretoria

Diretor-Presidente

João Moisés de Oliveira

Diretor

Renato da Cruz Gomes

Conselho Fiscal

Efetivos

Ariovaldo Pereira
Marcos Aparecido Galende
Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa

Suplentes

João Batista de Moraes
Marlos Francisco de Souza Araújo
Oliúdo Aralho Junior

Oswaldo Tadeu Fernandes
Contador – CRC – 1SP271968/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Bradespar S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Bradespar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Bradespar S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradespar S.A. em 31 de dezembro de

2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradespar S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Bradespar S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis (Consolidado Holding)

Examinamos, também, o balanço patrimonial da Bradespar S.A. e empresas controladas (Consolidado Holding) em 31 de dezembro de 2010 e as correspondentes demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício findo nessa data, apresentados para propiciar informações suplementares sobre a Companhia, cuja apresentação não é requerida como parte integrante das demonstrações contábeis. Essas demonstrações suplementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de março de 2011

 PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador – CRC 1SP171564/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem aos Acionistas.

2010 foi um ano marcado pela recuperação da crise mundial de 2009, em que o resultado apurado pela BRADESPAR atingiu índices recordes, principalmente pela performance alcançada por sua controlada VALE.

A BRADESPAR registrou no ano o maior Lucro Líquido de sua história, R\$ 1,76 bilhão, valor 82,9% superior em relação a 2009, e a remuneração paga aos acionistas, na forma de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio, foi de R\$ 344,3 milhões. As suas ações preferenciais (BRAP4) mais uma vez apresentaram desempenho acima do Ibovespa, principal índice da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, com valorização de 15,2% no ano. Cabe destacar que a performance da BRADESPAR depende diretamente do desempenho de suas empresas investidas – a VALE e a CPFL Energia – que apresentaram resultados positivos em 2010 e contribuíram para um desempenho recorde. Em 9 de julho de 2010, foi realizada a Liquidação Financeira da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, no montante de R\$ 152,9 milhões.

A VALE investiu, em 2010, o total de US\$ 19,4 bilhões, sendo a maior parte em crescimento orgânico, para aumentar sua capacidade produtiva. A receita operacional totalizou R\$ 85,3 bilhões - valor 71,3% superior ao de 2009 -, sagrando-se a maior exportadora do Brasil em 2010, responsável por 11,9% das exportações nacionais. O seu Lucro Líquido de R\$ 30,1 bilhões resultou num ganho para a BRADESPAR de R\$ 1,82 bilhão, 184,9% acima do valor registrado no exercício anterior. Ressalte-se que a BRADESPAR participa no Conselho de Administração e nos Comitês de Assessoramento da VALE, contribuindo, em conjunto com os demais acionistas controladores da Valepar S.A., para a tomada de decisões estratégicas, visando à adoção das opções de crescimento mais rentáveis.

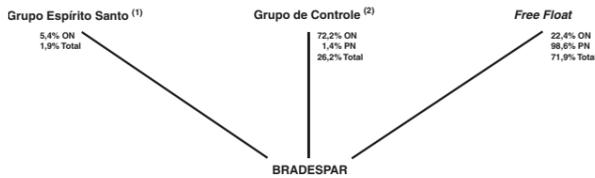
A CPFL consolidou mais dois pilares para o seu crescimento nos próximos anos: iniciou as operações comerciais da usina térmica de biomassa Baldin, em agosto de 2010, e da usina hidrelétrica Foz do Chapeco, em outubro de 2010. A remuneração paga pela CPFL à BRADESPAR, sob a forma de Dividendos, totalizou R\$ 75,2 milhões.

A BRADESPAR continuará participando ativamente dos passos a serem empreendidos por suas empresas investidas, sempre buscando unir, de maneira adequada, as estratégias a serem adotadas às realidades dos mercados onde atua. Nesse contexto, buscará também o estabelecimento de novas conquistas, amparada no empenho e trabalho dedicados dos seus administradores e colaboradores e no apoio e confiança de seus acionistas. A todos eles, nossos agradecimentos.

São Paulo, SP, 24 de março de 2011.
Lázaro de Mello Brandão
Presidente do Conselho de Administração

ESTRUTURA ACIONÁRIA

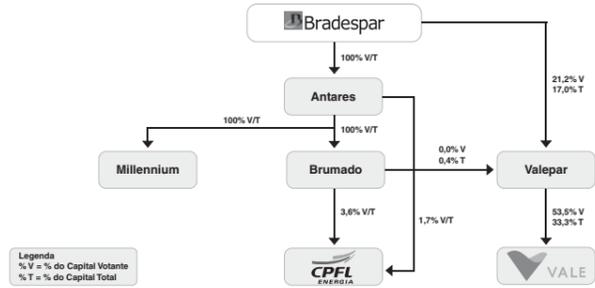
Em 31.12.2010, o capital social da BRADESPAR era constituído por 349.547.945 ações, sendo 122.523.049 ações ordinárias e 227.024.896 ações preferenciais, com a seguinte estrutura de participação:



(1) Em 27 de janeiro de 2011, o Grupo Espírito Santo deixou de participar da estrutura acionária da BRADESPAR.
(2) Composto por: Cidade de Deus – Cia. Comercial de Participações, Nova Cidade de Deus Participações S.A., Fundação Bradesco e NCF Participações S.A.

ESTRUTURA DOS INVESTIMENTOS

Constituída em março de 2000 – a partir da cisão parcial do Banco Bradesco S.A. – a BRADESPAR concentra seus investimentos, atualmente, na VALE e na CPFL Energia. Em 31 de dezembro de 2010, o valor de mercado de seus ativos, deduzida a dívida líquida, correspondia a cerca de R\$ 17,2 bilhões, apresentando taxa média anual de crescimento de 29,1% ao longo de mais de dez anos de participação no mercado de capitais.



Legenda
% V = % do Capital Votante
% T = % do Capital Total

COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO DA COMPANHIA

Para permitir melhor compreensão sobre seus resultados, a BRADESPAR apresenta, complementarmente, as demonstrações contábeis consolidando somente suas controladas não operacionais. Esse método visa a proporcionar melhor percepção do seu quadro financeiro e conferir transparência aos seus resultados, na medida em que separa, de maneira clara, seus direitos e obrigações daqueles relativos às empresas investidas. Abaixo, está apresentada a Demonstração do Resultado Consolidado Holding, em conformidade com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

	4T10	4T09 (1)	Var %	2010	2009 (1)	Var %
Demonstração de Resultado						
Equivalência Patrimonial	499.043	92.829	437,6%	1.575.536	407.771	286,4%
Juros Ações Resgatáveis	70.654	71.549	(1,2%)	248.186	232.293	6,8%
Resultado na Alienação de Investimentos	-	-	-	-	483.245	-
Dividendos de Investimentos	-	-	-	75.167	82.984	(9,4%)
Receita Operacional	569.697	164.378	246,6%	1.898.889	1.206.293	57,4%
Despesas de Pessoal	(949)	(639)	48,5%	(4.784)	(3.136)	52,5%
Despesas Gerais e Administrativas	(3.795)	(2.996)	26,7%	(11.458)	(18.070)	(36,6%)
Recargas (Despesas) Financeiras	(16.776)	(12.619)	32,9%	(61.301)	(84.386)	(27,4%)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(19.731)	(17.882)	10,3%	(35.748)	(22.561)	58,4%
Resultado Operacional	528.446	130.242	305,7%	1.785.598	1.078.140	65,6%
Resultado antes IR/CS	528.446	130.242	305,7%	1.785.598	1.078.140	65,6%
Imposto de Renda/Contribuição Social	(12.727)	(1.267)	904,5%	(25.732)	(115.737)	(77,7%)
Lucro Líquido	515.719	128.975	299,9%	1.759.866	962.403	82,9%

(1) Período ajustado pelos novos pronunciamentos contábeis para efeito de comparativo.

Receita Operacional

Como Companhia de Investimentos, a BRADESPAR tem suas receitas operacionais originadas no Resultado de Equivalência Patrimonial, que inclui Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio recebidos da Valepar/VALE, Juros das Ações Resgatáveis recebidas da Valepar, e Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio recebidos da CPFL Energia.

A BRADESPAR, em 2010, registrou Receita Operacional de R\$ 1,90 bilhão, 57,4% superior ao mesmo período de 2009, assim composta:

- Resultado de R\$ 1,53 bilhão relacionado à Equivalência Patrimonial da Valepar/VALE, com crescimento de 286,4% em relação a 2009;
- R\$ 248,2 milhões referentes aos juros das ações resgatáveis da Valepar, 6,8% superior a 2009; e
- R\$ 75,2 milhões de Dividendos recebidos da CPFL Energia, com redução de 9,4% em relação ao mesmo período de 2009.

Cabe destacar que, em 2010, a VALE alcançou seu melhor resultado anual, R\$ 30,1 bilhões, caracterizado por recordes de receitas operacionais, lucro operacional, geração de caixa e margem operacional. Ao mesmo tempo, o investimento foi de US\$ 19,4 bilhões, o maior na indústria mundial de mineração, alocando recursos para financiar a criação de novas plataformas de crescimento e criação de valor.

Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativas

Em 2010, as Despesas de Pessoal totalizaram R\$ 4,8 milhões, ante R\$ 3,1 milhões de 2009. As Despesas Gerais e Administrativas somaram R\$ 11,5 milhões no exercício, redução de 36,6% em comparação ao ano anterior.

Resultado Financeiro

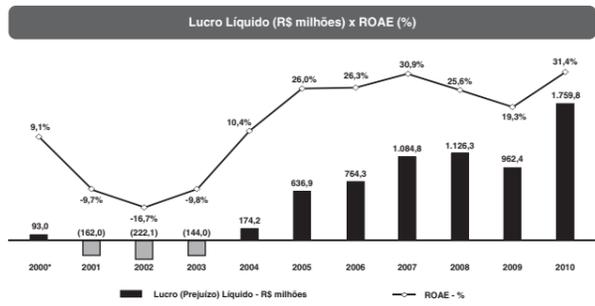
A Despesa Financeira Líquida da BRADESPAR, em 2010, foi de R\$ 61,3 milhões, 27,4% inferior ao mesmo período de 2009, devido, principalmente, à redução do empenhamento da Companhia, com a liquidação, em 13 de julho de 2009, da 2ª Emissão de Notas Promissórias no montante de R\$ 727 milhões.

Outras Despesas Operacionais

A principal rubrica deste item refere-se a despesas tributárias, em especial PIS e COFINS, relativas ao recebimento de Juros sobre o Capital Próprio da Valepar. As Outras Despesas Operacionais totalizaram R\$ 35,7 milhões em 2010, 58,4% superior em comparação ao ano anterior.

Lucro Líquido do Período

A BRADESPAR apresentou Lucro Líquido de R\$ 1,76 bilhão em 2010, 82,9% superior ao ano anterior, sendo o melhor resultado da história da Companhia. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) alcançou 31,4%. É relevante lembrar que o resultado de 2009 foi impactado pela alienação de 16.600.000 ações da CPFL Energia, no valor de R\$ 483,2 milhões. Descontando este efeito extraordinário, o resultado antes de IR/CS de 2010 apresentou crescimento de cerca de 200,2% em relação ao ano anterior.



* Corresponde a 10 meses de atividade.

Obs.: ROAE = Lucro Líquido/Patrimônio Líquido Médio – Não considera o efeito da marcação a mercado dos Títulos Disponíveis para Venda registrado no Patrimônio Líquido.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A Política Indicativa de Remuneração Anual Mínima aos Acionistas, instituída em 2005, assegura previsibilidade quanto ao recebimento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio, sem prejuízo ao disposto no Estatuto Social, que determina a distribuição de no mínimo 30% do Lucro Líquido Ajustado sob a forma de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio.

Em consonância com essa política, em 26 de fevereiro de 2010, a BRADESPAR anunciou a proposta da Diretoria para pagamento de remuneração mínima aos acionistas, distribuída na forma de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio, do valor em Reais equivalente a US\$ 200 milhões para o ano 2010, dividido em duas parcelas iguais, pagas em maio e novembro.

O pagamento da 1ª parcela, em 14 de maio de 2010, correspondeu a R\$ 95,4 milhões a título de Juros sobre o Capital Próprio e R\$ 77,8 milhões de Dividendos.

A 2ª parcela foi paga em 12 de novembro de 2010, composta por R\$ 160 milhões de Juros sobre o Capital Próprio e R\$ 11,1 milhões de Dividendos.

Em dezembro de 2010, constituiu provisão complementar de R\$ 321 milhões, para o pagamento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio, referente ao exercício de 2010, conforme o Estatuto Social da Companhia.

Em fevereiro de 2011, a BRADESPAR anunciou a distribuição mínima de US\$ 300 milhões para o corrente exercício, a serem convertidos em Reais pela cotação do Dólar de venda (Plax-opção 5), divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia útil anterior ao da realização das reuniões de Conselho de Administração, previstas para os dias 28 de abril e 31 de outubro de 2011.

Evolução da Distribuição de Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio

Data Pagamento Div./JCP	Valor	Ano Caixa	Ano Competência
30.5.2001	27.811	2001 (27.811)	2000 (27.811)
24.1.2005	80.000	2005 (180.000)	2004 (80.000)
11.11.2005	100.000		2005 (227.445)
15.5.2006	127.445	2006 (212.957)	
13.11.2006	85.512		2006 (262.827)
08.1.2007	120.000		
15.5.2007	57.315	2007 (385.111)	
	84.932		2007 (379.996)
14.11.2007	41.864		
	81.000		2008 (376.910)
15.5.2008	172.200	2008 (383.710)	
14.11.2008	68.000		2008 (376.910)
	143.510		
15.5.2009	165.400	2009 (392.740)	
	52.980		2009 (322.740)
13.11.2009	128.000		
	46.360		2010 (248.930)
14.5.2010	95.400	2010 (344.330)	
12.11.2010	77.810		
	160.000		
	11.120		

Juros sobre Capital Próprio (Barras) Dividendos (Linha)

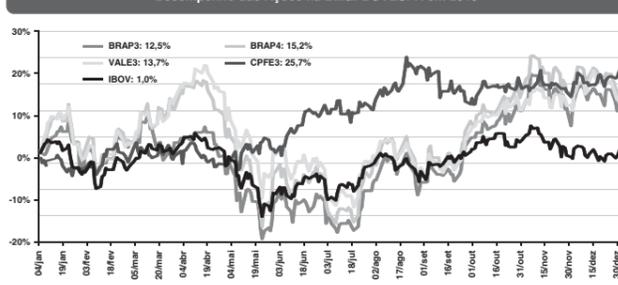
MERCADO DE CAPITAIS

As ações da BRADESPAR, negociadas sob os códigos BRAP3 (ON) e BRAP4 (PN), integram o Ibovespa, o mais relevante índice da BM&FBOVESPA, que inclui as companhias mais líquidas do mercado brasileiro. Esses papéis estão listados no Nível 1 da Bolsa de Valores em decorrência do seu modelo de Governança Corporativa, cujas práticas diferenciadas também os credenciaram ao Índice de Governança Corporativa (IGC).

A BRADESPAR também tem seus títulos negociados no Latibex – Mercado de Empresas Latino-Americanas da Bolsa de Valores de Madri, na Espanha, em Euros, por meio do Programa de Depositary Receipts (GDRs). O propósito é ampliar as alternativas de transação, bem como a liquidez das ações no mercado de capitais internacional.

Em 2010, as ações preferenciais da BRADESPAR cresceram acima do Ibovespa, conforme gráfico a seguir:

Desempenho das Ações na BM&FBOVESPA em 2010

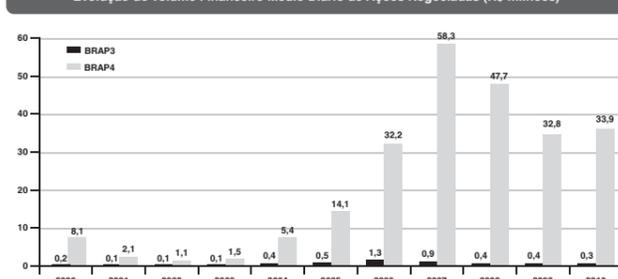


Cotações ajustadas por proventos, incluindo Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio.
Fonte: Economatica

Liquidez

A média diária do volume de ações preferenciais de emissão da BRADESPAR, negociada em 2010, situou-se em R\$ 33,9 milhões.

Evolução do Volume Financeiro Médio Diário de Ações Negociadas (R\$ milhões)



Prêmio/Desconto

As participações detidas pela BRADESPAR atingiram valor de mercado de cerca de R\$ 17,8 bilhões ao final de 2010, sem considerar qualquer prêmio de controle para a participação na VALE. Esse total é composto de 94,1% pelo investimento na VALE e de 5,9% pelo investimento na CPFL Energia. Em relação ao valor de mercado das participações nas empresas investidas, o valor de mercado da BRADESPAR, deduzindo-se a Dívida Líquida de R\$ 588,7 milhões, apresentou desconto de 11,4%.

Valor Líquido dos Ativos da BRADESPAR x Valor de Mercado da BRADESPAR (preços de fechamento em 30.12.2010)

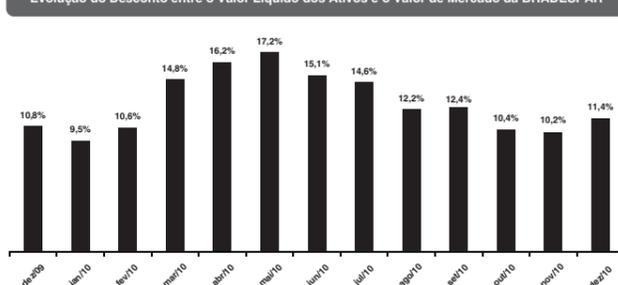
Companhias	Cotação (R\$/ação)	Quantidade de Ações	Participação da BRADESPAR			
			% do Capital Total	Valor de Mercado (R\$ mil)	Valor de Mercado (US\$ mil)	Valor de Mercado (EURO mil)
VALE ON (1)	55,33	299.380.600	5,74%	16.564.729	9.941.621	7.485.192
VALE PNA (1)	48,50	3.547.702	0,07%	172.064	103.267	77.751
CPFL-E ON	41,20	25.270.900	5,25%	1.041.161	824.872	470.475
Valor dos Ativos da BRADESPAR (A)				17.777.954	10.869.760	8.033.418
Dívida Líquida da BRADESPAR (B) (2)				(588.735)	(353.340)	(266.035)
Caixa da BRADESPAR				172.265	103.388	77.842
Dívida Bruta da BRADESPAR				(761.000)	(456.728)	(343.877)
Valor Líquido dos Ativos da BRADESPAR (C) = (A) + (B)				17.189.219	10.316.420	7.767.383
Valor de Mercado da BRADESPAR (D)				15.224.507	9.137.262	6.879.578
Ações Ordinárias (BRAP3)	43,99	122.523.049		5.389.789	3.234.779	2.435.512
Ações Preferenciais (BRAP4)	43,32	227.024.896		9.834.718	5.902.483	4.444.066
Diferença entre o Valor Líquido dos Ativos e Valor de Mercado BRADESPAR (C) - (D)				1.964.712	1.179.158	887.805
DESCONTO (3)				11,4%		

(1) A Quantidade de ações da VALE foi calculada com base nos percentuais de participação detidos por meio da Valepar.

(2) Dívida Líquida em 30/12/2010.

(3) (Valor de Mercado da BRADESPAR)/(Valor dos Ativos + Dívida Líquida) - 1

Evolução do Desconto entre o Valor Líquido dos Ativos e o Valor de Mercado da BRADESPAR



COMENTÁRIOS SOBRE AS CONTROLADAS OPERACIONAIS

VALE

Maior empresa privada da América Latina, a VALE está presente em 38 países, distribuídos por cinco continentes, e atua nos negócios de mineração (produção e comercialização), operações logísticas e geração de energia. No segmento de mineração, a Companhia destaca-se como a maior produtora mundial de minério de ferro e pelotas, matéria-prima essencial para a indústria siderúrgica. É também a segunda maior produtora de níquel, com aplicações na indústria de aço inoxidável, aeronaves, entre outras, e na produção de manganês, ferroligas, carvão térmico e metalúrgico, bauxita, cobre e fertilizantes, materiais importantes para a indústria e a agricultura global.

Em 2010, suas exportações cresceram a patamar elevados – 122,1% – e a Companhia galgou o posto de maior exportadora do Brasil, respondendo por 11,9% das exportações nacionais. Cumpre destacar que o superávit da VALE no ano foi superior ao registrado na balança comercial brasileira, alcançando, respectivamente, US\$ 23,3 bilhões e US\$ 20 bilhões. O Lucro Líquido no período totalizou R\$ 30,1 bilhões e a remuneração aos acionistas atingiu US\$ 5 bilhões, sendo US\$ 3 bilhões (R\$ 5,1 bilhões) em distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio e US\$ 2 bilhões através de Recomprou de Ações.

Esse resultado foi alcançado pelo aumento do preço do minério de ferro, pela forte demanda por minerais e metais e pelos esforços para aumentar a produção, mantendo os custos operacionais sob controle. Neste sentido, a Companhia investiu US\$ 19,4 bilhões, sendo US\$ 12,2 bilhões em crescimento orgânico e US\$ 6,7 bilhões em aquisições.

A VALE é registrada na BM&FBOVESPA (VALE3 e VALE5), na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) (VALE e VALE.P), na NYSE Euronext Paris (VALE3 e VALE5), na Latibex (XVALO e XVALP) e na Bolsa de Valores de Hong Kong (HKEX) (6210 e 6230) e foi a primeira Companhia brasileira a alcançar a classificação de *Investment Grade*, atribuída em 2005 pela Moody's Investors Service, Dominion.

Os principais destaques do desempenho da VALE em 2010, foram:

- Receita operacional recorde de R\$ 85,3 bilhões;
- Lucro operacional recorde, medido pelo EBIT (lucro antes de juros e impostos), de R\$ 40,5 bilhões;
- Margem operacional recorde, medida pela margem EBIT, de 48,7%;
- Geração de caixa recorde, medida pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 46,4 bilhões;
- Lucro Líquido recorde de R\$ 30,1 bilhões, equivalente a R\$ 5,66 por ação;
- Investimento recorde de US\$ 19,4 bilhões; e
- Remuneração aos acionistas de US\$ 5 bilhões, sendo US\$ 3 bilhões (R\$ 5,1 bilhões) em Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio, equivalente a US\$ 0,57 (R\$ 0,97) por ação, e US\$ 2 bilhões em Recomprou de Ações.

CPFL Energia

A CPFL Energia é uma holding que, por intermédio de sociedades controladas e coligadas, atua no setor elétrico brasileiro. É a maior companhia privada desse setor, com 13% de participação no mercado nacional de distribuição de energia, atuando nos segmentos de geração, distribuição e comercialização. Opera nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, em 588 municípios, atendendo a 6,7 milhões de consumidores.

Com ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA e ADR Nível III na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), a CPFL continuamente promove a interação entre seus Administradores e Acionistas, com compromissos assumidos de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Possui controle acionário compartilhado pela VBC Energia S.A. (Camargo Corrêa) com 25,7% de participação, 521 Participações S.A. (Prev) com 31% e a Bonaire (Funesep, Petros, Sistel e Sabesprev) com 12,6%. O restante, 30,7%, são ações em circulação no mercado (*free float*), das quais 5,3% pertencem à BRADESPAR.

Dentre os investimentos da CPFL Energia em 2010, destacam-se os realizados nos seguintes segmentos:

- Distribuição: investimentos na ampliação e reforço do sistema elétrico atendendo ao crescimento de mercado, bem como infraestrutura e programas de pesquisa e desenvolvimento; e
- Geração: recursos destinados principalmente à UTE Biomassa Baldin, à UHE Foz do Chapeco, à UTE Termonordeste e à Termoparaba (empreendimentos que entraram em operação comercial, respectivamente, em agosto, outubro e dezembro de 2010 e janeiro de 2011) e UTEs Bio Formosa, Bio Buriti, Bio Ipê e Bio Pedra e Parques Eólicos Santa Clara I, II, III, IV, V e VI e Eurus VI (empreendimentos em construção).

Serviços Prestados pelos Auditores Independentes

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381, de 14.1.2003, a BRADESPAR informa que o Auditor Independente – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes – não prestou, durante o exercício de 2010 outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A BRADESPAR adota, como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender às regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência inclusive com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Companhia, os quais incluem, dentre outros, os seguintes tópicos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços

BALANÇO PATRIMONIAL – Em Reais mil

ATIVO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO HOLDING			CONSOLIDADO		
	31.12.2010	31.12.2009 (I)	01.01.2009 (I)	31.12.2010	31.12.2009 (I)	01.01.2009 (I)	31.12.2010	31.12.2009 (I)	01.01.2009 (I)
CIRCULANTE	461.910	329.257	535.161	1.530.220	1.233.455	1.793.571	4.365.569	3.319.857	4.904.580
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 9)	156.985	267.780	396.227	173.529	289.327	481.812	955.726	1.057.682	1.914.827
Investimentos Financeiros a Curto Prazo (Nota 10)	-	-	-	-	-	-	173.400	379.183	313.416
Derivativos a Valor Justo	-	-	-	-	-	-	5.050	10.631	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 24)	-	-	-	1.041.161	892.316	1.210.906	1.042.380	893.937	1.237.906
Estoques (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	440.726	343.625	562.800
Valores a Receber (Nota 12)	95.828	41.477	138.934	106.433	51.812	100.828	810.757	327.924	462.570
Tributos a Recuperar ou Compensar (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	162.312	156.014	286.077
Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 27g)	209.097	-	-	209.097	-	-	-	-	-
Outros Valores	-	-	-	-	-	-	85.800	150.861	126.984
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	-	-	-	-	-	-	689.418	-	-
NÃO CIRCULANTE	7.587.906	6.349.823	6.912.635	6.988.514	5.839.716	6.025.639	9.915.683	8.773.885	8.199.119
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	853.583	1.037.317	1.477.813	1.314.213	1.496.282	1.490.787	660.351	808.275	628.553
Empréstimos e Financiamentos (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	15.306	16.614	10.459
Depósitos Judiciais	152	143	1.675	152	143	1.675	216.987	220.199	204.942
Despesas Pagas Antecipadamente	-	-	-	-	-	-	14.745	75.281	98.584
Tributos a Recuperar ou Compensar (Nota 13)	91.656	66.302	65.220	112.240	85.221	78.194	152.123	177.764	140.190
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 14)	35.002	35.002	35.002	35.002	35.002	35.002	176.648	195.408	146.272
Derivativos a Valor Justo	-	-	-	-	-	-	29.142	87.523	4.939
Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 27g)	726.773	935.870	1.375.916	1.166.819	1.375.916	1.375.916	-	-	-
Outros Valores	-	-	-	-	-	-	54.800	35.486	23.567
Investimentos (Nota 16)	6.734.290	5.312.455	5.434.754	5.674.268	4.343.383	4.534.784	229.012	265.112	114.891
Intangíveis (Nota 17)	-	-	1	-	-	1	1.474.557	1.369.109	1.354.014
Imobilizado (Nota 18)	33	51	67	33	51	67	7.551.763	6.331.389	6.101.261
TOTAL	8.049.816	6.679.080	7.447.796	8.518.734	7.073.171	7.819.210	14.281.252	12.093.742	13.103.699
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
CIRCULANTE	1.113.201	270.814	1.684.362	1.138.439	271.832	1.685.244	2.490.189	1.116.222	2.500.476
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	336.930	223.669	304.934
Salários e Encargos Sociais	31	31	43	31	31	43	114.160	90.476	83.016
Derivativos a Valor Justo	-	-	-	-	-	-	5.341	15.318	-
Empréstimos e Financiamentos (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	348.889	348.615	156.197
Impostos e Contribuições a Recolher	44	43	104	44	43	104	25.703	14.915	11.036
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	25.238	1.018	-	101.285	22.295	-
Obrigações com Benefícios de Aposentadoria (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	18.054	17.013	15.887
Provisão com Obrigações para Desmobilização de Ativos	-	-	-	-	-	-	7.431	9.127	6.566
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Provisoriamente	325.763	99.826	168.615	325.763	99.826	168.615	325.763	99.826	168.615
Emissão de Debêntures (Nota 20)	760.530	144.428	-	760.530	144.428	-	760.530	144.428	-
Emissão de Notas Promissórias Comerciais (Nota 21)	-	-	1.488.474	-	-	1.488.474	-	-	1.488.474
Outras Obrigações	26.833	26.686	27.126	26.833	26.686	28.008	136.109	130.740	265.751
Passivos Relacionados a Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	-	-	-	-	-	-	309.994	-	-
NÃO CIRCULANTE	158.541	807.374	99.958	602.221	1.200.447	470.490	4.768.651	5.113.101	4.667.173
Derivativos a Valor Justo	-	-	-	-	-	-	5.979	2.306	78.151
Empréstimos e Financiamentos (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	2.193.123	2.059.772	2.481.712
Obrigações com Benefícios de Aposentadoria (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	180.111	212.026	-
Provisão para Contingências (Nota 22)	158.541	120.953	99.958	158.541	120.953	99.958	575.157	524.748	473.007
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	443.680	393.073	370.532	-	-	370.532
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 14)	-	-	-	-	-	-	751.591	540.823	457.102
Provisão com Obrigações para Desmobilização de Ativos	-	-	-	-	-	-	142.981	112.202	110.035
Emissão de Debêntures (Nota 20)	686.421	-	-	-	-	686.421	124.230	762.261	-
Outras Obrigações	-	-	-	-	-	-	344.752	497.805	484.608
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital Social (Nota 23a)	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Ajuste de Avaliação Patrimonial	351.211	361.447	1.057.840	351.211	361.447	1.057.840	351.211	361.447	1.057.840
Reservas de Lucros	3.426.863	2.235.751	1.605.759	3.426.863	2.235.751	1.605.759	3.426.863	2.235.751	1.605.759
Lucros Acumulados	-	5.156	1.339	-	5.156	1.339	-	5.156	1.339
Ações em Tesouraria (Nota 23c)	-	(1.462)	(1.462)	-	(1.462)	(1.462)	-	(1.462)	(1.462)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	6.778.074	5.600.892	5.663.476	6.778.074	5.600.892	5.663.476	6.778.074	5.600.892	5.663.476
Participação dos Acionistas não Controladores	-	-	-	-	-	-	244.338	263.527	272.574
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.778.074	5.600.892	5.663.476	6.778.074	5.600.892	5.663.476	7.022.412	5.864.419	5.936.050
TOTAL	8.049.816	6.679.080	7.447.796	8.518.734	7.073.171	7.819.210	14.281.252	12.093.742	13.103.699

(I) Período ajustado pelos novos pronunciamentos contábeis para efeito de comparativos.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Em Reais mil

Eventos	Reservas de Lucros					Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladora	Participação dos Acionistas não Controladores	Patrimônio Líquido
	Capital Social	Legal	Estatutária para Aumento de Capital	Estatutária							
Saldos em 01.01.2009 (I)	3.000.000	193.982	718.730	693.047	1.057.840	(1.462)	1.339	5.663.476	272.574	5.936.050	
Ajuste Reflexo de Controlada	-	-	-	-	-	-	-	(5.854)	-	(5.854)	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	962.403	962.403	9.763	
Eventos Decorrentes de Acionistas não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.810)	(18.810)	
Transferência de Reservas	-	-	(718.730)	718.730	-	-	-	-	-	-	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(696.393)	-	-	(696.393)	-	(696.393)	
Destinações - Reservas	-	47.637	-	582.355	-	-	(629.992)	-	-	-	
- Juros sobre o Capital Próprio Intermediários - pagos em novembro de 2009	-	-	-	-	-	-	(128.000)	(128.000)	-	(128.000)	
- Dividendos Intermediários - pagos em maio e novembro de 2009	-	-	-	-	-	-	(99.340)	(99.340)	-	(99.340)	
- Juros sobre o Capital Próprio Provisoriamente	-	-	-	-	-	-	(95.400)	(95.400)	-	(95.400)	
Saldos em 31.12.2009	3.000.000	241.619	-	1.994.132	361.447	(1.462)	5.156	5.600.892	263.527	5.864.419	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.759.806	1.759.806	20.434	1.780.240	
Eventos Decorrentes de Acionistas não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.623)	(39.623)	
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(2.858)	-	(2.858)	-	(2.858)	
Cancelamento das Ações Mantidas em Tesouraria	-	-	-	(4.320)	-	4.320	-	-	-	-	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(10.236)	-	-	(10.236)	-	(10.236)	
Destinações - Reservas	-	88.248	-	1.107.184	-	-	(1.195.432)	-	-	-	
- Juros sobre o Capital Próprio Intermediários - pagos em novembro de 2010	-	-	-	-	-	-	(160.000)	(160.000)	-	(160.000)	
- Dividendos Intermediários - pagos em maio e novembro de 2010	-	-	-	-	-	-	(88.930)	(88.930)	-	(88.930)	
- Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Provisoriamente	-	-	-	-	-	-	(320.600)	(320.600)	-	(320.600)	
Saldos em 31.12.2010	3.000.000	329.867	-	3.096.996	351.211	-	-	6.778.074	244.338	7.022.412	

(I) Período ajustado pelos novos pronunciamentos contábeis para efeito de comparativos.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO HOLDING		CONSOLIDADO	
	2010	2009 (I)	2010	2009 (I)	2010	2009 (I)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	-	-	-	-	4.831.326	2.818.260
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	-	-	-	-	(1.959.582)	(1.612.643)
LUCRO BRUTO	-	-	-	-	2.871.744	1.205.617
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	1.759.806	962.403	1.785.598	1.078.140	(657.321)	170.179
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 16)	1.701.683	901.203	1.575.536	407.771	(2.786)	5.753
Juros Ações Preferenciais Resgatáveis	168.816	192.871	248.186	232.293	-	-
Resultado na Alienação de Investimento (Nota 27e)	-	-	-	483.245	-	488.649
Receitas de Dividendos (Nota 27f)	-	-	75.167	82.984	75.167	82.984
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 27b)	(15.634)	(20.669)	(16.242)	(21.206)	(153.998)	(134.579)
Pesquisas e Desenvolvimento	-	-	-	(90.967)	(114.134)	-
Resultado Financeiro (Nota 27c)	(66.616)	(91.253)	(61.301)	(84.386)	(238.974)	27.498
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (Nota 27d)	(28.443)	(19.749)	(35.748)	(22.561)	(253.763)	(185.992)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.759.806	962.403	1.785.598	1.078.140	2.214.423	1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

Data de autorização para emissão das demonstrações contábeis

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2011.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

I) MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da BRADESPAR.

II) ATIVOS CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

a) Circulante e Realizável a Longo Prazo

Os ativos são demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base "pro-rata" dia), ajustados aos valores prováveis de realização, mediante constituição de provisão para perdas, quando aplicável.

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, sendo reconhecidos, quando aplicável, no ativo circulante ou no não circulante - realizável a longo prazo.

I. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos a curto prazo

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancário e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata e vencimento original em até três meses. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a três meses, são reconhecidos a valor justo com movimentações pelo resultado e registrados em investimentos a curto prazo.

II. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado – são registrados nesta categoria os ativos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Os derivativos não designados como instrumento de hedge, estão registrados nesta categoria. Os ativos nesta categoria estão classificados como ativo circulante.
- Empréstimos e recebíveis – são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. São registrados contabilmente no ativo circulante, com exceção daqueles com o prazo de vencimentos superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são registrados no ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida com a aplicação da taxa efetiva, exceto para créditos de curto prazo, caso em que o reconhecimento dos juros seria imaterial.
- Disponíveis para venda – são ativos não derivativos não classificados nas demais categorias. São inicialmente registrados pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial, são reavaliados pelos valores justos por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração contábil, sem qualquer dedução relativa a custo de transação que possa ocorrer até a sua venda. Os investimentos em instrumento de patrimônio líquido que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com segurança o seu valor justo, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas não recuperável. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no valor justo dos investimentos disponíveis para venda são registrados no patrimônio líquido, na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial" incluída na rubrica "Outros lucros abrangentes" até o investimento ser vendido ou recebido ou até que o valor justo do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal correspond a uma perda significativa ou prolongada, momento em que a perda acumulada é transferida para a demonstração dos resultados. Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos independentemente da sua data de liquidação financeira.

III. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (VALE)

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

IV. Estoques (VALE)

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Os custos de formação dos estoques são determinados pelos custos fixos e variáveis diretos e indiretos de produção, apropriados pelo método de custo médio. O valor líquido de realização dos estoques corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realização da venda. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação. Os estoques de minério são reconhecidos no momento em que exista a extração física do minério. Este deixa de fazer parte do cálculo das reservas provadas e prováveis e passa a fazer parte do estoque da pilha de minério e, portanto, não faz parte do cálculo da depreciação, amortização e exaustão por unidade de produção.

Os custos de estoques incluem os ganhos e perdas derivados de operações de hedge de fluxo de caixa, na aquisição de material de estoque (matérias-primas, preço de produtos, entre outros), inicialmente registrados no patrimônio líquido e transferido para o custo de produto pela realização na venda do produto.

V. Gastos com estudos e pesquisas (VALE)

Os gastos com estudos e pesquisas minerais são considerados como despesas operacionais até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida. A partir desta comprovação, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo de desenvolvimento de mina.

Durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes do início da produção, os gastos de remoção de estéril, custos associados com remoção de estéril e outros materiais são registrados com parte do ativo na rubrica custo de desenvolvimento de mina. Subseqüentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas. Após o início da fase produtiva da mina, os gastos com remoção de minério são tratados como custo de produção.

VI. Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) Ativos financeiros

A Companhia avalia a cada fim de período do relatório se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos financeiros. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, a Companhia reconhece no resultado a perda por impairment.

Ativos não financeiros de longa duração

A Companhia analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não financeiro de longa duração não será recuperável. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ativo originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano. Quando o valor residual contábil desse ativo não financeiro excede seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo não financeiro (deterioração), cabendo também neste momento a revisão dos ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sofrido redução do saldo contábil por não recuperação, para uma eventual reversão desses valores baixados. Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo não financeiro individualmente, é realizada a análise do valor recuperável dos ativos não financeiros agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente da Unidade Geradora de Caixa - UGC, à qual o ativo pertence.

VII. Arrendamento mercantil - Leasing (VALE)

A Companhia classifica seus contratos como arrendamento financeiro ou operacional com base na substância do contrato, independentemente de sua forma. Nos contratos de arrendamento mercantis considerados pelo método financeiro, o menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, são registrados no ativo imobilizado tangível com contrapartida da correspondente obrigação registrada no passivo. Nos arrendamentos mercantis considerados como métodos operacionais, os pagamentos efetuados são reconhecidos linearmente durante a vigência do contrato como custo ou despesas na demonstração dos resultados do exercício a que pertencem.

b) Investimentos

I. As participações nos investimentos em coligadas, controladas e controladas de controle compartilhado são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e, quando aplicável, acrescidos/deduzidos de ágio/deságio a amortizar e de provisão para perdas por redução ao valor recuperável - impairment.

c) Imobilizado (VALE)

O ativo imobilizado representado pelos ativos tangíveis está registrado contabilmente ao custo de aquisição ou produção. Os ativos incluem os encargos financeiros, incorridos durante o período de construção, despesas imputáveis a aquisição e perdas por não recuperação do ativo. Os bens são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, exceto por terrenos que não são depreciados. A exaustão das jazidas é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas provadas e prováveis.

A VALE não exerceu a opção de adoção do custo atribuído a seus ativos imobilizados, visto que não identificou bens de valores relevantes com valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo, principalmente em função do significativo volume de investimentos e aquisições feitos pela empresa nos últimos anos.

Nos casos das ferrovias, onde a VALE é concessionária, os bens adquiridos, vinculados às atividades de concessão de prestação de serviços públicos (bens reversíveis), ao término do período de concessão serão devolvidos ao concedente sem qualquer compensação ou ônus para o concedente. Os ativos imobilizados tangíveis reversíveis são originalmente registrados contabilmente pelo valor de custo de aquisição ou de construção, durante o período de construção. Os ativos vinculados a concessão são depreciados com base na vida útil estimada do ativo, a partir da entrada em funcionamento.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, no resultado, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

A depreciação e exaustão dos ativos da Vale, esta representada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Imóveis	10 anos a 50 anos
Instalações	5 anos a 50 anos
Equipamentos de informática	3 anos a 33 anos
Ativos minerários	2 anos a 33 anos
Locomotivas	12,5 anos a 33 anos
Vagões	33 anos
Equipamentos ferroviários	5 anos a 50 anos
Navios	5 anos a 20 anos
Outros	2 anos a 50 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício social.

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes (ex.: navios), incluindo peças para reposição, serviços de mantagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada.

d) Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem basicamente os direitos contratuais e despesas incorridas em projetos específicos com valor econômico futuro e são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que irão gerar benefícios econômicos para a Companhia, sejam por meio de contratos e o respectivo valor possa ser mensurado de maneira confiável.

Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida não são amortizados, consequentemente estes ativos são testados no mínimo anualmente quanto a sua recuperação (teste de impairment). A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é registrado contabilmente de maneira prospectiva.

Os ativos intangíveis gerados internamente, quando da fase de pesquisa, têm seus gastos registrados contabilmente na despesa do período quando incorridos. Os gastos com atividades de desenvolvimento (ou fase de desenvolvimento de um projeto interno) são registrados contabilmente como ativo intangível e, e somente se, cumprido todos os requerimentos da norma. O reconhecimento inicial deste ativo corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento requeridos pela norma. Os ativos intangíveis gerados internamente, em um momento subsequente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis gerados em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados contabilmente pelo valor justo na data de aquisição, que equivale ao seu custo. Em um momento subsequente, esses ativos são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

III) PASSIVOS CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos (em base "pro-rata" dia), quando aplicável.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro tributável antes do imposto de renda considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Nas operações de captação de recursos por meio da emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são registradas como redutoras do passivo e apropriadas ao resultado, pela taxa de juros efetiva, de acordo com o prazo da operação.

IV) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09.

- Ativos Contingentes: Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.
- Passivos Contingentes: São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade, e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda provável não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remoto não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias: Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

V) FUNDO DE PENSO E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-APOSENTADORIA (VALE)

Para os planos de benefício definido em que a Companhia tem a responsabilidade ou possui algum tipo de risco, são obtidos periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades determinadas de acordo com o Método de Unidade de Crédito Projetada - *Projected Unit Credit Method*, a fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações. O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação ao plano de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data de balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. Os ganhos e perdas atuariais são apontados e controlados pelo método do corredor, método esse que somente afetará o resultado do período se ultrapassarem os limites de 10% do montante de ativos ou passivos, dos dois o maior, e do montante ultrapassado, a parcela do diferido pelo número de participantes ativos do plano. Os custos de serviços passados que surgem com alterações de planos são lançados imediatamente no resultado, quando surgem.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A VALE possui diversos planos de aposentadoria, dentre os quais planos que apresentam situações superavitárias e deficitárias. Para os planos com posição de superávit, a Companhia não efetua qualquer registro no balanço patrimonial nem na demonstração do resultado, por não existir claramente uma posição sobre a utilização desse superávit pela Companhia, ficando somente demonstrado em nota explicativa. Para os planos com a posição deficitária, a Companhia reconhece os passivos e resultados advindos da avaliação atuarial e os ganhos e perdas atuariais gerados pela avaliação desses planos, são reconhecidos no resultado do exercício, segundo o método do corredor. Além dos registros contábeis, os planos deficitários também são demonstrados em nota explicativa.

Com relação aos planos de contribuição definida a Companhia não tem obrigação adicional após a contribuição ser feita.

VI) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E OPERAÇÕES DE HEDGE (VALE)

A VALE utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de negociação. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo ou passivo no balanço patrimonial e são mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas em cada exercício como ganhos ou perdas no resultado do período ou em ajustes de avaliação patrimonial em resultados abrangentes no patrimônio líquido, quando a transação for elgível e caracterizada como um hedge efetivo, na modalidade de fluxo de caixa, e que tenha sido efetivo durante o período relacionado.

O método de registro de um item que está sendo protegido por hedge depende da sua natureza. Os derivativos serão designados e reconhecidos como hedge de valor justo de ativos e passivos quando existir um compromisso firme, como hedge de fluxo de caixa quando um risco específico associado a um ativo ou passivo for reconhecido ou uma operação prevista altamente provável, e como hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior. A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, com o objetivo da gestão de risco e estratégia para a realização de operações de hedge. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início quanto de maneira contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são altamente eficazes nas suas variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge.

No hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações de valor justo designada e qualificada como hedge, nesta modalidade, é registrada contabilmente no patrimônio líquido em resultados abrangentes. A parcela efetiva lançada no patrimônio líquido em resultados abrangentes, somente será transferida para o resultado de período, em conta de resultado apropriada para o item protegido (custo, despesa operacional, despesa financeira etc.) quando o item protegido for efetivamente realizado. Entradas e saídas de caixa, quando um item objeto de hedge preserver, for vendido, ou quando um hedge não atender mais aos critérios de contabilização de hedge, todo ganho e perda não realizado existente, no momento, permanecerá registrado no patrimônio até que a operação prevista seja realizada e finalmente reconhecida no resultado.

Os instrumentos derivativos que não se qualificam para o registro contábil como hedge, suas variações de valor justo deverão ser registradas imediatamente no resultado do período, que são os derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

VII) RESULTADO DO EXERCÍCIO

É apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

VIII) LUCRO POR AÇÃO

É determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação nas datas de encerramento do balanço.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente dos ativos e passivos, em cada período, e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentadas:

Reservas minerais e vida útil de minas (VALE)

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a VALE assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de câmbio, taxas de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis registradas.

A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e, sua estimativa de vida útil é fator proporcional para quantificar a provisão de recuperação ambiental das minas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações contábeis como custos dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de impairment.

Custos ambientais e de recuperação de áreas degradadas (VALE)

Os gastos incorridos relacionados ao cumprimento das regulamentações ambientais são registrados no resultado ou capitalizados. Esses programas foram criados para minimizar o impacto ambiental das atividades.

A VALE reconhece uma obrigação segundo o valor de mercado para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxa de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Apesar das estimativas serem revistas anualmente, essa provisão requer que sejam assumidas premissas para projetar os fluxos de caixa aplicáveis às operações.

Imposto de renda e contribuição social

A Administração faz provisão para imposto de renda ou o imposto de renda diferido ativos e passivos e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado. A provisão para desvalorização feita com relação aos prejuízos fiscais acumulados depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro em que o imposto de renda diferido ativo foi reconhecido baseada na produção e planejamento de vendas, preços de commodities, custos operacionais, planos de reestruturação, custos de recuperação de áreas degradadas e custos de capital planejados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para certos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro.

Contingências

Os passivos contingentes são registrados e/ou divulgados, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota por nossos consultores jurídicos. As contingências, encontram-se dispostas em notas explicativas das demonstrações contábeis.

O registro das contingências de um determinado passivo na data das demonstrações contábeis é feito quando o valor da perda possa ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da VALE, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdicções envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração da VALE quanto aos resultados dos eventos futuros.

Benefícios pós-aposentadoria dos empregados (VALE)

A VALE patrocina diversos planos de benefícios pós-aposentadoria aos seus empregados, no Brasil e no exterior, na controladora e em entidades do Grupo. Os valores registrados nesta rubrica dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam diversas premissas para determinação dos custos e passivos, entre outros. Uma das premissas utilizadas na determinação dos valores a serem registrados contabilmente é a taxa de juros para desconto e atualização. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os registros contábeis efetuados.

A VALE, em conjunto com os atuários externos, revisa no final de cada exercício, quais premissas devem ser utilizadas para o exercício seguinte. Essas premissas são utilizadas para as atualizações e descontos a valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e determinação dos valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são necessárias para liquidação das obrigações com os planos.

Redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia anualmente testa a recuperabilidade de seus ativos tangíveis e intangíveis, com vida útil indefinida que se constituem principalmente da parcela de ágio por expectativa de resultados futuros advindos de processos de combinação de negócios.

A recuperabilidade dos ativos com base no critério do fluxo de caixa descontado depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes em que essa recuperabilidade é testada e dessa forma a Administração entende não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão ou não no futuro.

Valor Justo de Derivativos e Outros Instrumentos Financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

A análise do impacto caso os resultados reais fossem diferente da estimativa da Administração da VALE, está apresentada na nota 24 no tópico análise de sensibilidade.

5) DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas da BRADESPAR foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - (IASB) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e suas interpretações técnicas - ICPCs e orientações - OCPCs, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

b) No caso de investimentos nas sociedades em que o controle acionário é compartilhado com outros acionistas, os componentes do ativo e do passivo, das receitas e das despesas são agregados às demonstrações contábeis consolidadas na proporção da participação da CONTROLADORA no capital social de cada investida, considerando como base os saldos consolidados das mesmas.

As demonstrações contábeis consolidadas da BRADESPAR incluem as seguintes empresas controladas e controladas em conjunto, direta e indiretamente pela BRADESPAR:

Empresas	Em 31 de dezembro	
	Participação Direta e Indireta da BRADESPAR (em %)	
	2010	2009
- Antares Holdings Ltda. (1).....	100,00	100,00
- Millennium Security Holdings Corp. (1)	100,00	100,00
- Brumado Holdings S.A. (1).....	100,00	100,00
- Valepar S.A. (2)	17,44	17,44
- VALE e suas controladas (2)	5,81	5,81

(1) Empresa incluída no CONSOLIDADO HOLDING; e
(2) Empresa cujo controle é compartilhado com outros acionistas.

6) ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DAS NORMAS INTERNACIONAIS EXISTENTES QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As alterações e interpretações a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados após 1º de janeiro de 2011, e não houve adoção antecipada dessas normas por parte da BRADESPAR.

• IAS 12 Imposto de Renda, corrigido em dezembro de 2010, esclarece quanto a dificuldade de mensuração se a recuperabilidade de um ativo se dará através da venda ou do uso quando o ativo estiver classificado como propriedade para investimento. A presunção apresentada nessa correção é de que o valor desse ativo será recuperado normalmente através da venda. A Companhia está avaliando esse impacto nas suas demonstrações.

• IFRS 9 Instrumentos Financeiros, emitido em novembro de 2009, introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013, e sua adoção antecipada é permitida. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento. Não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.

• IFRS 19 Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais está em vigor desde 1º de julho de 2010. Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente. A Companhia aplicará a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2011 e está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não se espera que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.

• IFRIC 14, IAS 19 Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provitmento de Recursos (*Liability*) e sua Interação. Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provitmento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa. Entrada em vigor em 1º de janeiro de 2011.

A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.

• IFRS 7 Instrumentos Financeiros. Entulza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011, retroativamente. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.

• IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis. Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio líquido, na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.

• IAS 34 Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários. Objetiva oferecer orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação na IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de: a) circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação; b) transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo; c) mudanças na classificação dos ativos financeiros; e d) mudanças nos passivos e ativos contingentes. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011, de maneira retroativa. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.

• IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes. O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da Controladora.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

Ajustes da Adoção de Novas Práticas, Estimativas Contábeis e Reclassificações

Balço de abertura das novas práticas em 1º de janeiro de 2009	Nota 7	Controladora			Consolidado			Patrimônio Líquido
		Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Ativos	Passivos	Participação Minoritária	
Saldo anterior à adoção de novas práticas		6.718	1.783	4.935	11.928	6.639	353	4.936
Ativos financeiros disponíveis para venda	IV j	-	-	-	1.210	370	-	719
Obrigações com benefícios de aposentadoria	IV a	-	-	-	7	7	-	-
Provisão para desmobilização de ativos	IV b	-	-	-	(3)	(5)	-	2
Imposto de renda diferido	IV c	-	-	-	(25)	(25)	-	-
Investimentos	IV d	728	-	728	(121)	-	-	-
Depósito judicial	IV e	2	2	2	101	101	-	-
Custos relacionados à emissão de ações resgatáveis Valepar	IV i	-	-	-	6	-	-	6
Ajustes em 1º de janeiro de 2009		730	2	728	1.176	449	-	727
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	IV	-	-	-	-	-	-	-
Participação de acionistas não controladores - PL VALE	IV f	-	-	-	-	-	(273)	273
Ações resgatáveis de acionistas não controladores	IV g	-	-	-	-	80	(80)	-
Saldo em 1º de janeiro de 2009 com as novas práticas	IV	7.448	1.785	5.663	13.104	7.168	-	5.936

Balço comparativo em 31 de dezembro de 2009	Nota 7	Controladora			Consolidado			Resultado
		Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Ativos	Passivos	Participação Minoritária	
Saldo anterior à adoção de novas práticas		6.126	1.078	5.048	11.112	5.727	337	5.048
Ajustes acumulados balanço de abertura		730	2	728	1.176	449	-	727
Ativos financeiros disponíveis para venda	IV j	-	-	-	(271)	(92)	-	(179)
Obrigações com benefícios de aposentadoria	IV a	-	-	-	(2)	(4)	-	2
Provisão para desmobilização de ativos	IV b	-	-	-	8	9	-	(2)
Remuneração adicional de título mandatoriamente conversível	IV c	-	-	-	92	92	-	-
Imposto de renda diferido	IV d	(175)	-	(175)	-	-	-	-
Investimentos	IV e	(2)	(2)	(2)	(25)	(25)	-	-
Depósito judicial	IV e	-	-	-	4	-	-	4
Diferencial de rendimentos de ações resgatáveis Valepar	IV f	(177)	(2)	(175)	(194)	(20)	-	(175)
Ajustes em 31 de dezembro de 2009	IV	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	IV	-	-	-	-	-	-	-
Participação de acionistas não controladores - PL VALE	IV f	-	-	-	-	(263)	263	10
Ações resgatáveis de acionistas não controladores	IV g	-	-	-	-	74	(74)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	IV	6.679	1.078	5.601	12.094	6.230	-	5.864

Conciliação do balanço patrimonial do período de transição 1º de janeiro de 2009 - Controladora

	Nota 7	Publicado		Ajustes de adoção		Ajustado
		31.12.2008	Reclassificações	Ajustes	01.01.2009	
Ativo						
Circulante						
Outros circulantes total		535	-	-	-	535
Não Circulante						
Ações preferenciais resgatáveis	IV i	-	1.376	-	-	1.376
Depósitos judiciais	IV e	-	2	-	-	2
Investimentos	IV i	6.083	(1.376)	728	-	5.435
Outros não circulantes total		100	-	-	-	100
Total		6.183	2	728	-	6.913
Passivo e Patrimônio Líquido						
Outros circulantes total		1.685	-	-	-	1.685
Não Circulante						
Outros não circulantes total		98	2	-	-	100
Patrimônio Líquido						
Lucros acumulados		-	-	1	-	1
Ajustes de avaliação patrimonial	IV i	-	-	727	-	727
Total do patrimônio líquido		4.935	-	728	-	5.663
Total		6.718	2	728	-	7.448

Conciliação do balanço patrimonial do período de transição 1º de janeiro de 2009 - Consolidado

	Nota 7	Publicado		Ajustes de adoção		Ajustado
		31.12.2008	Reclassificações	Ajustes	01.01.2009	
Ativo						
Circulante						
Ativos financeiros disponíveis para venda	IV j	76	-	27	-	1.238
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c	-	76	-	-	3.667
Outros circulantes total		3.667	-	-	-	3.667
Não Circulante						
Depósitos judiciais	IV e	104	-	101	-	205
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c	89	-	51	-	146
Investimentos	IV d	263	-	(27)	-	115
Intangíveis	IV h	1.037	-	317	-	1.354
Imobilizado	IV h	6.420	-	(317)	-	6.103
Outros não circulantes total		272	-	6	-	278
Total		8.185	125	(111)	-	8.199
Passivo e Patrimônio Líquido						
Circulante						
Parcela do circulante de empréstimos de longo prazo	IV b	92	-	1	-	93
Fundo de pensão	IV a	14	-	2	-	16
Outros circulantes total		2.391	-	3	-	2.394
Não Circulante						
Fundo de Pensão	IV a	207	-	5	-	212
Empréstimos e financiamentos	IV e	2.480	-	1	-	2.481
Provisões para contingências	IV e	372	-	101	-	473
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV d	263	-	371	-	634
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c	467	-	(25)	-	442
Provisão com obrigações para desmobilização de ativos	IV b	116	-	(6)	-	110
Outros não circulantes total		500	-	(16)	-	484
Participação resgatável dos acionistas não controladores	IV f e g	4.142	-	76	-	4.218
Total		4.142	156	370	-	4.668
Patrimônio Líquido						
Lucros acumulados		-	-	2	-	2
Ajustes de avaliação patrimonial	IV d	-	-	725	-	725
Participação dos acionistas da controladora	IV f	4.936	-	727	-	5.663
Participação dos acionistas não controladores (VALE)	IV f e g	35	-	(80)	-	273
Total do patrimônio líquido		5.289	-	727	-	5.936
Total		11.928	76	1.100	-	13.104

Conciliação do balanço patrimonial comparativo de 31 de dezembro de 2009 - Controladora

	Nota 7	Publicado		Ajustes de adoção		Ajustado
		31.12.2009	Reclassificações	Ajustes	31.12.2009	
Ativo						
Circulante						
Outros circulantes total		329	-	-	-	329
Não Circulante						
Ações preferenciais resgatáveis	IV i	-	936	-	-	936
Investimentos	IV i	5.695	(936)	553	-	5.312
Outros não circulantes total		102	-	-	-	102
Total		5.797	-	553	-	6.350
Passivo e Patrimônio Líquido						
Circulante						
Outros circulantes total		271	-	-	-	271
Não Circulante						
Outros não circulantes total		807	-	-	-	807
Patrimônio Líquido						
Lucros acumulados		-	-	5	-	5
Ajustes de avaliação patrimonial	IV i	-	-	548	-	548
Total do patrimônio líquido		5.048	-	553	-	5.679
Total		6.126	-	553	-	6.679

Conciliação do balanço patrimonial comparativo de 31 de dezembro de 2009 - Consolidado

	Nota 7	Publicado		Ajustes de adoção		Ajustado
		31.12.2009	Reclassificações	Ajustes	31.12.2009	
Ativo						
Circulante						
Ativos financeiros disponíveis para venda	IV j	-	2	892	-	894
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c	87	-	(87)	-	-
Outros circulantes total		2.426	-	-	-	2.426
Não Circulante						
Depósitos judiciais	IV e	144	-	77	-	221
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c	35	-	154	-	195
Investimentos	IV h	340	-	(2)	-	338
Intangíveis	IV h	1.002	-	367	-	1.369
Imobilizado	IV h	6.592	-	(367)	-	6.225
Outros não circulantes total		386	-	7	-	393
Total		8.599	229	(54)	-	8.774
Passivo e Patrimônio Líquido						
Circulante						
Parcela do circulante de empréstimos de longo prazo	IV a	308	-	-	-	308
Fundo de pensão	IV a	14	-	3	-	17
Outros circulantes total		791	-	-	-	791
Não Circulante						
Fundo de Pensão	IV a	194	-	(14)	-	180
Empréstimos e financiamentos	IV e	2.099	-	1	-	2.100
Provisões para contingências	IV e	449	-	76	-	525
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV j	115	-	278	-	393
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c	446	-	68	-	514
Provisão com obrigações para desmobilização de ativos	IV b e IV g	107	-	6	-	113
Outros não circulantes total		1.204	-	(16)	-	1.188
Participação resgatável dos acionistas não controladores	IV f e g	4.614	-	74	-	4.688
Total		11.112	144	838	-	12.094
Patrimônio Líquido						
Lucros acumulados		-	-	5	-	5
Ajustes de avaliação patrimonial	IV i	-	-	548	-	548
Participação dos acionistas da controladora	IV f	5.048	-	553	-	5.601
Participação dos acionistas não controladores (VALE)	IV f e g	337	-	(74)	-	263
Total do patrimônio líquido		5.385	-	553	-	5.864
Total		11.112	144	838	-	12.094

Conciliação do resultado do exercício comparativo de 31 de dezembro de 2009

	Nota 7	Controladora			Consolidado		
		2009 Publicado	Ajustes	2009 Ajustado	2009 Publicado	Ajustes	2009 Ajustado
Receita líquida de vendas e serviços		-	-	-	2.818	-	2.818
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	II e IV	-	-	-	(1.611)	(2)	(1.613)
Lucro bruto		1.207	(2)	1.205	1.207	12	1.219
Recargas (despesas) operacionais		962	9	971	158	12	1.130
Resultado de equivalência patrimonial	II e IV	1.084	9	1.093	7	3	10
Resultado na alienação de investimento		-	-	-	489	-	489
Recargas de dividendos		-	-	-	83	-	83
Despesas gerais e administrativas	II e IV	(124)	1	(123)	(20)	-	(20)
Pesquisa e desenvolvimento	II e IV	(114)	-	(114)	-	-	-
Resultado financeiro	II e IV	19	8	27	(91)	-	(91)
Outras receitas (despesas) operacionais	II e IV	(20)	-	(20)	(202)	-	(202)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		953	9	962	1.365	10	1.375
Imposto de renda e contribuição social	II e IV	(402)	(1)	(403)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		551	8	559	962	9	971
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	</						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

Os ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

Estas diferenças temporárias, que serão realizadas quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores, apresentam as seguintes expectativas:

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
A ser recuperado após doze meses.....	(635)	(467)	(422)
A ser recuperado em até doze meses.....	25	86	76
	(610)	(381)	(346)

Os valores do imposto de renda e da contribuição que afetaram o resultado do exercício da VALE são demonstrados como segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	2.189	696
Resultado de participações societárias.....	3	(6)
Efeito tributário decorrente de moeda funcional não tributada.....	28	615
	2.220	1.507
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação.....	(755)	(512)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Imposto de renda e contribuição social de juros sobre o capital próprio.....	101	51
Incentivos Fiscais.....	81	21
Resultado de empresas no exterior tributadas às alíquotas diferentes às da controladora.....	174	124
Outros.....	(9)	28
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício.....	(408)	(288)

15) PARTES RELACIONADAS

I. Os principais saldos e transações entre a BRADESPAR e empresas controladas podem ser demonstrados como segue:

a) BRADESPAR

	31.12.2010		31.12.2009	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)

Juros sobre o capital próprio e dividendos de ações resgatáveis:

- Antares Holdings Ltda.	1	-	1	-
- Valepar S.A.	95	305	40	165

Contrato de mútuo:

- Brumado Holdings Ltda.	-	-	-	(2)
-------------------------------	---	---	---	-----

b) ANTARES

	31.12.2010		31.12.2009	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)

Juros sobre o capital próprio e dividendos:

- Bradespar S.A.	(1)	-	(1)	-
-----------------------	-----	---	-----	---

c) BRUMADO

	31.12.2010		31.12.2009	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)

Juros sobre o capital próprio e dividendos de ações resgatáveis:

- Valepar S.A.	11	79	11	28
- Bradespar S.A.	-	-	-	2

d) VALEPAR

	31.12.2010		31.12.2009	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)

Juros sobre o capital próprio e dividendos:

- Bradespar S.A.	(95)	(305)	(40)	(165)
- Brumado Holdings S.A.	(11)	(79)	(11)	(28)

e) VALE

As transações com partes relacionadas são realizadas pela VALE em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

No curso normal das operações, a VALE contrai direitos e obrigações com partes relacionadas (controladas, coligadas, controladas em conjunto e acionistas), oriundas de operações de venda e compra de produtos e serviços, arrendamento de ativos, comercialização de matéria-prima, assim como de serviços de transporte ferroviário, com preços pactuados entre as partes e também operações de mútuos com taxa de juros de 94% do CDI.

Os saldos dessas operações com partes relacionadas e seus efeitos nas demonstrações contábeis da VALE podem ser identificados como segue:

	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Clientes	Partes Relacionadas	Clientes	Partes Relacionadas	Clientes	Partes Relacionadas

Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS.....

Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO.....

Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO.....

Korea Nickel Corporation.....

Samarco Mineração S.A.

Outros.....

Total.....

b) As participações societárias diretas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial da CONTROLADORA são demonstradas a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de ações/cotas Possuídas (em milhares)		Participação no Capital Social	Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação (3)	
				Ações	Cotas		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010

(1) Dados relativos a 31 de dezembro de 2010;

(2) Controlada de Controle Compartilhado;

(3) Ajuste decorrente de avaliação, considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(4) O patrimônio líquido ajustado contempla R\$ 701 relativos à ajuste ao critério contábil do controlador, referente ao prazo de amortização de ações provenientes de expectativa de resultado futuro, cuja amortização deixou de ser efetuada a partir do exercício de 2009, conforme disposto pelo CPC 13;

(5) O patrimônio líquido ajustado contempla o montante negativo de R\$ 1.649 relativos a ajustes de avaliação patrimonial das controladas Valepar/VALE, constituído basicamente por ajustes acumulados de conversão de demonstrações contábeis em moeda estrangeira; e

(6) Empresas que tiveram suas informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 submetidas aos procedimentos de auditoria pelos mesmos auditores independentes da BRADESPAR.

c) Os investimentos permanentes no CONSOLIDADO HOLDING são representados por:

Empresas	Total dos Investimentos			Ajuste Decorrente de Avaliação (1)	
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009

- Valepar S.A.

- Valepar S.A. - ajuste reflexo (2)

Total Geral.....

(1) Ajuste decorrente de avaliação, considera os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de princípios contábeis, quando aplicáveis; e

(2) Ajustes de avaliação patrimonial, conforme Lei nº 11.638/07 e pronunciamentos do CPC nº 2 e 8, que são registrados em contrapartida ao Patrimônio Líquido (Nota 16b - item 5).

d) Os principais investimentos no CONSOLIDADO TOTAL são representados por:

	Valor do Investimento			Participação Indireta da BRADESPAR (CONSOLIDADO TOTAL)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009

Vale S.A.

- Henan Longyu Energy Resources Co. Ltd.

- Korea Nickel Corp.

- Log-in Logística Intermodal S.A.

- Shandong Yankuang International Company Ltd.

- Tecnored Desenvolvimento Tecnológicos.....

- Zhuhai YPM Pellet e Co., Ltd.

- Outras.....

17) INTANGÍVEIS

	Valor do Intangível			Participação Indireta da BRADESPAR (CONSOLIDADO TOTAL)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009

Valepar S.A.

- Vale S.A. (ágio).....

Subtotal (Valepar).....

Vale S.A.

- Agio.....

- Concessões e subconcessões.....

- Direito de uso.....

- Outros.....

- Amortizações, líquidas.....

Subtotal (VALE).....

Os prazos de concessão por ferrovia são:

	Término do prazo de concessão
--	-------------------------------

Viória a Minas e Carajás (direta) (*).....

Carajás (direta) (*).....

Malha Centro Leste (indireta via FCA).....

Malha Sudeste (indireta via MRS).....

Ferrovia Norte Sul S.A. (FNS).....

(*) Concessões não onerosas

18) IMOBILIZADO

	Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009

Terenos.....

Imóveis.....

Instalações.....

Equipamentos de informática.....

Ativos minerais.....

Outros.....

Imobilizações em curso.....

Depreciação/exaustão, líquido.....

Total.....

19) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
Captados a Curto Prazo (VALE)

	Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009

Financiamentos vinculados a importações e exportações.....

Capital de giro.....

Total.....

Referem-se a financiamentos a curto prazo para exportação, denominados em dólares norte-americanos, com taxa média de juros em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 de 2%, 2,02% e 5,5% ao ano, respectivamente.

Captados a Longo Prazo (VALE)

	Consolidado			Passivo Não Circulante		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009

Contratados no exterior.....

Empréstimos e financiamentos em:

- Dólares norte-americanos.....

- Outras moedas.....

- Títulos em dólares norte-americanos (juros fixos)....

- Euro.....

- Securitização de exportações (*).....

- Notas perpétuas.....

- Encargos decorridos.....

Contratados no país.....

- Indexados por TJLP, TR, IGP-M e CDI.....

- Cesta de moedas.....

- Empréstimos em dólares norte-americanos.....

- Debêntures não conversíveis em ações.....

- Encargos decorridos.....

Total.....

(*) Títulos da dívida securitizados por recebíveis futuros oriundos de determinadas vendas de exportações.

As parcelas dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2010 têm vencimento nos seguintes anos:

	Consolidado	%
--	-------------	---

2012.....

2013.....

2014.....

2015.....

2016 em diante.....

Sem data de vencimento (Notas perpétuas e debêntures não conversíveis em ações).....

Total.....

Passivo

	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Fornecedores	Partes Relacionadas	Fornecedores	Partes Relacionadas	Fornecedores	Partes Relacionadas
Baovale Mineração S.A.	2	-	1	-	1	-
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO.....	-	-	-	-	-	1
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS.....	14	-	2	-	1	3
Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO.....	-	-	-	-	-	3
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO.....	1	1	1	1	1	2
Minas da Serra Geral.....	-	-	-	1	-	-
Mineração Rio do Norte S.A.	2	-	2	-	3	-
MRS Logística S.A.	-	-	18	6	10	7
Mitsui & Co, Ltd.	6	-	3	-	-	-
Outros.....	7	1	3	-	3	1
Total.....	32	2	30	8	23	16

	2010		2009		Financieiro	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009

Baovale Mineração S.A.

Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO.....

Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS.....

Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO.....

Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO.....

Log-in S.A.

Mineração Rio do Norte S.A.

MRS Logística S.A.

Samarco Mineração S.A.

Outras.....

Total.....

II. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

• A verba destinada a sustentar Planos de Previdência Complementar Aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco.

Em 2010, foi determinado o valor máximo de R\$ 2.820 mil para remuneração dos Administradores e de R\$ 2.000 mil para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de Curto Prazo a Administradores

	31.12.2010	31.12.2009
--	------------	------------

Proventos.....

Gratificações.....

Subtotal.....

Encargos sociais.....

Total.....

Benefícios pós-emprego

	31.12.2010	31.12.2009
--	------------	------------

Planos de previdência complementar de contribuição definida.....

A BRADESPAR não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações
Participação acionária

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

Contingências Passivas

A BRADESPAR, por força do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações representativas do capital social da Bradesplan, celebrado com o Banco Bradesco em maio de 2006, é responsável por processos judiciais tributários (PIS e COFINS) da ex-controlada Bradesplan, sendo constituída por provisão para contingência no montante de R\$ 50, tendo sido revertidos R\$ 20, no exercício de 2007, em função da decisão favorável transitada em julgado sobre processo de COFINS. Em 31 de dezembro de 2010 o valor atualizado era de R\$ 35 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 33).

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A BRADESPAR vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos seus assessores jurídicos.

- PIS e COFINS – R\$ 112 (2009 – R\$ 77): Pleiteia-se a não inclusão, nas bases de cálculos do PIS e da COFINS, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos das investidas, por terem tais valores natureza jurídica de dividendos, cujos valores não sofrem tributação por tais exações; e
- COFINS – R\$ 10 (2009 – R\$ 9): Pleiteia-se calcular e recolher a COFINS, a partir de novembro de 2001 a janeiro de 2004, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98.

Movimentação das Obrigações Legais e Contingências Passivas

	31.12.2010	31.12.2009
Saldo no início do período	121	100
Constituições	28	13
Baixas	-	-
Atualização monetária	9	7
Saldo no final do período	158	121

Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A BRADESPAR mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de contabilidade são reconhecidos em notas explicativas às demonstrações contábeis.

A BRADESPAR é parte de um Procedimento Arbitral Instaurado por iniciativa da Eletron S.A. contra a Companhia e a Litel Participações S.A., no qual a Eletron pede o reconhecimento de seu direito de (i) adquirir uma determinada quantidade de ações da Valepar S.A., que não poderá exceder a 37.825.097 ações ordinárias, e (ii) ser indenizada por eventuais perdas e danos. Em sentença parcial, o Tribunal Arbitral decidiu que a BRADESPAR e a Litel estão obrigadas (i) a proceder à venda de ações da Valepar S.A. à Eletron, e (ii) como eventuais perdas e danos. A quantidade de ações a serem vendidas pela Companhia, a extensão e o valor da indenização, o preço a ser recebido pela venda das ações em referência e o valor das eventuais perdas e danos não foram determinados na sentença parcial e somente serão definidos em nova decisão a ser proferida pelo Tribunal Arbitral, após a conclusão da próxima etapa do procedimento arbitral caso esse procedimento venha a ter sequência, uma vez que a companhia ingressou com ação anulatória da sentença parcial na comarca do Rio de Janeiro.

A Companhia ainda não tem elementos necessários para avaliar os possíveis efeitos da sentença parcial em sua posição patrimonial e financeira. Dessa forma, embora não seja praticável estimar, de maneira confiável, o desfecho dessa causa e seus possíveis reflexos contábeis, a Companhia considera que o valor que poderia afetar suas demonstrações contábeis não deve ultrapassar a 2% de seu Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2010, desconsiderando-se eventuais indenizações por perdas e danos.

A Antares Holdings Ltda., controlada da BRADESPAR, foi autuada pela Receita Federal do Brasil, por ser sucessora de parcela cindida da VBC Participações S.A., relativamente à compra de ações de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, quando de sua criação total e consequente extinção, em montante superior à trava de 30% imposta pelos artigos 42 e 58 da Lei nº 8.981/95. O montante dessas autuações a valor de dezembro de 2010 é de R\$ 122 para o Imposto sobre a Renda e de R\$ 44 para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

(2) VALEPAR

A VALEPAR registrou provisão para contingências fiscais, classificadas no passivo não circulante, considerado por sua Administração, com base na posição de seus consultores jurídicos, como suficiente para cobrir eventuais perdas. A VALEPAR possui, ainda, depósitos judiciais relacionados a essas contingências no montante de R\$ 39 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 40 e 1º de janeiro de 2009 – R\$ 36). As contingências referem-se principalmente a: (i) não inclusão da Valepar como contribuinte da CSL (Contribuição Social sobre o Lucro) e da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), por não se tratar de pessoa jurídica empregadora; (ii) não inclusão das receitas de JCP (Juros sobre o Capital Próprio) nas bases de cálculo do PIS (Programa de Integração Social) e da COFINS cumulativos; (iii) não inclusão de receitas financeiras nas bases de cálculo da COFINS, relativamente aos fatos geradores de 2000 a janeiro de 2004; e (iv) não inclusão das receitas de JCP na base de cálculo do PIS e da COFINS não cumulativos, a partir de fevereiro de 2004.

Movimentação da Provisão para Contingências:

	31.12.2010	31.12.2009
Saldo no início do exercício	160	136
Adições	27	14
Atualização monetária	14	10
Saldo no final do exercício	201	160

(3) VALE

A VALE e suas controladas são partes envolvidas em ações trabalhistas, cíveis, tributárias e outras em andamento e estão discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração da VALE, amparada pela opinião da Diretoria Jurídica da mesma e de seus consultores legais externos.

Movimentação da Provisão para Contingências

	31.12.2010	31.12.2009
Saldo no início do período	244	239
Reversões líquidas de provisões	(8)	28
Pagamentos	(35)	(22)
Atualização monetária	14	(1)
Saldo no final do período	215	244

Para essas contingências da Vale, existem depósitos judiciais no montante de R\$ 178 em 31 de dezembro de 2010, R\$ 181 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 169 em 1º de janeiro de 2009.

Contingências Tributárias

As principais naturezas das causas tributárias referem-se substancialmente a discussões sobre a base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM e sobre indeferimentos de pedidos de compensação de créditos na liquidação de tributos federais. As demais referem-se a cobranças de Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário - AITP e questionamentos sobre a localidade de incidência para fins de Imposto sobre Serviços - ISS.

Em 2009, procedeu-se à baixa dos valores provisionados referentes à discussão sobre a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acima de 30%, devido a desistência da ação e consequente extinção do processo com liberação dos recursos depositados judicialmente em favor da União.

Contingências Cíveis

As ações cíveis estão relacionadas às reclamações de Companhias contratadas por perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos econômicos e outras demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias e outras, ainda, relacionadas a indenização pecuniária em ação reivindicatória.

Contingências Trabalhistas

Contingências trabalhistas consistem principalmente de: (a) horas "fletivas", (b) adicional de periculosidade e insalubridade e, (c) reclamações vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao termo constitucional de férias. Inseridas também nesse contexto estão as contingências previdenciárias porque decorrem de parcelas de natureza trabalhista, tratando-se de discussões jurídicas e administrativas entre o INSS e a VALE, cujo cerne é a incidência ou não de recolhimentos previdenciários.

23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31.12.2010	31.12.2009
Ordinárias	122.523.049	122.664.504
Preferenciais	227.024.896	227.024.896
Subtotal	349.547.945	349.689.400
Em tesouraria (ordinárias)	-	(66.455)
Total em circulação	349.547.945	349.622.945

b) Juros sobre o capital próprio e Dividendos

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo estatuto no recebimento do capital e adicional de 10% (dez por cento) de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, conforme disposto no inciso II do parágrafo 1º do Artigo 17 da Lei nº 6.404, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/2001.

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos propostos, relativos ao exercício de 2010, está demonstrado a seguir:

	RS	% (1)
Lucro líquido do exercício	1.760	-
Lucros acumulados	5	-
Reserva legal	(88)	-
Base de cálculo	1.677	-
Juros sobre o capital próprio pagos em 12 de novembro de 2010 (bruto)	160	-
Juros sobre o capital próprio pagos em 14 de maio de 2010 (provisionado)	66	-
Total dos juros sobre o capital próprio (bruto)	226	-
Imposto de renda na fonte sobre juros do capital próprio	34	-
Juros sobre o capital próprio (líquido) em 2010	192	-
Dividendos pagos em 14 de maio de 2010	78	-
Dividendos pagos em 12 de novembro de 2010 (provisionado)	11	-
Dividendos complementares do exercício de 2010 (provisionado)	255	-
Total dos juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos em 2010	536	31,95
Total dos juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos em 2009	289	31,95

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

Buscando o aprimoramento das práticas de Governança Corporativa, e com o objetivo de conferir maior previsibilidade à remuneração dos acionistas, a BRADESPAR adotou, a partir de 2006, Política Indicativa de Remuneração Anual Mínima, a ser distribuída na forma de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio, com base nas perspectivas para o fluxo de caixa da Companhia, conforme segue:

- A Diretoria da Companhia anunciará até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano, proposta a ser encaminhada ao Conselho de Administração para pagamento de remuneração mínima aos acionistas, estipulada em US\$ (dólar americano), em duas parcelas semestrais, até o dia 15 dos meses de maio e novembro.
- Os valores aprovados serão convertidos em moeda corrente nacional, pela cotação do dólar de venda (Ptax-opção 5), divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia útil anterior ao da realização das reuniões do Conselho de Administração que tiverem deliberado sobre as declarações e pagamentos das referidas remunerações.
- A Diretoria poderá, ainda, propor ao Conselho de Administração, fundamentada em análise da evolução do fluxo de caixa da Sociedade, a declaração e pagamento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio adicionais à remuneração mínima que vier a ser anunciada.

Em 14 de maio de 2010, a BRADESPAR pagou aos seus acionistas, Juros sobre o Capital Próprio, em complemento ao exercício de 2009, no montante de R\$ 95, sendo o valor bruto por ação ordinária R\$ 0,256279083 (R\$ 0,217837221 líquido do imposto de renda na fonte) e por ação preferencial R\$ 0,281906992 (R\$ 0,239620943 líquido do imposto de renda na fonte) e Dividendos antecipados do exercício de 2010, em complemento aos Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 78, sendo R\$ 0,20925943 por ação ordinária e R\$ 0,229928543 por ação preferencial. O referido montante corresponde à primeira parcela da Remuneração Anual Mínima aos Acionistas no valor de US\$ 100.

Em 12 de novembro de 2010, a BRADESPAR pagou a seus acionistas Juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 160, sendo o valor bruto por ação ordinária de R\$ 0,429818168 (R\$ 0,365345443 líquido do imposto de renda na fonte) e por ação preferencial de R\$ 0,472799986 (R\$ 0,401879988 líquido do imposto de renda na fonte) e Dividendos no montante de R\$ 11, sendo o valor por ação ordinária de R\$ 0,029872363 e por ação preferencial de R\$ 0,032859600. Esses montantes totalizaram R\$ 171, equivalente a US\$ 100, relativos a segunda parcela da Remuneração Anual Mínima para 2010.

c) Ações em tesouraria

Por meio de programas de recompra de ações, o Conselho de Administração, em Reuniões de 18 de janeiro e 21 de julho de 2008, 22 de janeiro e 23 de julho de 2009, 22 de janeiro de 2010, 23 de julho de 2010 e 26 de janeiro de 2011, autorizou a Diretoria da Companhia a adquirir até 1.500.000 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 500.000 ordinárias e 1.000.000 preferências, com o objetivo de permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, todas prorrogáveis a cada seis meses.

Em abril de 2010, foram adquiridas 75.000 ações ordinárias, nominativas-escriturais, totalizando 141.455 ações ordinárias, nominativas-escriturais, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovada proposta do Conselho de Administração para o cancelamento das 141.455 ações ordinárias, nominativas-escriturais, mantidas em tesouraria, representativas do próprio capital social, sem redução deste.

24) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(1) CONTROLADORA E CONSOLIDADO HOLDING

Os principais instrumentos financeiros ativos registrados em contas patrimoniais referem-se, principalmente, aos investimentos possuídos direta e indiretamente, sendo que os relacionados a Valepar são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os na CPFL são classificados em ativos financeiros disponíveis para venda a valor de mercado, com contrapartida no patrimônio líquido. Os principais investimentos que possuem cotações frequentes em bolsa de valores estão sumarizados abaixo, considerando a última cotação disponível até 31 de dezembro de 2010:

VALE/Valepar	Valor Contábil	Cotação em Bolsa (*)
CPFL Energia (**)	5,674	16,737
CPFL Distribuição (**)	1,041	1,041

(*) O ajuste a valor de mercado em 31 de dezembro de 2010 corresponde a R\$ 968, registrado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários de R\$ 329, registrados na conta provisão para imposto de renda e contribuição social no passivo não circulante.

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano					
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			2011	2012	2013	2014	2015	
Swap CDI vs. Taxa Fixa em USD														
Ativo	RS 322	RS 440	CDI	101,15%	334	468	402	-	-	-	-	-	-	-
Passivo	USD 183	USD 213	USD	3,87%	(314)	(404)	(317)	-	-	-	-	-	-	-
Líquido					20	64	85	3	24	21	(19)	2	(8)	
Swap CDI vs. Taxa Flutuante em USD														
Ativo	RS 25	RS 46	CDI	103,50%	26	48	18	-	-	-	-	-	-	
Passivo	USD 15	USD 25	Libor	0,70%	(25)	(43)	(11)	-	-	-	-	-	-	
Líquido					1	5	7	-	2	2	1	(6)		

Item protegido: dividas atreladas a reais

Os itens protegidos são as dívidas atreladas a reais já que o objetivo desse programa é transformar as obrigações atreladas a reais em obrigações atreladas ao dólar norte-americano e com isso atingir o equilíbrio de moedas no fluxo de caixa contrabalançando os recebíveis (que são basicamente atrelados ao dólar norte-americano) com os pagamentos da VALE.

Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados à TJLP

• **Swap TJLP vs. taxa fixa em USD** - com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas indexadas à TJLP para dólares norte-americanos nos contratos de empréstimos junto ao BNDES. Nestas operações, a VALE paga taxas fixas em dólares norte-americanos e recebe remuneração atrelada à TJLP.

• **Swap TJLP vs. taxa flutuante em USD** - com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas indexadas à TJLP para dólares norte-americanos nos contratos de empréstimos junto ao BNDES. Nestas operações, a VALE paga taxas flutuantes em dólares norte-americanos (Libor) e recebe remuneração atrelada à TJLP.

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano				
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			2011	2012	2013	2014-2016	2017-2019
Swap TJLP vs. Taxa Fixa em USD													
Ativo	RS 140	RS 118	TJLP	1,44%	120	107	7	-	-	-	-	-	-
Passivo	USD 71	USD 61	USD	3,09%	(114)	(99)	(5)	-	-	-	-	-	-
Líquido					6	8	2	1	6	6	4	(6)	(4)
Swap TJLP vs. Taxa Flutuante em USD													
Ativo	RS 43	RS 38	TJLP	0,96%	36	36	1	-	-	-	-	-	-
Passivo	USD 22	USD 22	Libor	(0,71%)	(33)	(33)	(1)	-	-	-	-	-	-
Líquido					3	3	2	-	8	1	(3)	(4)	

Item protegido: dividas atreladas a reais

Os itens protegidos são as dívidas atreladas a reais já que o objetivo desse programa é transformar as obrigações atreladas a reais em obrigações atreladas ao dólar norte-americano e com isso atingir o equilíbrio de moedas do fluxo de caixa contrabalançando os recebíveis (que são basicamente atrelados ao dólar norte-americano) com os pagamentos da VALE.

Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais com taxas fixas

• **Swap taxa fixa em BRL vs. taxa fixa em USD** - com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas denominadas em reais a taxas fixas para dólares norte-americanos em contratos de empréstimos junto ao BNDES. Nestas operações, a VALE paga taxas fixas em dólares norte-americanos e recebe taxas fixas em reais.

O valor das cotações em bolsa de valores dos investimentos na Valepar/VALE não reflete o prêmio de controle correspondente a um lote representativo de ações.

A BRADESPAR e demais empresas do Consolidado Holding não possuem operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

O valor de mercado dos demais instrumentos financeiros da BRADESPAR é equivalente ao valor contábil.

Análise de Sensibilidade

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, apresentamos no quadro abaixo a sensibilidade das posições sujeitas às oscilações de preços ou taxas de mercado:

Fatores de Riscos	Carteira Banking	Definição	Em 31 de dezembro de 2010 - R\$ mil		
			1	2	3
Taxa de Juros em Reais		Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(14)	(3.932)	(7.743)
		Total	(14)	(3.932)	(7.743)

Fatores de Riscos	Carteira Banking	Definição	Em 31 de dezembro de 2009 - R\$ mil		
			1	2	3
Taxa de Juros em Reais		Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(14)	(2.917)	(5.761)
		Total	(14)	(2.917)	(5.761)

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado à época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (BMA/Bovespa, Anbima, etc.), foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros. Por exemplo: a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2010 foi de 12,05% a.a.

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2010 foi de 15,05% a.a.

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2010 foi de 18,06% a.a.

Os riscos provenientes de instrumentos financeiros da BRADESPAR são, substancialmente provenientes das operações de sua controlada indireta VALE.

(2) VALE

Gestão de risco

A VALE entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. A redução do risco nos fluxos de caixa futuros melhora a capacidade de crédito da Companhia, facilitando o acesso aos diversos mercados e reduzindo o custo relativo de eventuais captações.

A VALE desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de prover uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tal, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes aos processos produtivos (risco operacional) e aqueles oriundos do risco de liquidez.

Política de gestão de risco

O Conselho de Administração da VALE estabeleceu uma política de gestão de risco corporativo e a criação de um comitê executivo de gestão de risco. A política de gestão de risco corporativo determina que a VALE avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como, propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela VALE, tanto com terceiros, quanto com seus acionistas.

A diretoria executiva da VALE é responsável pela avaliação e aprovação das estratégias de mitigação de risco que foram recomendadas pelo comitê executivo de gestão de riscos. O comitê é responsável por emitir parecer sobre os princípios e instrumentos de gerenciamento de risco, além de comunicar periodicamente a diretoria executiva sobre o processo de gestão e monitoramento dos riscos e os principais riscos os quais a Companhia está exposta, bem como, o impacto destes sobre o fluxo de caixa.

A política e as normas de gestão de risco, que complementam os normativos de governança corporativa de gestão de riscos, determinam a diversificação de operações e contrapartes e a proibição de operações de derivativos de caráter especulativo.

Além da estrutura normativa de gestão de risco, a VALE conta ainda com uma estrutura corporativa com responsabilidades bem definidas. A recomendação de execução das operações são feitas por áreas independentes. É responsabilidade da área de gestão de risco definir e propor ao comitê executivo de gestão de risco operações ou medidas de mitigação de riscos de mercado consistentes com a estratégia da VALE e suas Companhias consolidadas. É responsabilidade da área financeira a execução das operações que envolvam contratação de derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

Em milhões de R\$

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano					
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			2011	2012	2013	2014	2015	2016
Swap Taxa Fixa em R\$ vs. Taxa Fixa em USD														
Ativo	RS 12	-	Pré	4,50%	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo	USD 7	-	USD	(1,70%)	(9)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Líquido									1	1	-	-	-	-

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: dívidas atreladas a reais.

Os itens protegidos são as dívidas atreladas a reais já que o objetivo desse programa é transformar as obrigações atreladas a reais em obrigações atreladas ao dólar norte-americano e com isso atingir o equilíbrio de moedas do fluxo de caixa contrabalançando os recebíveis (que são basicamente atrelados ao dólar norte-americano) com os pagamentos da VALE.

Hedge cambial de fluxo de caixa

• **Swap taxa fixa em BRL vs. Taxa fixa em USD** - com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas transações de swaps para mitigar a exposição cambial originada pelo descasamento de moedas entre receitas em dólares norte-americanos e custeio e investimentos em reais.

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano					
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ativo	RS 51	RS 114	Pré	8,78%	74	113	271	-	-	-	-	-	-	-
Passivo	USD 30	USD 64	USD	-	(46)	(111)	(243)	-	-	-	-	-	-	-
Líquido					2	2	28	-	-	-	-	-	-	2

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte das receitas denominadas em dólares norte-americanos

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial USD/BRL. Novamente, o objetivo final desse programa, de acordo com a estratégia de proteção de moeda da VALE, é contrabalançar a exposição a moedas dos recebíveis com as dos pagamentos.

Programa de proteção cambial de fluxo de caixa

• **NDFs (Non-deliverable forward)** - com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas transações de NDFs para mitigar a exposição cambial originada pelo descasamento de moedas entre receitas em dólares norte-americanos e custeio e investimentos em reais.

Fluxo	Valor Principal (USD milhões)		Compra/Venda	Taxa Média (BRL/USD)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano					
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ativo	USD 5	USD 3	V	-	10	15	1	-	-	-	-	-	-	-
Passivo					(0,3)	(1)	(0,3)	-	-	-	-	-	-	-
Líquido					9,7	14	0,7	-	-	-	-	-	-	-

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte das receitas denominadas em dólares norte-americanos

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial USD/BRL. Novamente, o objetivo final desse programa, de acordo com a estratégia de proteção de moeda da VALE, é contrabalançar a exposição a moedas dos recebíveis com as dos pagamentos.

Programa de proteção para os empréstimos e financiamentos em euros

• **Swap taxa flutuante em EUR vs. taxa flutuante em USD** - com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foi realizada uma operação de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas em euros indexadas à *Euribor* para dólares norte-americanos indexados à *Libor*. Esta operação foi utilizada para converter o fluxo de uma dívida em euros, com valor nominal remanescente de € 0,1 milhão, emitida em 2003 pela VALE. Nesta operação a VALE recebe taxas flutuantes em euros (*Euribor*) e paga remuneração atrelada a taxas flutuantes em dólares norte-americanos (*Libor*).

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano					
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ativo	€ 0,1	€ 0,3	EUR	0,875%	0,3	1	0,3	-	-	-	-	-	-	-
Passivo	USD 0,2	USD 0,3	USD	1,0425%	(0,3)	(1)	(0,3)	-	-	-	-	-	-	-
Líquido					0,6	0	0	-	-	-	-	-	-	-

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte das dívidas atrelada a euro.

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial EUR/USD. Novamente, o objetivo final desse programa, de acordo com a estratégia de proteção de moeda da VALE, é contrabalançar a exposição a moedas dos recebíveis com as dos pagamentos.

• **Swap taxa fixa em EUR vs. taxa fixa em USD** - com o objetivo de reduzir a volatilidade do custo da dívida em dólares, foi realizada uma operação de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas em euros para dólares norte-americanos. Esta operação foi utilizada para converter o fluxo de parte da dívida em euros, com valor nominal de € 44 milhões, emitida em 2010 pela VALE. Nesta operação, a VALE recebe taxas fixas em euros e paga remuneração atrelada a taxas fixas em dólares norte-americanos.

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano					
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ativo	€ 29	€ 29	EUR	4,375%	74	74	15	-	-	-	-	-	-	-
Passivo	USD 39	USD 39	USD	4,712%	(75)	(75)	(1)	-	-	-	-	-	-	-
Líquido					(1)	(1)	(1)	-	-	-	-	-	-	-

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte das dívidas atrelada a euro

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial EUR/USD. Novamente, o objetivo final desse programa, de acordo com a estratégia de proteção de moeda da VALE, é contrabalançar a exposição a moedas dos recebíveis com as dos pagamentos.

Programa de proteção para os empréstimos e financiamentos sujeitos à taxa flutuante em dólares norte-americanos

• **Swap taxa flutuante em USD vs. taxa fixa em USD** - com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foi realizada uma operação de swap para converter o fluxo de caixa de uma dívida sindicalizada emitida pela Vale Canada Ltd., subsidiária integral da VALE, no ano de 2004, com valor nominal inicial de USD 11,6 milhões indexada a taxa flutuante (*Libor*) para taxa fixa. Na operação de proteção, a VALE paga à contraparte taxa fixa e recebe remuneração atrelada à taxa flutuante (*Libor*).

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano					
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ativo	USD 6	USD 12	USD	4,795%	10	15	1	-	-	-	-	-	-	-
Passivo					(10)	(16)	(1)	-	-	-	-	-	-	-
Líquido					0	(1)	0	-	-	-	-	-	-	-

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: dívida flutuante da Vale Canada

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação da *Libor*.

Programa de proteção cambial para venda de carvão a preço fixo

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa associada a contratos de venda de carvão a preço fixo, a VALE realizou operações a termo de compra de dólares australianos de modo a equalizar as moedas de custeio e de receita.

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Compra/Venda	Taxa Média (AUD/USD)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano					
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ativo	AUD 0,4	AUD 2	C	0,66	0,2	0,9	0,9	-	-	-	-	-	-	-
Passivo								-	-	-	-	-	-	-
Líquido								-	-	-	-	-	-	-

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte dos custos da VALE em dólares australianos

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial AUD/USD.

Programas de proteção cambial e de juros em 2010

Em março, a VALE realizou operações similares de swap com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa devido ao fechamento de câmbio referente à emissão de título indexado a Euros. Estes swaps foram contratados e liquidados em março, quando a VALE recebeu R\$ 0,2 milhão.

Entre maio e junho, a VALE realizou operações de swaps para proteger o risco de mercado advindo da variação cambial entre dólares norte-americanos e reais com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa devido ao fechamento de câmbio referente à permuta de notas conversíveis. Nestas operações, a VALE pagou taxa fixa em dólares e recebeu taxas fixas em reais. No vencimento das operações, em 14 de junho, a VALE recebeu R\$ 4 milhões.

Em setembro, a VALE realizou operações de swap de taxas de juros com o objetivo de fixar antecipadamente a variação cambial na precificação da emissão de títulos de 10 anos da VALE, neutralizando parte da volatilidade do custo da emissão. Estes swaps foram contratados e liquidados em setembro, quando a VALE recebeu R\$ 0,1 milhão.

Posições em derivativos de commodities

O fluxo de caixa da VALE também está exposto a diferentes riscos de mercado associados à volatilidade dos preços de commodities. Com objetivo de reduzir o efeito dessa volatilidade, a VALE contratou as seguintes operações com derivativos:

Programa de hedge estratégico de fluxo de caixa de alumínio

Com o objetivo de proteção do fluxo de caixa em 2010, a VALE realizou operações de *hedge* em que fixa o preço de parte das vendas de alumínio no período.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra/Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano					
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			2011	2012	2013	2014	2015	2016
Put	-	-	C	6,972	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Call	-	-	V	6,972	-	-	(4)	-	-	-	-	-	-	-
Líquido	-	-	V	6,972	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte das receitas da VALE atrelada ao preço do alumínio.

O resultado de perda/ganho para as operações de *forwards* é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do alumínio. No entanto, no caso das opções, por se tratar de instrumentos não-lineares, os resultados desses instrumentos compensam parcialmente o resultado do item protegido (ver quadro de sensibilidade).

Programa de proteção estratégica de fluxo de caixa de níquel

Com o objetivo de proteção de fluxo de caixa em 2010, a VALE realizou operações de proteção em que fixa o preço de parte das vendas de níquel no período.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra/Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano					
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			2011	2012	2013	2014	2015	2016
Futuros	-	-	V	1,692	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*) e contratos negociados na *London Metal Exchange*

Item protegido: parte das receitas da VALE atrelada ao preço do níquel

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do níquel.

Programa de hedge para operações de venda de níquel

Com o objetivo de proteção de fluxo de caixa para os anos de 2010 e 2011, a VALE realizou operações de *hedge* onde fixa o preço de parte das vendas no período.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra/Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano					
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			2011	2012	2013	2014	2015	2016
Futuros	1,069	-	V	21,667	(5)	-	-	-	1	-	-	-	-	-

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte das receitas da VALE atrelada ao preço do níquel.

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do níquel

Programa de venda de níquel a preço fixo

Com o objetivo de manter a exposição a flutuações de preço do níquel, foram realizadas operações de derivativos para converter para preço flutuante os contratos comerciais de Níquel com clientes que solicitam a fixação do preço. As operações têm como objetivo garantir que os preços relativos a estas vendas sejam equivalentes à média de preços da LME no momento da entrega física do produto para o cliente. As operações usualmente realizadas neste programa são compras de níquel para liquidação futura, seja em bolsa (LME) ou em mercado de balcão. Estas operações são revertidas antes do vencimento original de modo a casar com as dívidas de liquidação dos contratos comerciais que tiveram o preço fixado. Quando o "Programa de proteção estratégica de fluxo de caixa de níquel" ou o "Programa de hedge para operações de venda de níquel" são executados, o "Programa de venda a preço fixo" é interrompido.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra/Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano					
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			2011	2012	2013	2014	2015	2016
Futuros	126	199	C	18,694	1	1	2	0,3	-	-	-	-	-	-

Tipo de contrato: contratos negociados na *London Metal Exchange*

Item protegido: parte das receitas da VALE fixadas a um preço pré-determinado para clientes finais.

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do níquel.

Programa de proteção para operações de compra de níquel

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa e eliminar o descasamento entre o período de precificação da compra de Níquel (concentrado, catodo, sinter e outros tipos) e o período da revenda do produto processado, foram realizadas operações de proteção. Os itens comprados são matérias-primas utilizadas no processo de produção de níquel refinado. As operações usualmente realizadas neste caso são vendas de níquel para liquidação futura, seja em bolsa (LME) ou em mercado de balcão.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra/Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano					
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			2011	2012	2013	2014	2015	2016
Futuros	6	84	V	23,232	-	(0,2)	(1)	-	-	-	-	-	-	-

Tipo de contrato: contratos negociados na *London Metal Exchange*

Item protegido: parte das receitas da VALE atrelada ao preço do níquel

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do níquel.

Programa de proteção para compra de óleo combustível - Bunker Oil

Com o objetivo de reduzir o impacto das oscilações dos preços do óleo combustível (*Bunker Oil*) na contratação de frete e, consequentemente, reduzir a volatilidade do fluxo de caixa da VALE, foram realizadas operações de proteção deste insumo. As operações são feitas geralmente através da contratação de compra a termo.

Fluxo	Valor Principal (mt)		Compra/Venda	Strike Médio (USD/mt)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano			
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			2011	2012		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

Compra de Energia

Contrato de compra de energia entre a Albras, controlada da VALE, e a Eletronorte, que contém uma cláusula que define a cobrança de prêmio sobre o valor da energia caso o preço do alumínio seja negociado entre US\$ 1.450/ton e US\$ 2.773/ton. Esta cláusula é considerada um derivativo embutido.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra/ Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano	
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			2011	2012
Call	11.633	11.633	C	2.773	3	3	-	-	-	-
Call	11.633	11.633	V	1.450	(20)	(17)	-	-	-	-
Total					(17)	(14)		1		(9)

Compra de produtos intermediários e matérias-primas

Contratos de compra de matérias-primas e concentrado de níquel que contém provisões de preço baseadas no preço futuro de cobre e níquel. Estas provisões são consideradas derivativos embutidos.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra/ Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano	
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009			2011	2012
Forwards Níquel	114	26		23.590	(0,1)	-	0,2	-	-	(0,1)
Forwards Cobre	371	201		8.607	(0,3)	(0,1)	(0,1)	-	-	(0,3)
Total					(0,4)	(0,1)		0,1		(0,4)

Posições de Companhias de controle compartilhado

Apresentamos a seguir os valores justos dos derivativos de Companhias de controle compartilhado da VALE. Esses instrumentos são gerenciados sob as políticas de risco próprias de cada uma dessas Companhias. Contudo os valores nominais e os efeitos das marcações a mercado são reconhecidos nas demonstrações contábeis na proporção da participação da VALE em cada uma dessas Companhias.

Programa de proteção cambial

A fim de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram contratadas operações de swaps para converter para reais os fluxos de caixa de dívidas indexadas ao dólar norte-americano. Neste swap, é recebida uma taxa fixa em dólares norte-americanos e executado pagamentos em reais, indexados ao CDI.

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		VaR
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009	
Swap taxa fixa vs. CDI							
Ativo	USD 5	USD 7	USD	1,91%	9	12	-
Passivo	R\$ 10	R\$ 14	CDI	100,00%	(11)	(16)	-
Líquido					(2)	(4)	

Programa de hedge

Foram contratadas operações de swaps para transformar parte dos pagamentos de dívidas atreladas à Libor USD em pagamentos em taxa fixa em dólares norte-americanos. Neste swap, são recebidas taxas flutuantes (Libor USD) em dólares norte-americanos e executado pagamentos em taxas fixas em dólares norte-americanos.

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		VaR
	31.12.2010	31.12.2009			31.12.2010	31.12.2009	
Swap USD flutuante vs. pré							
Ativo	USD 1	USD 1	Libor	Libor + 0,65%	1,1	1,7	-
Passivo			Pré	3,98%	(1,2)	(1,8)	-
Líquido					(0,1)	(0,1)	

Análise de Sensibilidade - Derivativos da Controladora e Controladas

Os quadros a seguir apresentam os ganhos/perdas potenciais de todas as posições em aberto em 31 de dezembro de 2010 considerando os seguintes cenários de stress:

- Precificação a mercado: cálculo do valor justo considerando as curvas de mercado de 31 de dezembro de 2010;
- Cenário I: deterioração de 25% - perdas potenciais considerando um choque de 25% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos da VALE;
- Cenário II: evolução de 25% - ganhos potenciais considerando um choque de 25% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado impactando positivamente o valor justo das posições de derivativos da VALE;
- Cenário III: deterioração de 50% - perdas potenciais considerando um choque de 50% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos da VALE;
- Cenário IV: evolução de 50% - ganhos potenciais considerando um choque de 50% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado, impactando positivamente o valor justo das posições de derivativos da VALE.

Análise de Sensibilidade - Derivativos de Câmbio e Juros

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	
Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados ao CDI	Swap CDI vs. taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(79)	79	(157)	157	
		Flutuação do cupom cambial	19	(5)	5	(11)	10	
		Flutuação da taxa pré em reais		(2)	2	(3)	4	
	Swap CDI vs. taxa flutuante em USD	Flutuação USD Libor		(1)	1	(1)	1	
		Flutuação do BRL/USD		(6)	6	(13)	13	
		Flutuação da taxa pré em reais	1	-	-	-	-	
Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados à TJLP	Swap TJLP vs. taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(29)	29	(57)	57	
		Flutuação do cupom cambial	6	(2)	1,7	(4)	3	
		Flutuação da taxa pré em reais		(4)	4	(7)	9	
	Swap TJLP vs. taxa flutuante em USD	Flutuação TJLP		(5)	5	(9)	9	
		Flutuação do BRL/USD		(8)	8	(17)	17	
		Flutuação do cupom cambial		(1)	1	(1)	1	
Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados à TJLP	Swap TJLP vs. taxa flutuante em USD	Flutuação da taxa pré em reais	3	(1)	1	(2)	2	
		Flutuação TJLP		(2)	2	(4)	4	
		Variação USD Libor		(1)	1	(2)	2	
	Item Protegido - Dívida indexada à TJLP	Flutuação do BRL/USD		n.a.	-	-	-	-
		Flutuação do BRL/USD		(2)	2	(5)	5	
		Flutuação do cupom cambial		0,1	(0,1)	0,1	(0,2)	0,2
Item Protegido - Dívida indexada à taxa fixa em BRL	Flutuação da taxa pré em reais		(0,2)	0,3	(0,5)	1		
	Flutuação do BRL/USD		n.a.	2	(2)	5	(5)	
	Flutuação do BRL/USD		(12)	12	(24)	24		
Hedge cambial de fluxo de caixa - VALE	Swap taxa fixa em BRL vs. taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(0,2)	0,2	(1)	-	
		Flutuação do cupom cambial		(1)	1	(2)	2	
		Flutuação da taxa pré em reais		n.a.	12	(12)	24	(24)
Hedge cambial de fluxo de caixa - Albras	Swap taxa fixa em BRL vs. taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(6)	6	(12)	12	
		Flutuação do cupom cambial		(0,1)	0,1	(0,2)	0,1	
		Flutuação da taxa pré em reais		(0,4)	0,4	(1)	1	
Item Protegido - Parte da receita denominada em dólares norte-americanos	Flutuação do BRL/USD		n.a.	6	(6)	12	(12)	
	Flutuação do BRL/USD		-	-	-	-		
	Flutuação do EUR/USD		(0,1)	0,1	(0,2)	0,2		
Programa de proteção para empréstimos e financiamentos em euros	Swap taxa flutuante em EUR vs. taxa flutuante em USD	Flutuação da Euribor		-	-	-	-	
		Flutuação da Libor dólar		-	-	-	-	
		Flutuação do BRL/USD		n.a.	0,1	(0,1)	3	(0,2)
Item Protegido - Dívida indexada à Euro	Flutuação do EUR/USD		(0,3)	0,3	(1)	1		
	Flutuação do EUR/USD		(18)	18	(37)	37		
	Flutuação da Euribor		(1)	1	(1)	1		
Programa de proteção para os empréstimos e financiamentos em euros	Swap taxa fixa em EUR vs. taxa fixa em USD	Flutuação da Libor dólar		(1)	1	(2)	2	
		Flutuação do EUR/USD		n.a.	18	(18)	37	(37)
		Flutuação do BRL/USD		(0,4)	0,1	(0,2)	0,2	
Item Protegido - Dívida pós-fixada da Vale Inco	Flutuação USD Libor		-	-	-	-		
	Flutuação da Libor dólar		n.a.	-	-	-		
	Flutuação do BRL/USD		(0,2)	0,2	(0,3)	0,3		
Programa de proteção cambial para venda de carvão a preço fixo	Compra a termo de dólar australiano	Flutuação do BRL/USD		(0,1)	0,1	(0,1)	0,1	
		Flutuação do BRL/USD		0,2	(0,1)	0,1	(0,1)	
		Variação USD Libor		-	-	-	-	
Item Protegido: Parte dos custos da VALE denominada em dólar australiano	Flutuação do USD/AUD		n.a.	0,2	(0,2)	0,3	(0,3)	

Análise de Sensibilidade - Derivativos de Commodities

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	
Programa de hedge para operações de vendas de níquel	Contratos de venda de níquel com liquidação futura	Flutuação do preço do níquel		(11)	11	(22)	22	
		Variação USD Libor		(5)	-	(0,1)	0,1	
		Flutuação USD/BRL		(1)	1	(2)	2	
Item hedgeado - Parte da receita da VALE atrelada ao preço do níquel	Flutuação do preço do níquel		n.a.	11	(11)	22	(22)	
	Flutuação do preço do níquel		(1)	1	(3)	3		
	Variação USD Libor		1	-	-	-		
Programa de venda de níquel a preço fixo	Contratos de compra de níquel com liquidação futura	Flutuação USD/BRL		(0,3)	0,3	(1)	1	
		Flutuação do preço do níquel		n.a.	1	(1)	3	(3)
		Flutuação do preço do níquel		-	0,1	(0,1)	0,1	
Item Protegido - Parte da receita das vendas de níquel com preços fixos	Flutuação do preço do níquel		n.a.	-	-	-	-	
	Flutuação do preço do níquel		-	-	-	-		
	Variação USD Libor		-	-	-	-		
Programa de proteção para operações de compra de níquel	Contratos de venda de níquel com liquidação futura	Flutuação USD/BRL		-	-	-	-	
		Flutuação do preço do níquel		n.a.	(0,1)	0,1	(0,1)	
		Flutuação do preço do níquel		-	0,1	(0,1)	0,1	
Item Protegido - Parte da receita da VALE atrelada ao preço do níquel	Flutuação do preço do níquel		n.a.	-	(0,1)	0,1	(0,1)	
	Flutuação do preço do níquel		(3)	3	(6)	6		
	Variação USD Libor		1	-	-	-		
Programa de proteção para compra de óleo combustível	Compra a termo de óleo combustível - Bunker Oil	Flutuação USD/BRL		(0,3)	0,3	(1)	1	
		Flutuação do preço do Bunker Oil		n.a.	3	(3)	6	(6)
		Flutuação do preço do Bunker Oil		-	-	-	-	
Item Protegido - Parte dos custos atrelado ao preço do óleo combustível	Flutuação do preço do Bunker Oil		n.a.	3	(3)	6	(6)	
	Flutuação do preço do Bunker Oil		(0,1)	-	(0,1)	-		
	Variação USD Libor		-	-	-	-		
Programa de proteção para operações de compra de sucata de cobre	Contratos de venda de cobre com liquidação futura	Flutuação USD/BRL		-	-	-	-	
		Flutuação USD/BRL		-	-	-	-	
		Flutuação do preço do cobre		n.a.	0,1	(0,1)	0,1	-
Item Protegido - Parte da receita da VALE atrelada ao preço do níquel	Flutuação do preço do cobre		n.a.	0,1	(0,1)	0,1	-	

Análise de Sensibilidade - Derivativos Embutidos

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Derivativo embutido - Compra de matéria-prima (Níquel)	Derivativo Embutido - Compra de matéria-prima	Flutuação do preço do níquel		(0,4)	0,4	(1)	1
		Flutuação USD/BRL		(0,1)	-	(0,1)	0,1
		Flutuação do preço de cobre		(0,3)	1	(3)	3
Derivativo embutido - Compra de matéria-prima (Cobre)	Derivativo Embutido - Compra de matéria-prima	Flutuação USD/BRL		(0,1)	0,1	(0,3)	0,3
		Flutuação do preço do alumínio		(5)	9	(7)	16
		Flutuação USD/BRL		(17)	(4)	4	(8)

Análise de Sensibilidade - Derivativos em Companhias de Controle Compartilhado

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Programa de proteção cambial	Swap CDI vs. taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(2)	2	(4)	4
		Flutuação do cupom cambial		(2)	-	(0,1)	0,1
		Flutuação da taxa pré em reais		-	-	-	-
Item Protegido - Dívida indexada a dólares norte-americanos	Flutuação do BRL/USD		n.a.	2	(2)	4	(4)
	Flutuação do BRL/USD		-	-	-	-	
	Flutuação da Libor dólar		-	-	-	-	
Programa de hedge cambial	Swap USD flutuante vs. Pré	Flutuação do BRL/USD		-	-	-	-
		Flutuação da Libor dólar		-	-	-	-
		Flutuação da Libor dólar		n.a.	-	-	-

Análise de Sensibilidade - Dívida e Investimentos de Caixa

Os programas de investimento de caixa e captação atrelados a moedas diferentes de reais estão sujeitos à variação da taxa de câmbio, tais como EUR/USD e USD/BRL.

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Financiamento	Dívida denominada em USD	Flutuação do BRL/USD		(411)	411	(822)	822
Financiamento	Dívida denominada em EUR	Flutuação do EUR/USD		(0,3)	0,3	(1)	1
Investimentos de caixa	Investimentos denominada em USD	Flutuação do BRL/USD		(106)	106	(212)	212

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

Risco de crédito nas operações e rating das instituições financeiras

As operações de derivativos são realizadas com instituições financeiras de primeira linha. Os limites de exposição a instituições financeiras são propostos anualmente pelo comitê executivo de gestão de riscos e aprovados pela diretoria executiva da VALE. O acompanhamento do risco de crédito das instituições financeiras é feito utilizando uma metodologia de avaliação de risco de crédito que considera, dentre outras informações, os ratings divulgados pelas agências de rating. No quadro abaixo, apresentamos os ratings em moeda estrangeira publicados pelas agências Moody's e S&P para as principais instituições financeiras com as quais a VALE tinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2010.

Nome da Contraparte	Moody's*	S&P*
Banco Santander	Aa3	AA
Itaú Unibanco	A2	AA
HSBC	A1	AA
JP Morgan Chase & Co.	A1	A+
Banco Bradesco	A1	BBB
Banco do Brasil	A2	BBB
Banco Votorantim	A3	BB+
Credi Agrícola	Aa2	AA
Standard Bank	A3	A
Deutsche Bank	A1	A+
BNP Paribas	Aa3	AA
Standard Bank	-	-
Citigroup	Baa1	A
Banco Safra	Baa1	BBB
ANZ Australia and New Zealand Banking	Aa2	AA
Banco Amazônia S.A.	-	-
Societe Generale	Aa3	A+
Bank of Nova Scotia	Aa2	AA
Natixis	A1	A+
Royal Bank of Canada	Aa2	AA
China Construction Bank	A1	A
Goldman Sachs	A2	A
Bank of China	A1	A-
Barclays	Baa1	A+
BBVA Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	Aa3	AA

* Para bancos brasileiros foi usado rating global dos depósitos em moeda local.
Na construção das curvas utilizadas para a precificação dos derivativos foram utilizados dados públicos da BM&FBovespa, Banco Central do Brasil, London Metals Exchange (LME) e dados proprietários de Thomson Reuters, Bloomberg L.P e Enderdata.

1) Curvas de Produtos

Alumínio	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento
Vencimento						
SPOT	2.461	OUT11	2.505	AGO12	2.541	
JAN11	2.459	NOV11	2.508	SET12	2.543	
FEV11	2.468	DEZ11	2.511	OUT12	2.548	
MAR11	2.471	JAN12	2.516	NOV12	2.548	
ABR11	2.477	FEV12	2.520	DEZ12	2.551	
MAI11	2.481	MAR12	2.525	JAN13	2.553	
JUN11	2.487	ABR12	2.528			
JUL11	2.492	MAI12	2.532			
AGO11	2.497	JUN12	2.535			
SET11	2.502	JUL12	2.538			

Níquel

Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento
SPOT	24.708	OUT11	24.600	AGO12	24.022	
JAN11	24.715	NOV11	24.550	SET12	23.948	
FEV11	24.735	DEZ11	24.500	OUT12	23.874	
MAR11	24.748	JAN12	24.445	NOV12	23.800	
ABR11	24.755	FEV12	24.390	DEZ12	23.725	
MAI11	24.745	MAR12	24.335	JAN13	23.653	
JUN11	24.730	ABR12	24.280			
JUL11	24.715	MAI12	24.225			
AGO11	24.690	JUN12	24.170			
SET11	24.650	JUL12	24.096			

Cobre

Vencimento	Preço (USD/lb)	Vencimento	Preço (USD/lb)	Vencimento	Preço (USD/lb)
SPOT	4,44	MAR11	4,45	MAI11	4,44
JAN11	4,44	ABR11	4,44	JUN11	4,43
FEV11	4,44				

Óleo Combustível - Bunker Oil

Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)
SPOT	505	OUT11	514	AGO12	532
JAN11	505	NOV11	514	SET12	532
FEV11	503	DEZ11	514	OUT12	532
MAR11	503	JAN12	532	NOV12	532
ABR11	506	FEV12	532	DEZ12	532
MAI11	506	MAR12	532	JAN13	532
JUN11	506	ABR12	532		
JUL11	511	MAR12	532		
AGO11	511	JUN12	532		
SET11	511	JUL12	532		

Alumínio - Volatilidade

Vencimento	Vol. (% a.a.)	Vencimento	Vol. (% a.a.)	Vencimento	Vol. (% a.a.)
VOLSPT	25,5	VOL9M	27,0	VOL4A	24,5
VOL1M	26,5	VOL1A	26,7	VOL5A	24,0
VOL3M	27,0	VOL2A	25,9	VOL7A	24,0
VOL6M	27,1	VOL3A	25,1	VOL10A	24,0

Movimentação saldos de Balanço:

	Consolidado					
	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Derivativos não designados como hedge						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em USD	-	29	-	80	-	-
Swap taxa flutuante em EUR vs. taxa flutuante em USD	-	-	-	-	-	76
Swap taxa fixa em USD vs. CDI	-	-	-	-	2	1
Swap USD flutuante vs. pré	-	-	-	-	-	2
Swap taxa flutuante em USD vs. taxa fixa em USD	-	-	-	-	1	-
Swap Eurobonds	-	-	-	-	1	-
Swap pré-dólar	-	-	-	-	-	-
Compra a termo de dólares australianos	-	-	1	-	-	-
	-	29	-	81	2	1
Riscos de preços de produtos						
Níquel						
Compra/Venda a preço fixo	1	-	1	-	5	1
Programa estratégico	-	-	-	-	2	-
Frete marítimo	-	-	3	-	-	-
Gás natural	-	-	-	-	-	-
Alumínio	-	-	-	-	-	2
Óleo combustível	2	-	5	-	-	-
Carvão	-	-	-	-	-	-
Cobre	-	-	-	-	-	-
	3	-	9	-	5	1
Derivativos designados como hedge						
Hedge cambial de fluxo de caixa	2	-	2	6	-	-
Níquel estratégico	-	-	-	-	5	-
Alumínio	-	-	-	-	-	7
	2	-	2	6	5	7
Total	5	29	11	87	5	78

Efeitos dos Derivativos no Patrimônio Líquido

Os reflexos da contabilidade de hedge que afetam o Patrimônio Líquido são demonstrados a seguir:

	Consolidado			
	Moeda	Alumínio	Níquel	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009	-	-	-	-
Atualização do valor justo	4	(4)	-	-
Total da movimentação do período	4	(4)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4	(4)	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2010	4	(4)	-	-
Atualização do valor justo	25	(1)	(5)	18
Transferência para o resultado por realização	(25)	5	-	(20)
Total da movimentação do período	4	-	(5)	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	8	(4)	(5)	(2)

Efeitos dos Derivativos no Resultado

	31.12.2010	31.12.2009
Derivativos não designados como hedge		
Risco de câmbio e de taxas de juros		
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em USD	44	184
Swap taxa flutuante em USD vs. taxa fixa em USD	(1)	-
Swap taxa flutuante em Euro vs. taxa fixa em USD	-	-
Compra a termo de dólares australianos	-	(4)
Swap taxa fixa em USD vs. CDI	-	-
Swap NDF	-	-
Swap Libor flutuante vs. Libor fixa	-	-
Swap Eurobonds	-	-
Swap Convertibles	4	-
Swap pré-dólar	-	-
	47	181
Riscos de preços de produtos		
Níquel		
Compra/Venda de níquel a preço fixo	-	5
Proteção para operações de compra de níquel	-	(11)
Programa estratégico	(9)	-
Cobre		
Sucata de cobre/cobre estratégico	-	-
Gás natural	-	-
Frete marítimo	(1)	7
Óleo combustível	-	7
Carvão	-	-
	(10)	3
Derivativos embutidos:		
Venda de níquel a preço fixo	-	(9)
Compra de matéria-prima	-	(2)
Compra de energia - opção de alumínio	(5)	-
	(5)	(11)
Derivativos designados como hedge		
Fluxo de caixa	28	-
Alumínio	-	(2)
	28	(2)
Total	60	171
Receitas Financeiras	78	204
(Despesas) Financeiras	(18)	(33)
	60	171

Efeitos dos Derivativos no Fluxo de Caixa

	31.12.2010	31.12.2009
Derivativos não designados como hedge		
Risco de câmbio e de taxas de juros		
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em USD	(96)	(27)
Swap taxa flutuante em USD vs. taxa fixa em USD	1	1
Swap taxa flutuante em Euro vs. taxa fixa em USD	-	-
Compra a termo de dólares australianos	(1)	(1)
Swap taxa fixa em USD vs. CDI	3	-
Swap NDF	-	-
Swap Libor flutuante vs. Libor fixa	-	-
Swap Eurobonds	-	-
Swap Convertibles	(4)	-
	(97)	(27)

FFA - Forward Freight Agreement

Vencimento	Preço (USD/dia)	Vencimento	Preço (USD/dia)	Vencimento	Preço (USD/dia)
SPOT	20.009	OUT11	22.333	AGO12	22.083
JAN11	20.283	NOV11	22.333	SET12	22.083
FEV11	22.021	DEZ11	22.333	OUT12	22.083
MAR11	23.042	JAN12	22.083	NOV12	22.083
ABR11	23.642	FEV12	22.083	DEZ12	22.083
MAI11	23.642	MAR12	22.083	JAN13	21.992
JUN11	23.642	ABR12	22.083		
JUL11	22.450	MAI12	22.083		
AGO11	22.450	JUN12	22.083		
SET11	22.450	JUL12	22.083		

Carvão

Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)
SPOT	128,25	OUT11	119,0	AGO12	119,75
JAN11	128,25	NOV11	119,0	SET12	119,75
FEV11	128,25	DEZ11	119,0	OUT12	119,75
MAR11	128,25	JAN12	119,8	NOV12	119,75
ABR11	128,0	FEV12	119,8	DEZ12	119,75
MAI11	128,0	MAR12	119,8	JAN13	116,5
JUN11	128,0	ABR12	119,8		
JUL11	119,0	MAI12	119,8		
AGO11	119,0	JUN12	119,8		
SET11	119,0	JUL12	119,8		

2) Curvas de Taxas

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
01.02.2011	2,16	01.04.2013	3,13	01.10.2015	4,48
01.03.2011	2,10	01.07.2013	3,28	04.01.2016	4,62
01.04.2011	2,20	01.10.2013	3,46	01.07.2016	4,74
01.07.2011	2,29	02.01.2014	3,61	02.01.2017	4,88
03.10.2011	2,42	01.04.2014	3,77	02.01.2018	5,10
02.01.2012	2,52	01.07.2014	3,90	02.01.2019	5,36
02.04.2012	2,66	01.10.2014	4,06	02.01.2020	5,58
02.07.2012	2,77	02.01.2015	4,21	04.01.2021	5,81
01.10.2012	2,90	01.04.2015	4,29	03.01.2022	6,04
02.01.2013	2,99	01.07.2015	4,37	02.01.2023	6,28

Curva de Juros USD

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
USD1M	0,26	USD6M	0,46	USD11M	0,72
USD2M	0,28	USD7M	0,51	USD12M	0,78
USD3M	0,30	USD8M	0,56	USD2A	0,80
USD4M	0,35	USD9M	0,61	USD3A	1,30
USD5M	0,40	USD10M	0,67	USD4A	1,82

TJLP

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
03.01.2011	6,00	02.07.2012	6,00	01.07.2014	6,00
01.02.2011	6,00	01.10.2012	6,00	01.10.2014	6,00
01.03.2011	6,00	02.01.2013	6,00	02.01.2015	6,00
01.04.2011	6,00	01.04.2013	6,00		
01.07.2011	6,00	01.07.2013	6,00		
03.10.2011	6,00	01.10.2013	6,00		

Curva pré em Reais

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
03.01.2011	10,66	02.07.2012	12,25	01.07.2014	12,09
01.02.2011	10,78	01.10.2012	12,28	01.10.2014	12,04
01.03.2011	10,91	02.01.2013	12,27	02.01.2015	12,04
01.04.2011	11,16	01.04.2013	12,29	01.04.2015	11,97
01.07.2011	11,62	01.07.2013	12,23	01.07.2015	11,92
03.10.2011	11,91	01.10.2013	12,23	01.10.2015	11

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

I) Evolução do valor presente das obrigações

	Em 31 de dezembro de 2010			Em 31 de dezembro de 2009			1º de janeiro de 2009		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor presente das obrigações no início do exercício	276	477	132	248	494	145	264	519	172
Passivo inicial reconhecido com novas consolidações	37	1	5	-	-	-	-	-	-
Custo do serviço corrente	-	7	3	-	6	2	-	8	3
Custo dos juros	33	37	10	27	38	10	26	32	9
Benefícios pagos	(27)	(38)	(8)	(22)	(35)	(7)	(27)	(34)	(7)
Ajuste no plano	-	2	-	-	-	-	-	2	-
Alteração das hipóteses	-	-	-	-	-	-	(15)	(56)	(40)
Perda (ganho) atuarial	31	25	1	23	28	3	-	-	-
Eleitos de variações cambiais	-	1	2	-	(54)	(21)	-	22	8
Valor presente das obrigações no final do exercício	350	512	145	276	477	132	248	493	145

II) Evolução do valor justo dos ativos

	Em 31 de dezembro de 2010			Em 31 de dezembro de 2009			1º de janeiro de 2009		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor justo dos ativos no início do exercício	418	414	1	345	409	1	367	452	1
Ativo inicial reconhecido com novas consolidações	44	1	-	-	-	-	-	-	-
Rendimento real dos ativos	55	41	-	41	51	-	5	(62)	-
Contribuição da patrocinadora	-	18	8	-	22	7	-	33	6
Benefícios pagos	(27)	(38)	(8)	(23)	(35)	(7)	(27)	(34)	(6)
Ganhos/Perdas atuariais	51	13	-	55	12	-	-	-	-
Eleitos de variações cambiais	-	-	-	-	(45)	-	-	19	-
Valor justo dos ativos no final do exercício	541	450	1	418	414	1	345	408	1

Os ativos dos planos administrados pela VALE em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 incluem investimentos em carteira de nossas próprias ações no valor de R\$ 50, R\$ 59 e R\$ 33, investimentos em debêntures no valor de R\$ 6, R\$ 7 e R\$ 7 e investimentos em ações de partes relacionadas no valor de R\$ 8, R\$ 7 e R\$ 6, respectivamente. Eles também incluem em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, R\$ 402, R\$ 338 e R\$ 292 de títulos e valores mobiliários do Governo Federal. Os ativos dos planos de pensão da Vale Canadá Limited estão em títulos e valores mobiliários do Governo do Canadá e em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009, montam R\$ 42, R\$ 42 e R\$ 51, respectivamente. Os ativos dos planos da Vale Fertilizante, Ultrafertil e Vale Fosfatados em 31 de dezembro de 2010, estão em títulos e valores mobiliários do Governo do Federal no valor de R\$ 15.

III) Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço

	Em 31 de dezembro de 2010			Em 31 de dezembro de 2009			1º de janeiro de 2009		
	Planos superavitários (*)	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários (*)	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários (*)	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor presente das obrigações no final do exercício	(351)	(512)	(145)	(276)	(477)	(132)	(248)	(494)	(145)
Valor justo dos ativos no final do exercício	541	450	1	418	414	1	345	409	1
Valor líquido dos (ganhos) e perdas não reconhecidos no balanço	-	(3)	4	-	(4)	1	-	-	-
Eleito do limite do parágrafo 58(b)	(190)	-	-	(142)	-	-	(97)	-	-
Total	190	(65)	(140)	142	(67)	(130)	97	(85)	(144)
Ativo/Passivo atuarial líquido provisionado:									
Circulante	-	(9)	(9)	-	(9)	(8)	-	(8)	(9)
Não Circulante	-	(56)	(131)	-	(58)	(122)	-	(77)	(135)
Ativo/Passivo atuarial líquido provisionado	-	(65)	(140)	-	67	(130)	-	(85)	(144)

(*) A VALE não registrou em seu balanço patrimonial o ativo e suas contrapartidas decorrentes da avaliação atuarial de planos superavitários, por não haver claramente uma evidência na realização, conforme estabelece o parágrafo 58(b) do CPC 33.

IV) Custos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício

	2010			2009			Em 31 de dezembro		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Custo do serviço corrente	-	6	3	-	-	6	-	-	2
Juros sobre as obrigações atuariais	33	37	10	27	38	10	26	32	9
Rendimento esperado dos ativos	(55)	(34)	-	(41)	(29)	-	-	-	-
Amortizações e (ganhos) e perdas líquidas	(23)	2	1	(31)	-	-	-	-	-
Eleito do limite do parágrafo 58(b)	45	-	-	45	-	-	-	-	-
Total dos custos (receitas), líquidos	-	11	14	-	15	12	-	15	12

(*) A VALE não registrou em seu balanço patrimonial o ativo e suas contrapartidas decorrentes da avaliação atuarial de planos superavitários, por não haver claramente uma evidência na realização, conforme estabelece o parágrafo 58 (b) do CPC 33.

V) Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos beneficiários do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	Brasil			Exterior		
	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Taxa de desconto	11.30% a.a.	11.08% a.a.	11.08% a.a.	6.21% a.a.	6.20% a.a.	5.58% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	12.00% a.a.	11.50% a.a.	11.50% a.a.	7.02% a.a.	7.00% a.a.	6.99% a.a.
Taxa de crescimento dos salários e encargos - até 47 anos	8.15% a.a.	8.15% a.a.	8.15% a.a.	4.11% a.a.	3.58% a.a.	4.12% a.a.
Taxa de crescimento dos salários e encargos - após 47 anos	5.00% a.a.	5.00% a.a.	5.00% a.a.	4.11% a.a.	3.58% a.a.	4.12% a.a.
Inflação	5.00% a.a.	5.00% a.a.	5.00% a.a.	2.00% a.a.	2.00% a.a.	2.00% a.a.
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	-	8.15% a.a.	-	-	6.04% a.a.	-

VI) Ativos dos planos

Planos Brasileiros

A política de investimentos dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia, para os trabalhadores brasileiros esta baseada em um cenário macroeconômico de longo prazo, retornos esperados e gestão de ativos e passivos apresentados no Relatório de Avaliação Atuarial preparado pelas consultorias atuariais externas. Foi elaborada uma política de investimentos para cada plano como resultado deste estudo de alocação estratégica.

As alocações dos ativos dos planos, dos fundos de pensão locais cumprem regulamentação emitida pelo CMN Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN nº 3.792/09). Os investimentos podem ser feitos em seis diferentes classes de ativos, definidos como segmentos por lei, como segue: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados (investimentos alternativos e projetos de infraestrutura), investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes (empresários).

As políticas de investimento dos planos são aprovadas pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e dois Comitês de Investimentos. Os gestores de carteira interno e terceirizados estão autorizados a implementar a política de investimentos no âmbito das limitações impostas pelo Comitê Deliberativo e pelos Comitês de Investimentos.

O fundo de pensão dispõe de um processo de gestão de riscos com políticas estabelecidas que visa identificar, medir e controlar todo tipo de risco a que estão expostos os planos de benefícios, tais como: risco de mercado, de liquidez, de crédito, operacional, sistêmico e legal.

Planos no exterior

A estratégia para cada um dos planos de pensão patrocinado pela Vale Canadá Limited é baseada em uma combinação de práticas locais e as características específicas dos planos de pensão em cada país, incluindo a estrutura do passivo, o risco versus comércio é recompensado entre diferentes classes de ativos e a liquidez necessária para satisfazer pagamentos de benefícios.

Planos superavitários por categoria de ativo

	Em 31 de dezembro de 2010				Em 31 de dezembro de 2009				1º de janeiro de 2009			
	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	8	8	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Títulos em ações - líquido	128	128	-	-	118	118	-	-	56	56	-	-
Títulos em ações - não líquido	7	-	7	-	6	-	6	-	15	-	15	-
Título de dívida de corporações	22	-	22	-	12	-	12	-	13	-	13	-
Título de dívida de instituições financeiras	19	-	19	-	19	-	19	-	17	-	17	-
Título de dívida do governo	205	205	-	-	154	154	-	-	128	128	-	-
Fundo de investimento em renda fixa	156	156	-	-	141	141	-	-	134	134	-	-
Fundo de investimento em ações	49	49	-	-	40	40	-	-	21	21	-	-
Fundo de investimento internacionais	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de investimento de empresas não listadas	12	-	-	12	9	-	-	9	9	-	-	9
Fundo de investimento de empreendimento imobiliário	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empreendimento imobiliário	28	-	-	28	23	-	-	23	20	-	-	20
Empréstimo de participantes	18	-	-	18	16	-	-	16	24	-	-	24
Total	656	548	48	60	539	454	37	48	437	339	45	53
Fundos não relacionados aos planos de risco	(116)	-	-	-	(121)	-	-	-	(92)	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	540				418				345			

Mensuração de ativos dos planos superavitários a valor justo com variáveis não observáveis de mercado - nível 3

	Em 31 de dezembro de 2010				Em 31 de dezembro de 2009				1º de janeiro de 2009				
	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Fundo de empréstimos imobiliário	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total	Fundo de empréstimos imobiliário	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total	Fundo de empréstimos imobiliário	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total
Início do exercício	9	-	23	16	47	9	20	24	53	7	18	15	41
Retorno atual dos ativos do plano	-	-	4	2	7	3	2	3	8	1	3	4	7
Consolidação inicial de novas aquisições	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)	(2)	(1)	-	(3)
Ativos vendidos durante o exercício	-	-	(2)	(7)	(10)	(5)	2	-	(3)	3	-	-	3
Ativos comprados e liquidados	4	-	2	6	13	2	-	(11)	(9)	-	-	-	-
Transferências entre níveis	-	2	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Final do exercício	13	2	25	17	57	9	23	16	48	9	20	19	48

Para os planos administrados pela VALIA, os ativos classificados no nível 3, estão como segue:
A meta de retorno para investimentos estruturados em 2011 é de 11,51% a.a. A alocação alvo para o plano de benefício definido (BD) é de 6%, com uma variação entre 2% e 10%. Estes investimentos têm um horizonte de longo prazo e baixa liquidez com o objetivo de se beneficiar do crescimento econômico brasileiro, sobretudo no setor de infraestrutura. Normalmente o valor justo dos ativos sem liquidez é estabelecido considerando o custo de aquisição ou valor patrimonial. Alguns fundos podem, alternativamente, utilizar as seguintes metodologias de apuração: análise do fluxo de caixa descontado ou análise com base em múltiplos.

A meta de retorno para as operações com participantes (empresários) em 2011 é de 16,05% a.a. O valor justo destes ativos inclui provisões para empréstimos não pagos, de acordo com o regulamento do fundo de pensão local.
A meta de retorno para os ativos imobiliários em 2011 é de 12,87% a.a. O valor justo destes ativos é considerado valor contábil. Contratamos empresas especializadas em avaliação de imóveis que não atuam no mercado como corretores. Todas as técnicas de avaliação seguem o regulamento do local.

Para os planos administrados pelo Petros os ativos classificados no nível 3, estão como segue:
A meta de retorno para investimentos em imóveis para 2011 é de 10,01% a.a. A alocação alvo é de 4,75%, com uma variação entre 1,5% e 8%.
A meta de retorno para operações com participantes para 2011 é de 10,77% a.a. A alocação alvo é de 7,50%, com uma variação entre 0% e 15%.

Ativos dos planos de pensão deficitários

Planos Brasileiros

O Plano Vale Mais tem obrigações com características dos planos de benefício definido e planos de contribuição definidas. A maior parte dos investimentos está em renda fixa. Para reduzir a volatilidade dos componentes do ativo e do passivo da parcela com características de benefícios definidos, deste plano, também foi implementada uma estratégia de investimentos utilizando títulos federais de longo prazo e títulos privados indexados à inflação. A alocação alvo para esta estratégia é de 55% dos ativos deste sub-plano. A alocação alvo do plano Vale Mais para os segmentos ou classes de ativos é a seguinte: renda fixa - 59%; renda variável 24%; investimentos estruturados - 2%; investimentos no exterior - 1%; imóveis - 4% e operações com participantes (empresários) - 10%.

Planos deficitários por categoria de ativo

	Em 31 de dezembro de 2010				Em 31 de dezembro de 2009				1º de janeiro de 2009			
	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes	5	2	3	-	3	1	2	-	5	2	3	-
Contas a receber	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos em ações - líquido	156	156	-	-	151	151	-	-	120	120	-	-
Títulos em ações - não líquido	1	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-
Título de dívida de corporações	5	-	5	-	4	-	4	-	9	-	9	-
Título de dívida de instituições financeiras	12	-	12	-	6	-	6	-	5	-	5	-
Título de dívida do governo	76	36	40	-	67	28	40	-	76	29	48	-
Fundo de investimento em renda fixa	174	105	70	-	167	94	71	-	164	75	90	-
Fundo de investimento em ações	63	30	34	-	60	27	33	-	64	17	48	-
Fundo de investimento internacionais	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de investimento de empresas não listadas	1	-	-	1	1	-	-	1	1	-	-	1
Fundo de investimento de empreendimento imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empreendimento imobiliário	4</											

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Em Milhões de Reais, exceto quando de outra forma mencionado

Mensuração de ativos dos planos deficitários a valor justo com variáveis não observáveis de mercado - nível 3

	Em 31 de dezembro de 2010			Total
	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	
Início do exercício	1	3	12	16
Retorno atual dos ativos do plano	-	-	-	-
Consolidação inicial de novas aquisições	-	-	-	-
Ativos vendidos durante o exercício	-	-	(5)	(5)
Ativos comprados e liquidados	1	1	6	(5)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	7
Final do exercício	2	4	15	20

A meta de retorno para investimentos estruturados em 2011 é de 11,51% a.a. A alocação alvo para o Plano Vale Mais é de 2%, com uma variação entre 1% e 10%. Estes investimentos têm um horizonte de longo prazo e baixa liquidez com o objetivo de se beneficiar do crescimento econômico brasileiro, sobretudo no setor de infraestrutura. Normalmente o valor justo dos ativos sem liquidez é estabelecido considerando o custo de aquisição ou valor patrimonial. Alguns fundos podem, alternativamente, utilizar as seguintes metodologias de apuração: análise do fluxo de caixa descontado ou análise com base em múltiplos.

A meta de retorno para as operações com participantes (empréstimos) em 2011 é de 16,05% a.a. O valor justo destes ativos inclui provisões para empréstimos não pagos, de acordo com o regulamento do fundo de pensão local.

A meta de retorno para os ativos imobiliários em 2011 é de 12,89% a.a. O valor justo destes ativos é considerado valor contábil. Contratos de empresas especializadas em avaliação de imóveis que não atuam no mercado como corretores. Todas as técnicas de avaliação seguem o regulamento do local.

Ativos dos outros benefícios deficitários

Planos no exterior

Outros benefícios deficitários por categoria de ativo

Ativos por categoria	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Total	Nível 1	Total	Nível 1	Total	Nível 1
Caixa e equivalente	1	1	1	1	1	1

Desembolso do fluxo de caixa futuro

A VALE espera desembolsar no exercício de 2011 com os planos de pensão e outros benefícios, R\$ 13 no consolidado.

Estimativa de pagamentos de benefícios futuros

A tabela a seguir apresenta a expectativa de pagamentos de benefícios, que refletem serviços futuros, como segue:

	Planos superavitários		Planos deficitários		Outros benefícios deficitários		Total
2011	27	40	4	9	73		73
2012	28	41	5	9	75		75
2013	30	41	9	9	77		77
2014	31	42	10	9	79		79
2015	33	42	10	8	81		81
2016 em diante	183	220	51	374			374

Plano de participação nos resultados

A VALE, baseada no Programa de Participação nos Resultados - PPR possibilita definição, acompanhamento, avaliação e reconhecimento do desempenho coletivo e individual de seus empregados.

A Participação nos Resultados na Companhia para cada Empregado é apurada individualmente de acordo com o alcance de metas previamente estabelecidas por blocos de indicadores conforme desempenho: da Companhia, do Departamento ou Unidade de Negócios, da Equipe, individual, e relativo às competências individuais. A contribuição de cada bloco de desempenho na pontuação dos empregados é discutida e acordada, a cada exercício, entre a VALE e entidades sindicais que representam os seus empregados.

Plano de incentivos de longo prazo

Com o objetivo de incentivar a visão de "acionista", além de elevar a capacidade de retenção dos executivos e reforçar a cultura de desempenho sustentado, o Conselho de Administração aprovou um Plano de Remuneração a Longo Prazo para alguns dos seus executivos, que foi implementado para ciclos de 3 anos.

De acordo com os termos do plano, os participantes, restrito a certos executivos, podem alocar uma parte de seus bônus anuais ao plano. A parte do bônus alocada ao plano é usada pelo executivo para comprar ações preferenciais da VALE, através de uma instituição financeira previamente definida em condições de mercado e sem nenhum benefício fornecido pela VALE.

As ações compradas pelo executivo não têm restrições e podem, de acordo com critérios próprios de cada participante, ser vendidas a qualquer momento. Contudo, as ações precisam ser mantidas por um período de três anos e os executivos precisam manter seu vínculo empregatício com a VALE durante esse período. O participante passa, desta forma a ter o direito de receber da VALE, um pagamento em caixa equivalente ao montante de ações detidas baseado em cotações de mercado. O total de ações vinculadas ao plano em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 é 2.458.627 e 1.809.117, respectivamente. Adicionalmente, certos executivos elegíveis ao incentivo de longo prazo, têm a oportunidade de receber no final de um ciclo de três anos um valor monetário equivalente ao valor de mercado de um determinado número de ações baseado na avaliação de suas carreiras e fatores de desempenho medidos como um indicador de retorno total aos acionistas.

A VALE contabilizou o custo da compensação provido aos nossos executivos que estão sob esse plano de compensação de incentivo de longo prazo conforme requerimentos do CPC 10 "Pagamentos baseados em ações". Os passivos são mensurados a valor justo na data de cada emissão do relatório, baseados em taxas de mercado. Os custos de compensação incorridos são reconhecidos pelo período aquisitivo definido de três anos. Em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, reconheceu uma provisão de R\$ 12 e R\$ 9, respectivamente, no resultado.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da BRADESPAR S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração sobre o Desempenho da Companhia e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2010, e o Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis, trazidos a valor presente, que tem por objetivo a realização de Ativo Fiscal Diferido de acordo com a Instrução CVM nº 371, de 27.6.2002, e à vista do Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz dos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), implantados no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

São Paulo, SP, 24 de março de 2011.

Ariovaldo Pereira Marlos Francisco de Souza Araújo Manuel Maria Pulido G. F. de Sousa

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Bradespar S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Bradespar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Bradespar S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradespar S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

26) RISCOS OPERACIONAIS E SEGUROS

VALE

Riscos Operacionais

A VALE possui um amplo programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para todos os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de uma apólice do tipo *All Risks*. Este programa contempla inspeções e treinamentos *in loco* utilizando-se da estrutura de vários comitês de risco espalhados pela VALE, suas controladas e coligadas. A VALE procura alinhar os riscos em todas as áreas, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando nos mercados nacional e internacional coberturas compatíveis com uma Companhia do seu porte.

Outros Seguros

Visando a adequada mitigação dos riscos, a VALE contrata vários tipos diferentes de apólices de seguros, tais como seguros de riscos operacionais e responsabilidade civil, além de uma apólice de seguro de vida para seus funcionários. As coberturas destas apólices são contratadas em linha com a Política de Gestão de Riscos Corporativos e similares aos seguros contratados por outras companhias da indústria de mineração. Entre os instrumentos de gestão, a VALE utiliza desde 2002 uma resseguradora cativa e que lhe permite a contratação de seguros em bases competitivas bem como o acesso direto aos principais mercados internacionais de seguro e resseguro.

A gestão de seguros é realizada na VALE com o apoio dos comitês de seguros existentes nas diversas áreas operacionais da VALE e que são compostos por vários profissionais destas unidades.

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Outras Obrigações, no Consolidado Holding, referem-se, basicamente, às frações de ações do grupamento deliberado na AGE de 30 de abril de 2004, que foram vendidas em leilão na BOVESPA em 14 de julho de 2004, sendo que os valores foram creditados ou colocados à disposição dos acionistas e montam R\$ 26 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 26 e 1º de janeiro de 2009 – R\$ 26);

b) Despesas Gerais e Administrativas no Consolidado Holding referem-se a Despesas de Pessoal no montante de R\$ 5 (2009 – R\$ 3) e Outras Despesas Gerais e Administrativas no montante de R\$ 11 (2009 – R\$ 18);

c) Resultado Financeiro - (Consolidado Holding)

	2010	2009
Receita de aplicações financeiras	22	28
Despesas de juros sobre notas promissórias comerciais	-	(46)
Despesas de juros sobre debêntures	(80)	(64)
Outros	(3)	(2)
Total	(61)	(84)

d) Outras Receitas (Despesas) Operacionais - (Consolidado Holding)

	2010	2009
Despesas tributárias	(36)	(20)
Outros	-	(3)
Total	(36)	(23)

e) Resultado na Alienação de Investimentos no Consolidado Holding refere-se à venda de 16.600.000 ações da CPFL Energia em maio/2009;

f) Receita de Dividendos, no Consolidado Holding e Total, referem-se aos dividendos recebidos da CPFL Energia S.A., no montante de R\$ 75 (2009 – R\$ 83); e

g) As ações preferenciais resgatáveis registradas na Controladora e Consolidado Holding, possuem as seguintes características: (i) não terá direito a voto nas assembleias gerais da Valepar, exceto nas hipóteses previstas em lei; (ii) farão jus a juros fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, correspondentes a uma taxa pré-fixada de 16% a.a.; (iii) são resgatáveis semestralmente entre 05 de maio de 2011 e 05 de novembro de 2015; (iv) não serão conversíveis em qualquer outra espécie ou classe de ação de emissão da Valepar.

28) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 28 de fevereiro de 2011, a BRADESPAR anunciou a distribuição mínima de US\$ 300 milhões para o corrente exercício, correspondente a US\$ 0.805909066 por ação ordinária e US\$ 0.886499973 por ação preferencial. O pagamento será feito em duas parcelas semestrais de US\$ 150 milhões, nos dias 13.05 e 14.11.2011, convertidas em moeda corrente nacional pela cotação do dólar de venda (Ptax-opção 5), divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia útil anterior à data de realização das reuniões do Conselho de Administração previstas para os dias 28.04 e 31.10.2011.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Presidente

Lázaro de Mello Brandão

Vice-Presidente

Antônio Bornia

Membros

Mário da Silveira Teixeira Júnior

João Aguiar Alvarez

Denise Aguiar Alvarez

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Ricardo Abecassis Espirito Santo Silva

Francisco Ravara Cary

Diretoria

Diretor-Presidente

João Moisés de Oliveira

Diretor

Renato da Cruz Gomes

Conselho Fiscal

Efetivos

Ariovaldo Pereira

Marcos Aparecido Galende

Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa

Suplentes

João Batista de Moraes

Marios Francisco de Souza Araújo

Olívio Araújo Junior

Oswaldo Tadeu Fernandes

Contador – CRC – 1SP271968/O-5



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 24 de março de 2011

Luís Carlos Matias Ramos
Contador
CRC 1SP171564/O-1